

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	7
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	17
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	129
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	131

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.178
Preferenciais	7.232.205
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	404.677	469.588
1.01	Ativo Circulante	42.175	77.924
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.003	7.177
1.01.03	Contas a Receber	30.881	56.059
1.01.03.01	Clientes	30.881	56.059
1.01.04	Estoques	594	689
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.121	1.344
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.121	1.344
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.576	12.655
1.01.08.03	Outros	6.576	12.655
1.02	Ativo Não Circulante	362.502	391.664
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.449	13.575
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.406	8.738
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.406	8.738
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	21.500	184
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	0	184
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	21.500	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.543	4.653
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.543	4.653
1.02.02	Investimentos	313.193	362.062
1.02.02.01	Participações Societárias	313.193	362.062
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	85.323	91.393
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	168.628	212.137
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	57.483	56.773
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.759	1.759
1.02.03	Imobilizado	15.794	15.948
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.794	15.948
1.02.04	Intangível	66	79
1.02.04.01	Intangíveis	66	79
1.02.04.01.02	Direito de Uso de Software	0	79

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	404.677	469.588
2.01	Passivo Circulante	21.497	28.727
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	182	308
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	182	308
2.01.02	Fornecedores	2.033	7.857
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.033	7.857
2.01.03	Obrigações Fiscais	368	1.483
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	347	1.301
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	1.301
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	21	182
2.01.05	Outras Obrigações	18.914	19.025
2.01.05.02	Outros	18.914	19.025
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	18.692	18.692
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	222	333
2.01.06	Provisões	0	54
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	54
2.02	Passivo Não Circulante	174.601	317.538
2.02.02	Outras Obrigações	69.081	212.000
2.02.02.02	Outros	69.081	212.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	212.000
2.02.02.02.03	Provisão para Perdas com Controladas	69.081	0
2.02.03	Tributos Diferidos	97.269	97.287
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.269	97.287
2.02.04	Provisões	8.251	8.251
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.251	8.251
2.03	Patrimônio Líquido	208.579	123.323
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	0	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-405.730	-251.027
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	48.284	20.325

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.068	20.526	28.633	58.497
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.090	-18.013	-23.218	-48.873
3.03	Resultado Bruto	-1.022	2.513	5.415	9.624
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-115.542	-159.660	-16.290	-176.133
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.303	-10.984	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.344	-7.329	-2.469	-6.890
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	50	0	18
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-28	-36	-16	-35
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-106.867	-141.361	-13.805	-169.226
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-116.564	-157.147	-10.875	-166.509
3.06	Resultado Financeiro	1.055	1.956	218	781
3.06.01	Receitas Financeiras	1.086	2.019	234	836
3.06.02	Despesas Financeiras	-31	-63	-16	-55
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-115.509	-155.191	-10.657	-165.728
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	331	-286	-387
3.08.01	Corrente	0	331	-286	-387
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-115.509	-154.860	-10.943	-166.115
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-115.509	-154.860	-10.943	-166.115
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-12,5758	-16,8638	-1,1917	-18,0107
3.99.01.02	PNA	-12,5758	-16,8638	-1,1917	-18,0107
3.99.01.03	PNB	12,5758	-16,8638	-1,1917	-18,0107
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-12,5758	-16,8638	0	0
3.99.02.02	PNA	-12,5758	-16,8638	0	0
3.99.02.03	PNB	-12,5758	-16,8638	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-115.509	-154.860	-10.943	-166.115
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.264	27.926	-12.101	-35.540
4.02.01	Equivalênica Patrimonial sobre Obrigação Atuarial sobre Benefícios Definido	40.264	27.926	-12.101	-35.540
4.03	Resultado Abrangente do Período	-75.245	-126.934	-23.044	-201.655

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.828	-3.315
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	36.647	18.795
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-23.575	-43.777
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-8.097	-7.265
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	749	522
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	11.166	31.791
6.01.08	Impostos e Contribuições	-151	-2.360
6.01.10	Juros Recebidos - Mútuo	257	0
6.01.11	Outros Pagamentos/Recebimentos	-1.168	-1.021
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.002	-37
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-2	-2
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	0	-35
6.02.04	Concessão de Empréstimos - Mútuo	-21.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.174	-3.352
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.177	8.895
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.003	5.543

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-53.761	0	-53.761
5.02.03	Equivalência Patrimonial sobre Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios - CVA	0	0	0	-80.830	0	-80.830
5.02.04	Equivalência Patrimonial sobre Ajuste de Reclassificação Energia de Curto Prazo	0	0	0	27.069	0	27.069
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-251.027	20.325	123.323
5.04	Transações de Capital com os Sócios	223.969	-11.969	0	0	33	212.033
5.04.01	Aumentos de Capital	223.969	-223.969	0	0	0	0
5.04.08	Ganho/Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	33	33
5.04.09	Transferência de AFAC de Passivo não Circulante para Patrimônio Líquido	0	212.000	0	0	0	212.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-154.703	27.926	-126.777
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-154.860	0	-154.860
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	157	27.926	28.083
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	157	27.926	28.083
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-405.730	48.284	208.579

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-166.115	-35.540	-201.655
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-166.115	0	-166.115
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-35.540	-35.540
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-35.540	-35.540
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-260.294	12.958	106.689

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	12.249	65.913
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.997	-50.433
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.046	-50.947
7.02.04	Outros	49	514
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.748	15.480
7.04	Retenções	-167	-101
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-167	-101
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.915	15.379
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-139.342	-168.390
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-141.361	-169.226
7.06.02	Receitas Financeiras	2.019	836
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-145.257	-153.011
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-145.257	-153.011
7.08.01	Pessoal	7.903	8.627
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.852	8.529
7.08.01.02	Benefícios	17	44
7.08.01.03	F.G.T.S.	34	54
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.519	3.670
7.08.02.01	Federais	1.040	2.332
7.08.02.02	Estaduais	479	1.338
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	181	807
7.08.03.01	Juros	118	55
7.08.03.02	Aluguéis	63	752
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-154.860	-166.115
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-154.860	-166.115

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.353.016	2.804.094
1.01	Ativo Circulante	1.395.033	839.386
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59.529	66.006
1.01.03	Contas a Receber	562.262	441.174
1.01.03.01	Clientes	562.262	441.174
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	562.262	441.174
1.01.04	Estoques	13.803	19.327
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.662	12.611
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.662	12.611
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	743.777	300.268
1.01.08.03	Outros	743.777	300.268
1.01.08.03.01	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	664.796	205.264
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.707	8.028
1.01.08.03.03	Demais Créditos	75.274	86.976
1.02	Ativo Não Circulante	1.957.983	1.964.708
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	994.051	1.025.698
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.206	0
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	6.206	0
1.02.01.03	Contas a Receber	11.001	7.733
1.02.01.03.01	Clientes	11.001	7.733
1.02.01.06	Tributos Diferidos	28.391	30.156
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.391	30.156
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	948.453	987.809
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.119	5.857
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro de Concessão	818.850	841.273
1.02.01.09.05	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	120.620	138.738
1.02.01.09.06	Demais Créditos	1.864	1.941
1.02.02	Investimentos	656.162	658.575
1.02.02.01	Participações Societárias	380.047	382.460
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	320.805	323.927
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	59.242	58.533
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	276.115	276.115
1.02.03	Imobilizado	104.222	122.714
1.02.04	Intangível	203.548	157.721

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.353.016	2.804.094
2.01	Passivo Circulante	1.531.112	1.115.653
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.121	36.862
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	34.121	36.862
2.01.02	Fornecedores	304.060	363.258
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	304.060	363.258
2.01.03	Obrigações Fiscais	277.702	175.940
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	61.051	25.655
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.376	468
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	55.675	25.187
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	215.384	148.637
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.267	1.648
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	71.880	69.417
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	64.391	69.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	64.391	69.417
2.01.04.02	Debêntures	7.489	0
2.01.05	Outras Obrigações	833.399	464.275
2.01.05.02	Outros	833.399	464.275
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	27.347	30.322
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	123.928	40.980
2.01.05.02.05	Benefícios Pós-Emprego	42.057	60.863
2.01.05.02.06	Contribuição de Iluminação Pública	136.503	83.603
2.01.05.02.07	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Ativos Financeiros	375.204	208.902
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	128.360	39.605
2.01.06	Provisões	9.950	5.901
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.950	5.901
2.02	Passivo Não Circulante	1.382.666	1.340.059
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	348.161	251.694
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	227.739	251.694
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	227.739	251.694
2.02.01.02	Debêntures	120.422	0
2.02.02	Outras Obrigações	676.915	813.985
2.02.02.02	Outros	676.915	813.985
2.02.02.02.03	Benefícios Pós-Emprego	279.219	294.899
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	172.413	145.955
2.02.02.02.05	Contribuição de Iluminação Pública	116.216	129.500
2.02.02.02.06	Obrigações Vinculadas a Concessão	54.664	27.840
2.02.02.02.07	Fornecedores	39.668	0
2.02.02.02.09	Outras Obrigações	14.735	215.791
2.02.03	Tributos Diferidos	289.461	195.916
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	289.461	195.916
2.02.04	Provisões	68.129	78.464
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	68.129	78.464
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	439.238	348.382
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	0	11.969

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-405.730	-251.027
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.284	20.325
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	230.659	225.059

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	616.934	1.788.699	487.780	1.363.607
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-548.033	-1.517.942	-453.382	-1.310.394
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-464.754	-1.265.667	-345.092	-983.547
3.02.02	Custo de Operação	-79.062	-237.167	-85.124	-277.974
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-4.217	-15.108	-23.166	-48.873
3.03	Resultado Bruto	68.901	270.757	34.398	53.213
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-83.628	-227.678	-36.020	-181.711
3.04.01	Despesas com Vendas	-43.783	-107.268	-20.242	-63.070
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.910	-113.730	-35.275	-115.812
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26.073	54.534	28.446	66.640
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33.874	-65.685	-11.122	-48.588
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.866	4.471	2.173	-20.881
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-14.727	43.079	-1.622	-128.498
3.06	Resultado Financeiro	-42.892	-91.471	-8.945	-22.485
3.06.01	Receitas Financeiras	55.346	89.838	10.350	30.077
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.238	-181.309	-19.295	-52.562
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-57.619	-48.392	-10.567	-150.983
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.638	-99.378	106	-7.473
3.08.01	Corrente	-2.030	-5.958	106	-7.473
3.08.02	Diferido	-51.608	-93.420	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-111.257	-147.770	-10.461	-158.456
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-111.257	-147.770	-10.461	-158.456
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-115.509	-154.860	-10.943	-166.115
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.252	7.090	482	7.659
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-12,5785	-16,8638	-1,1917	-18,0894
3.99.01.02	PNA	-12,5785	-16,8638	-1,1917	-18,0894

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.99.01.03	PNB	-12,5785	-16,8638	-1,1917	-18,0894
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-12,5785	-16,8638	-1,1917	-18,0894
3.99.02.02	PNA	-12,5785	-16,8638	-1,1917	-18,0894
3.99.02.03	PNB	-12,5785	-16,8638	-1,1917	-18,0894

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-111.257	-147.770	-10.461	-158.456
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.264	27.926	-12.101	-35.540
4.02.01	Ganho pela Reversão da Obrigação Atuarial sobre Benefícios Pós Emprego CPC 33 (R1)	40.264	27.926	-12.101	-35.540
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-70.993	-119.844	-22.562	-193.996
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-75.245	-126.934	-23.044	-201.655
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.252	7.090	482	7.659

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-74.326	17.929
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	2.360.224	1.685.137
6.01.03	Rendimento de Aplicações Financeiras	5.892	5.111
6.01.04	Ressarcimentodo Custo de Energia - Recursos da CDE e CVA	0	34.666
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	4.480	15.325
6.01.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	14.848	13.925
6.01.07	Outros Recebimentos	1.836	105
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-144.666	-198.643
6.01.09	Fornecedores - Energia Elétrica	-1.278.262	-917.554
6.01.10	Contribuição de Iluminação Pública	-110.316	-34.000
6.01.11	Sálarios e Encargos Sociais	-191.133	-209.970
6.01.12	Pagamentos de Encargos da Dívida	-38.594	-16.979
6.01.13	Impostos, Taxas e Contribuições	-472.250	-294.895
6.01.14	Encargos Setoriais	-161.055	-22.821
6.01.15	Constituição de Caução - CCEE	0	-19.917
6.01.16	Outros Pagamentos	-65.330	-21.561
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-20.421	-34.052
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-14.419	-34.050
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-2	-2
6.02.05	Aplicações Financeiras	-6.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	88.270	-18.385
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-4.751	-10.523
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.000	174.443
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-54.389	-181.385
6.03.04	Custo da Transação - Captação de Empréstimos	-2.590	-920
6.03.06	Emissão de Debêntures	130.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.477	-34.508
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.006	96.786
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59.529	62.278

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-53.761	0	-53.761	0	-53.761
5.02.03	Equivalência Patrimonial sobre Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios - CVA	0	0	0	-80.830	0	-80.830	0	-80.830
5.02.04	Equivalência Patrimonial sobre Ajuste de Reclassificação de Energia de Curto Prazo	0	0	0	27.069	0	27.069	0	27.069
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-251.027	20.325	123.323	225.059	348.382
5.04	Transações de Capital com os Sócios	223.969	-11.969	0	0	33	212.033	-1.490	210.543
5.04.01	Aumentos de Capital	223.969	-223.969	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Ganho/Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	33	33	0	33
5.04.09	Transferência de AFAC de Passivo não Circulante para Patrimônio Líquido	0	212.000	0	0	0	212.000	0	212.000
5.04.10	Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-1.490	-1.490
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-154.703	27.926	-126.777	7.090	-119.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-154.860	0	-154.860	7.090	-147.770
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	157	27.926	28.083	0	28.083
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	157	27.926	28.083	0	28.083
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-405.730	48.284	208.579	230.659	439.238

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-12.256	-12.256
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-12.256	-12.256
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-166.115	-35.540	-201.655	7.659	-193.996
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-166.115	0	-166.115	7.659	-158.456
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-35.540	-35.540	0	-35.540
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-35.540	-35.540	0	-35.540
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-260.294	12.958	106.689	229.823	336.512

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	2.934.432	1.851.986
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.912.118	1.751.135
7.01.02	Outras Receitas	10.807	16.202
7.01.02.01	Ganho na Alienação de Ativo Imobilizado	-288	1.692
7.01.02.02	Outras Receitas	11.095	14.510
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	65.692	102.100
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-54.185	-17.451
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.631.608	-1.365.832
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.404.894	-1.090.926
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-114.438	-147.608
7.02.04	Outros	-112.276	-127.298
7.02.04.01	Custo de Construção	-65.692	-102.100
7.02.04.02	Outros	-46.584	-25.198
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.302.824	486.154
7.04	Retenções	-39.093	-39.895
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.093	-39.895
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.263.731	446.259
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	94.309	9.196
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.471	-20.881
7.06.02	Receitas Financeiras	89.838	30.077
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.358.040	455.455
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.358.040	455.455
7.08.01	Pessoal	129.448	129.702
7.08.01.01	Remuneração Direta	83.083	84.981
7.08.01.02	Benefícios	37.665	38.830
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.700	5.891
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.163.383	400.953
7.08.02.01	Federais	722.575	117.669
7.08.02.02	Estaduais	440.808	283.284
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	212.979	83.256
7.08.03.01	Juros	181.309	52.562
7.08.03.02	Aluguéis	31.670	30.694
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-147.770	-158.456
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-154.860	-166.115
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	7.090	7.659

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 3º Trimestre de 2015

1

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2015 (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e de suas controladas descritas na Nota Explicativa Nº 1 das demonstrações financeiras, em 30 de setembro de 2015.

O contexto macroeconômico brasileiro em 2015 tem apresentado desempenho abaixo do esperado. A economia nacional vem passando por um ajuste que visa, principalmente, três objetivos básicos: estancar a inflação; conter a escalada da dívida pública; e reduzir o déficit nas contas externas.

Tendo em vista que tal cenário não favorece o início de um ciclo de expansão, e considerando que nos últimos meses houve expressiva apreciação do dólar, particularmente para as distribuidoras de energia (principal negócio da CEB), decorre pelo menos uma dificuldade básica: o aumento dos custos com a compra de energia para revenda proveniente da Geradora Itaipu Binacional, comercializada em dólar, que provoca significativa pressão financeira, exigindo correspondente capital de giro para continuidade das atividades das concessionárias.

De fato, na CEB Distribuição S.A., o reflexo da situação macroeconômica pode ser observado no consumo de energia, uma vez que houve queda de 1,9% quando se compara o período do 3T14 com de 3T15. Essa redução só não foi mais acentuada nesse período, em função do crescimento do número de consumidores em 3,5%, enquanto o acréscimo com o custo de energia de energia comprada de Itaipu Binacional foi de R\$ 50,5 milhões, quando se compara o período de 9M2014 com o mesmo período de 9M15.

Dessa forma, em função desse contexto e das especificidades setoriais que incrementam, enormemente, as pressões sobre os caixas da distribuidora e também das geradoras controladas pela CEB, por meio de componentes não gerenciáveis, a Companhia, quando possível, tem judicializado com eficácia questões que ameaçam seus negócios (casos da CEB Distribuição S.A.; CEB Participações S.A.; CEB Geração S.A.; e CEB Lajeado S.A.), restando outras exigências regulatórias a serem superadas que estão merecendo a devida atenção da Administração para equacionamento no futuro próximo.

É esperado, portanto, que nos próximos meses ocorra uma elevação da alavancagem de seu principal negócio, a CEB Distribuição S.A., enquanto inicia-se um processo de reorganização societária que resultará no saneamento econômico-financeiro da Distribuidora, envolvendo a redução da alavancagem e a redução de seus custos e despesas operacionais, com correspondente agregação de valor para a CEB.

DESEMPENHO OPERACIONAL

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE

	Trimestres				
Classe de Consumidores	Consumidores			Δ Trim.	Δ Ano
	3T15	2T15	3T14		
Residencial	879.947	872.877	847.919	0,8%	3,8%
Comercial	108.295	107.785	106.258	0,5%	1,9%
Rural	10.201	10.180	10.053	0,2%	1,5%
Poder Publico	5.901	6.250	6.049	(5,6%)	(2,4%)
Industrial	1.695	1.715	1.689	(1,2%)	0,4%
Serviço Público	316	315	314	0,3%	0,6%
Iluminação Pública	19	19	19		
(=) Consumidores Faturados	1.006.374	999.141	972.301	0,7%	3,5%
Consumo Próprio	49	49	50		(2,0%)
(=) Total	1.006.423	999.190	972.351	0,7%	3,5%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 3º Trimestre de 2015

2

O número de consumidores apresentou crescimento de 0,7% em relação ao trimestre anterior e de 3,5% quando comparado ao 3T14, variando em torno da média de 3,6% observada nos últimos cinco anos.

CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE

	Trimestres							
Classe de Consumidores	MWh			Δ Trim.	Δ Ano	MWh		Δ Ano
	3T15	2T15	3T14			9M15	9M14	
Residencial	553.098	555.783	569.300	(0,5%)	(2,8%)	1.682.293	1.618.911	3,9%
Comercial	495.976	507.831	498.595	(2,3%)	(0,5%)	1.518.428	1.466.121	3,6%
Poder Publico	149.589	150.936	147.506	(0,9%)	1,4%	453.078	467.235	(3,0%)
Iluminação Pública	107.714	107.606	105.168	0,1%	2,4%	322.737	300.838	7,3%
Serviço Público	86.601	86.120	92.121	0,6%	(6,0%)	241.278	269.567	(10,5%)
Industrial	46.593	48.166	55.022	(3,3%)	(15,3%)	142.523	184.693	(22,8%)
Rural	43.193	34.620	44.031	24,8%	(1,9%)	109.942	113.568	(3,2%)
(=) Fornecimento faturado	1.482.764	1.491.062	1.511.743	(0,6%)	(1,9%)	4.470.279	4.420.933	1,1%
Consumo Próprio	397	426	425	(6,8%)	(6,6%)	1.225	1.415	(13,4%)
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.483.161	1.491.488	1.512.168	(0,6%)	(1,9%)	4.471.504	4.422.348	1,1%

No 3T15, o consumo em MWh apresentou uma redução de 1,9% em relação ao 3T14, apesar do crescimento do número de consumidores de 0,7% e 3,5%, em relação ao 2T15 e 3T14, respectivamente. Tal retração do consumo foi causada pelo baixo desempenho da economia; pelos aumentos das tarifas ocasionados pelo reajuste tarifário extraordinário ocorrido em março de 2015; pelo reajuste ordinário ocorrido em agosto de 2015; e em decorrência da adoção do sistema de bandeiras tarifárias estabelecido pelo Governo Federal, visando o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica. No 3T15, do total de consumidores, 87% pertenciam à Classe Residencial, 11% à Classe Comercial e os demais representavam 2,0%.

QUALIDADE DE SERVIÇO (DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA – DEC E FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA – FEC)

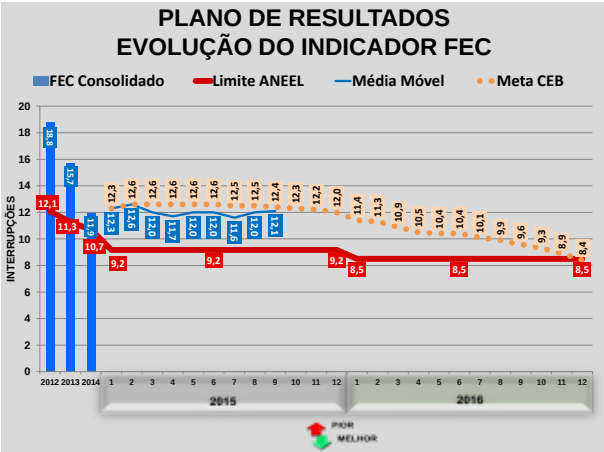
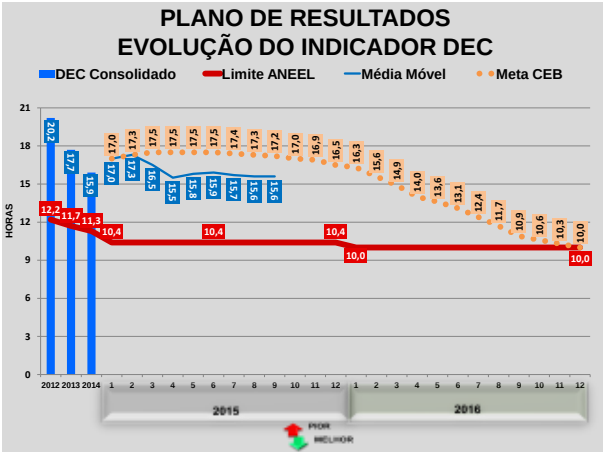
Por determinação do Órgão Regulador, a CEB Distribuição S.A. formalizou por meio da Carta N° 144/2015-DD, de 13 de Abril de 2015, o compromisso de executar um Plano de Resultados com quatro dimensões: Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira. O mencionado Plano encontra-se em execução desde o mês de abril de 2015 e, particularmente com relação aos indicadores DEC e FEC, está sendo cumprido integralmente as metas estabelecidas mensalmente, conforme pode ser constatado nos gráficos seguintes:

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
3º Trimestre de 2015

3



Tendo como referência as curvas compromissadas com a ANEEL (curvas tracejadas), verifica-se que no 3T15, as curvas de realização dos indicadores DEC e FEC (curvas azuis) estiveram com trajetórias melhores que aquelas, registrando os valores de 15,6 horas e 12,1 interrupções por consumidor para o DEC e o FEC, respectivamente, no mês de setembro de 2015. Note-se que no horizonte de execução do Plano de Resultados, espera-se o alcance dos valores determinados pelo Regulador (curvas vermelhas).

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Refletindo o cenário de realinhamento tarifário do setor elétrico, a ANEEL, por meio da Resolução N° 1.858/2015, homologou, em março de 2015, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) e, em 26 de agosto de 2015, por intermédio da Resolução Homologatória N° 1.937/2015, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual da CEB Distribuição S.A., gerando o crescimento de 5,7% da Receita Operacional Bruta, quando se compara o 3T15 com o 2T15. Porém, a expectativa de que o aumento da tarifa ocorrido em agosto de 2015 no processo de reajuste pudesse acentuar o crescimento da receita no 3T15 em comparação com o 2T15 não se realizou, em razão da redução do consumo; do período de aplicação da nova tarifa ser de apenas um mês do 3T15; do reconhecimento e reversão dos itens financeiros no processo de reajuste; e ainda da queda do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, que reduziu a receita de Energia de Curto Prazo contabilizada pela CCEE.

	Trimestres							
Receita Bruta - R\$ Mil	3T15	2T15	3T14	Δ Trim.	Δ Ano	9M15	9M14	Δ Ano
Fornecimento de Energia Elétrica	812.292	794.880	483.602	2,2%	68,0%	2.234.849	1.381.093	61,8%
Energia de Curto Prazo	94.498	114.420	84.324	(17,4%)	12,1%	321.788	215.329	49,4%
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	117.869	47.337				221.347		
Receita de Construção	22.202	23.281	28.829	(4,6%)	(23,0%)	65.692	102.100	(35,7%)
Aporte de Recursos CDE	13.494	15.353	9.730	(12,1%)	38,7%	40.727	27.023	50,7%
Receita de Prestação de Serviços	5.058	9.830	32.986	(48,5%)	(84,7%)	24.301	67.906	(64,2%)
Suprimento de Energia	7.196	7.160	6.948	0,5%	3,6%	22.028	24.972	(11,8%)
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	7.180	9.236	4.248	(22,3%)	69,0%	21.815	12.200	78,8%
Receita de Venda de Gás	1.144	1.154	1.162	(0,9%)	(1,5%)	3.345	3.473	(3,7%)
Outras Receitas	7.527	7.410	6.548	1,6%	15,0%	21.923	19.139	14,5%
Receita Operacional Bruta	1.088.460	1.030.061	658.377	5,7%	65,3%	2.977.815	1.853.235	60,7%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(471.526)	(445.765)	(170.597)	5,8%	176,4%	(1.189.116)	(489.628)	142,9%
Receita Operacional Líquida	616.934	584.296	487.780	5,6%	26,5%	1.788.699	1.363.607	31,2%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 3º Trimestre de 2015

4

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – FATURAMENTO

Consumidores	MWh			R\$ mil			Δ Trim.	Δ Ano
	3T15	2T15	3T14	3T15	2T15	3T14		
Residencial	553.098	555.783	569.300	306.535	293.744	189.005	4,4%	62,2%
Comercial	495.976	507.831	498.595	278.328	275.018	162.430	1,2%	71,4%
Poder Público	149.589	150.936	147.506	91.201	91.209	53.363	(0,0%)	70,9%
Iluminação Pública	107.714	107.606	105.168	33.535	37.363	19.226	(10,2%)	74,4%
Serviço Público	86.601	86.120	92.121	37.519	35.841	21.669	4,7%	73,1%
Industrial	46.593	48.166	55.022	34.043	30.942	19.233	10,0%	77,0%
Rural	43.193	34.621	44.031	17.433	13.641	9.405	27,8%	85,4%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.482.764	1.491.063	1.511.743	798.594	777.758	474.331	2,7%	68,4%
Consumo Próprio	397	402	425					
Fornecimento Não Faturado Líquido				13.698	17.122	9.271	(20,0%)	47,7%
Total - Fornecimento de Energia Elétrica	1.483.161	1.491.465	1.512.168	812.292	794.880	483.602	2,2%	68,0%

O fornecimento de energia em MWh no 3T15 apresentou queda de 1,9% em relação ao 3T14, e de 0,6% em relação ao 2T15. No entanto, o crescimento da receita de fornecimento de energia foi de 2,2% em relação ao 2T15, e de 68,0% em relação ao 3T14. Tal variação deve-se, basicamente, à aplicação das Bandeiras Tarifárias a partir do 1T15; à Revisão Tarifária Extraordinária – RTE de 2015; ao Reajuste Tarifário de 2015; e ao crescimento do número de consumidores.

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Receita de Prestação de Serviços apresentou uma queda de R\$ 4,8 milhões (-48,5%) em relação ao 2T15 e redução de R\$ 27,9 milhões (-84,7%), quando comparado ao 3T14. O decréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior foi motivado pela diminuição do número de obras e manutenções de Iluminação Pública realizadas nos períodos comparados.

SUPRIMENTO DE ENERGIA

A Receita de Suprimento de Energia no 3T15 foi de R\$ 7,1 milhões, demonstrando estabilidade em relação ao 2T15 (R\$ 7,2 milhões). Comparando-se com o 3T14, a receita também se apresentou estável.

ENERGIA DE CURTO PRAZO

A Receita de Energia de Curto Prazo no 3T15 foi de R\$ 94,5 milhões, representando o percentual de 17,4% inferior à receita reconhecida no 2T15, mais superior em 12,1%, em relação à obtida no 3T14. A receita no trimestre é justificada pela venda das sobras de energia no Mercado de Curto Prazo a preço de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), verificando-se uma variação menor do que a do trimestre anterior, em função, principalmente, da queda do PLD para o período.

OUTRAS RECEITAS

A variação entre os trimestres apresentou-se estável, sendo que a rubrica de Arrendamento e Aluguéis foi a que apresentou maior volume de receita neste grupo.

R\$ Mil	Trimestres					9M15	9M14	Δ Ano
	3T15	2T15	3T14	Δ Trim.	Δ Ano			
Arrendamentos e Aluguéis	6.347	6.879	6.082	(7,7%)	4,4%	19.779	18.111	9,2%
Serviço Taxado	574	535	472	7,3%	21,6%	1.538	867	77,4%
Outras	606	(4)	(6)			606	161	276,4%
Total	7.527	7.410	6.548	1,6%	15,0%	21.923	19.139	14,5%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 3º Trimestre de 2015

5

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As Deduções da Receita Operacional Bruta no 3T15 apresentaram um acréscimo de R\$ 25,8 milhões, (5,8%) na comparação com o 2T15, e de R\$ 300,9 milhões (176,4%) em relação ao 3T14. Esta última variação foi influenciada pelo crescimento da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e pelo reconhecimento do valor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE relativa a Encargos dos Consumidores, no montante de R\$ 137,2 milhões (R\$ 112,6 milhões no 2T15), conforme Resolução Homologatória nº 1.857 (USO-ENERGIA), que estabeleceu a Quota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás no ano de 2015, no valor de R\$ 391,4 milhões; e à Resolução Homologatória nº 1.863 (CDE ENERGIA – CONTA-ACR), que prevê repasses mensais de R\$ 12,3 milhões, durante cinquenta e cinco meses. O início dos repasses desta Resolução Homologatória deu-se em agosto de 2015.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida no 3T15 (R\$ 616,9 milhões) apresentou um aumento de 5,6% na comparação com o 2T15 (R\$ 584,3 milhões). Com relação ao 3T14 (R\$ 487,8 milhões), ocorreu um acréscimo de 26,5%, justificada, principalmente, pelo reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios, no montante de R\$ 221,3 milhões no 3T15, em atendimento à orientação técnica OCPC 08 que passou a vigorar em dezembro de 2014, e pelo reajuste tarifário concedido pela ANEEL, em agosto de 2015.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ Mil	Trimestres							
	3T15	2T15	3T14	Δ Trim.	Δ Ano	9M15	9M14	Δ Ano
Custo da Energia Comprada								
Energia Elétrica comprada Para Revenda	(309.377)	(286.450)	(265.761)	8,0%	16,4%	(897.899)	(743.966)	20,7%
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(110.966)	30.244	(52.637)	(466,9%)	110,8%	(256.528)	(186.701)	37,4%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(44.411)	(112.796)	(27.917)	(60,6%)	59,1%	(111.240)	(67.162)	65,6%
Ressarcimento de Recursos da CDE			1.763				7.053	
Repasses de Recursos da CONTA - ACR			12.552				33.465	
Subtotal	(464.754)	(369.002)	(332.000)	25,9%	40,0%	(1.265.667)	(957.311)	32,2%
Demais Custos e Despesas Operacionais								
Pessoal e Administradores	(46.473)	(48.365)	(44.896)	(3,9%)	3,5%	(145.039)	(144.737)	0,2%
Serviço de Terceiros	(38.116)	(37.681)	(51.885)	1,2%	(26,5%)	(110.544)	(137.429)	(19,6%)
Custo de Construção - Concessão	(22.202)	(23.281)	(28.829)	(4,6%)	(23,0%)	(65.692)	(102.100)	(35,7%)
(Estimativa) Reversão Para Crédito de Liquidação Duvidosas	(25.524)	(16.525)	(4.436)	54,5%	475,4%	(54.185)	(17.451)	210,5%
Depreciação/Amortização	(13.015)	(12.917)	(12.751)	0,8%	2,1%	(39.093)	(39.895)	(2,0%)
Arrendamento	(10.463)	(10.462)	(10.033)	0,0%	4,3%	(31.388)	(30.098)	4,3%
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(945)	(1.644)	(1.054)	(42,5%)	(10,3%)	(4.188)	(4.701)	(10,9%)
Material	(1.396)	(1.361)	(2.614)	2,6%	(46,6%)	(3.801)	(6.969)	(45,5%)
Gás Comprado para Revenda	(837)	(1.629)	(842)	(48,6%)	(0,6%)	(3.233)	(2.514)	28,6%
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(770)	(812)	(629)	(5,2%)	22,4%	(2.371)	(1.892)	25,3%
Outras Despesas	(4.231)	(5.190)	(5.838)	(18,5%)	(27,5%)	(13.739)	(17.943)	(23,4%)
Subtotal	(163.972)	(159.867)	(163.807)	2,6%	0,1%	(473.273)	(505.729)	(6,4%)
Total	(628.726)	(528.869)	(495.807)	18,9%	26,8%	(1.738.940)	(1.463.040)	18,9%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 628,7 milhões no 3T15, uma elevação de R\$ 99,8 milhões (18,9%), em relação aos R\$ 528,9 milhões no 2T15. Com relação ao 3T14, houve um aumento de R\$ 132,9 milhões (26,8%), justificado, principalmente, pelo aumento de R\$ 132,8 milhões (40,0%) do Custo da Energia Comprada. No final do 3T15, os Custos e Despesas Operacionais Consolidados atingiram R\$ 1.738,9 milhões (R\$ 1.463,0 milhões nos 3T14), deste total, 72,8% refere-se a Custo da Energia Comprada (65,4% no 3T14).

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
3º Trimestre de 2015

6

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada Para Revenda:** o custo da energia comprada para revenda no 3T15 totalizou R\$ 464,7 milhões, um aumento de R\$ 95,7 milhões (25,9%), na comparação com o 2T15. Em relação ao 3T14, o aumento foi de R\$ 132,8 milhões (40,0%). A justificativa para este incremento está relacionada aos seguintes eventos ocorridos nos períodos comparados:
 - reajustes dos contratos de compra de energia;
 - entradas de novos contratos de leilões (10º, 11º e 12º Leilão de Energia Nova – LEN e 13º Leilão de Energia Existente – LEE) e da Usina Hidrelétrica de Belo Monte;
 - atrasos nas operações das Usinas Hidrelétricas do Ambiente de Contratação Regulada –ACR, que impõem às Distribuidoras custos com energia elétrica de curto prazo.
 - apreciação do dólar, implicando no aumento dos custos de energia comprada de Itaipu Binacional;
 - aumento do montante de cotas de garantias físicas, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico); e
 - acréscimo do custo das termelétricas.
- ✓ **Pessoal e Administradores:** no 3T15 houve um aumento de R\$ 1,5 milhão (3,5%) em relação ao 3T14. Na comparação com o 2T15 ocorreu uma redução de R\$ 1,9 milhão (-3,9%), influenciada pelo ajuste na provisão de férias e encargos realizada no 3T15.

Com relação aos 9M15, os custos e despesas com Pessoal e Administradores apresentaram-se estáveis com acréscimo de 0,2% , quando confrontado com os 9M14. No final dos 9M15, estes custos e despesas totalizaram R\$ 145,0 milhões (R\$ 144,7 milhões – 9M14). As principais ocorrências nos períodos comparados foram:

- Aposentadorias de 41 empregados gerando custo de R\$ 6,4 milhões na folha de pagamento em função de indenizações e rescisões;
 - diminuições das quantidades de Funções Gratificadas (-49%) e de Empregos em Comissão (-58%), em função do processo de racionalização de custos e despesas operacionais implantadas no 1T15; e
 - reajuste salarial no 4T14, em decorrência do acordo coletivo da categoria, que aumentou os salários pela variação do INPC, acrescido de 1,25% de ganho real, totalizando 7,59%.
- ✓ **Serviços de Terceiros:** ocorreu uma estabilidade em relação ao 2T15; e uma redução de 26,5% na comparação com o 3T14, reflexo das medidas adotadas pela Administração para racionalização dos custos e despesas operacionais, bem como em função da redução dos serviços de terceiros relacionados com a Iluminação Pública, quando se compara o 3T14 com o 3T15 (variação negativa de 80,8%). As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 3º Trimestre de 2015

7

Rubricas	Trimestres			Variações			
	R\$ mil			3T15 / 2T15		3T15 / 3T14	
	3T15	2T15	3T14	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Serviços de Terceiros (Inclui Serv. de Manutenção IP)	4.063	5.390	21.192	(1.327)	(24,6)	(17.129)	(80,8)
Serviços de Arrecadação de Faturas	1.892	2.384	2.093	(492)	(20,6)	(200)	(9,6)
Levantamento de Físico de Ativos	179	1.600	3.064	(1.421)	(88,8)	(2.885)	(94,2)
Leitura de Medidores, Entrega de Faturas	4.498	4.535	4.233	(38)	(0,8)	265	6,3
Manutenção de Linha Viva	4.036	1.729	1.801	2.307	133,4	2.234	124,0
Serviços Comerciais	3.282	3.119	1.574	164	5,2	1.708	108,5
Consultoria	1.209	669	291	540	80,7	918	316,1
Emprego em Comissão	1.710	1.596	2.546	114	7,1	(836)	(32,8)
Vigilantes	1.784	1.771	1.457	13	0,7	327	22,4
Total	22.652	22.792	38.249	(140)	(0,6)	(15.597)	(40,8)

- ✓ **Custo de Construção – Concessão:** apresentou-se uma redução de 4,6% em relação ao 2T15. Já com relação ao 3T14, a redução foi de 23,0%, que reflete a diminuição de investimentos da controlada CEB Distribuição S.A. Tal comportamento não impacta o resultado, devido à Receita de Construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ **Estimativa Para Crédito de Liquidação Duvidosa/Perdas:** no 3T15 a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou um acréscimo de R\$ 8,9 milhões (54,5%) em relação ao 2T15, devido ao aumento da inadimplência, tanto dos consumidores normais, como do Governo do Distrito Federal. Na comparação com o 3T14, a provisão apresentou um aumento de R\$ 21,0 milhões (475,4%).
- ✓ **Arrendamento:** no 3T15 houve um aumento de R\$ 0,4 milhão, 4,3% superior na comparação com o 3T14, devido à revisão anual do contrato firmado entre a Investco S.A. e a Controlada CEB Lajeado S.A., que foi atualizado pelo INPC.

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

No 3T15, a conta Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi negativa, no total de R\$ 7,8 milhões. Na comparação com o 2T15, houve um acréscimo de R\$ 5,2 milhões. Os itens que mais variaram na apuração desse valor foram: a Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios (variação de R\$ 13,1 milhões); e as Multas da ANEEL (variação de 17,5 milhões).

	Trimestres							
	3T15	2T15	3T14	Δ Trim.	Δ Ano	9M15	9M14	Δ Ano
Outras Receitas Operacionais	3T15	2T15	3T14	Δ Trim.	Δ Ano	9M15	9M14	Δ Ano
Outras Receitas Operacionais								
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	8.183	7.412	8.092	10,4%	1,1%	23.699	23.019	3,0%
Rever. de Prov. Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	14.787	1.687	542	776,5%	2.628,2%	17.816	560	3.081,4%
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	3.271	2.851	4.969	14,7%	(34,2%)	11.095	10.138	9,4%
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros	-	461				461		
Ganho na Baixa de Bens	(189)	(51)		270,6%		(288)		
Outras Receitas	21	1.718	1.751	(98,8%)	(98,8%)	1.751	6.687	(73,8%)
Total	26.073	14.078	15.354	85,2%	69,8%	54.534	40.404	35,0%
Outras Despesas Operacionais								
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(9.859)	(9.868)	(8.546)	(0,1%)	15,4%	(28.586)	(28.706)	(0,4%)
Multas ANEEL	(17.682)	(228)	(233)	7.655,3%	7.488,8%	(18.162)	(745)	2.337,9%
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(5.212)	(4.220)	(1.882)	23,5%	176,9%	(11.592)	(5.629)	105,9%
Compensação de Descontinuidade de Energia	(1.010)	(2.314)	(1.495)	(56,4%)	(32,4%)	(7.034)	(11.566)	(39,2%)
Provisão Para Perdas - Depósitos Judiciais	(112)	(50)	1.049			(162)	(1.813)	
Outras Despesas	1	(47)	(15)	(102,1%)	(106,7%)	(149)	(129)	15,5%
Total	(33.874)	(16.727)	(11.122)	102,5%	204,6%	(65.685)	(48.588)	35,2%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(7.801)	(2.649)	4.232			(11.151)	(8.184)	

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 3º Trimestre de 2015

8

RESULTADO FINANCEIRO

No 3T15, o resultado financeiro foi negativo, no montante de R\$ 42,9 milhões (R\$ 7,2 milhões negativo no 2T15). Na comparação com o 3T14 (R\$ 8,9 milhões), houve um acréscimo do resultado negativo de R\$ 33,9 milhões.

	Trimestres							
	3T15	2T15	3T14	Δ Trim.	Δ Ano	9M15	9M14	Δ Ano
Receitas Financeiras								
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	42.348	6.896		514,1%		58.054		
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	5.143	5.214	5.758	(1,4%)	(10,7%)	14.097	11.707	20,4%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	2.708	2.862	2.225	(5,4%)	21,7%	8.492	7.279	16,7%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.170	1.615	1.630	158,2%	155,8%	6.800	5.728	18,7%
Multas e Penalidades Aplicadas	155	64	68	142,2%	127,9%	408	1.458	(72,0%)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(1.418)					
Outras Receitas Financeiras	822	856	2.087	(4,0%)	(60,6%)	1.987	3.905	(49,1%)
Total	55.346	17.507	10.350	216,1%	434,7%	89.838	30.077	198,7%
Despesas Financeiras								
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(23.854)	(20.039)	(7.090)	19,0%	236,4%	(66.647)	(26.191)	154,5%
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica	(36.113)	4.354	(2.059)	(929,4%)	1.653,9%	(53.516)	(2.059)	2.499,1%
Encargos de Dívidas	(18.141)	(9.010)	(8.383)	101,3%	116,4%	(37.518)	(19.089)	96,5%
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios	(9.447)	(140)		6.647,9%		(10.176)		
Atualização de Benefício pós-emprego		(420)	(878)	(100,0%)	(100,0%)	(1.118)	(2.899)	(61,4%)
Outras Despesas Financeiras	(10.683)	321	(885)	(3.428,0%)	1.107,1%	(12.334)	(2.324)	430,7%
Total	(98.238)	(24.934)	(19.295)	294,0%	409,1%	(181.309)	(52.562)	244,9%
Resultado Financeiro	(42.892)	(7.427)	(8.945)	477,5%	379,5%	(91.471)	(22.485)	306,8%

Os principais eventos que causaram esta variação negativa nos períodos comparados foram os seguintes:

- ✓ **Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos:** Em relação ao 3T15, houve as variações de 19,0% e 236,4%, na comparação com o 2T15 e 4T14, respectivamente. Tais apurações foram reflexos do reconhecimento da Atualização Monetária:
 - do parcelamento da CIP, no valor de R\$ 3,1 milhões no 3T15 e de R\$ 15,0 milhões, nos 9M15; e
 - do contrato de dívida da CEB Distribuição S.A. com a FACEB, que é atualizado pela variação do INPC, gerando uma atualização de R\$ 9,0 milhões nos 9M15.
- ✓ **Variação Cambial Sobre Faturas de Energia Elétrica:** no 3T15, a variação cambial reconhecida sobre as faturas de compra de energia elétrica de ITAIPU foi de R\$ 36,1 milhões negativa (R\$ 4,3 milhões positiva no 2T15), registrando uma variação de -929,4%, justificada pela apreciação do dólar no período (US\$ 3,1390, em 29/06/2015 – US\$ 4,1172, em 29/09/2015). No acumulado do 9M15, a variação cambial apresentou saldo negativo de R\$ 53,5 milhões (R\$ 2,9 milhões nos 9M14).
- ✓ **Encargos da Dívida:** o aumento dos encargos ocorreu em função de novas captações e renegociações de empréstimos e financiamentos no 4T14 ocorridas na CEB Distribuição S/A.

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM Nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
3º Trimestre de 2015

9

investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado), não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda, que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 3T15, o EBITDA Ajustado foi negativo, no montante de R\$ 1,5 milhão (R\$ 62,9 milhões positivo no 2T15), ocorrendo uma queda de -102,4% na comparação com o 2T15. A Margem EBITDA Ajustada no 3T15 foi de -0,2%, enquanto no 2T15 foi de 10,8%, e 1,9% no 3T14. A redução do EBITDA em relação ao 3T14 deveu-se, principalmente, ao aumento do Custo da Energia Comprada, que apresentou uma variação de 40,0% (R\$ 464,7 milhões no 3T15 – R\$ 332,0 milhões no 3T14) e aos Encargos do Consumidor, devido às políticas governamentais para o setor adotadas em 2015. O aumento destes encargos gerou uma variação de 1.637,4% (R\$ 206,2 milhões no 3T15 – R\$ 11,9 milhões no 3T14). No acumulado do 9M15, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 82,4 milhões (R\$ 90,2 milhões negativo no 9M14).

R\$ mil	Trimestres					9M15	9M14
	3T15	2T15	3T14	Δ Trim.	Δ Ano		
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	(111.257)	20.134	(10.461)	(652,6%)	963,5%	(147.770)	(158.456)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	53.638	22.469	(106)	138,7%		99.378	7.473
(+) Resultado Financeiro	42.892	7.427	8.945	477,5%	379,5%	91.471	22.485
(+) Depreciação / Amortização	13.015	12.917	12.751	0,8%	2,1%	39.093	39.895
EBITDA	(1.712)	62.947	11.129	(102,7%)	(115,4%)	82.172	(88.603)
Ajustes:							
(+/-) Ganho na Venda de Bens	189	(48)	(1.681)	(493,8%)	(111,2%)	288	(1.692)
EBITDA Ajustado	(1.523)	62.899	9.448	(102,4%)	(116,1%)	82.460	(90.295)
Margem EBITDA %	(0,3)	10,8	2,3	(102,6%)	(112,2%)	13,3	(6,5)
Margem EBITDA Ajustado %	(0,2)	10,8	1,9	(102,3%)	(112,7%)	13,4	(6,6)

PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO

O Prejuízo Consolidado no 3T15 foi de R\$ 111,2 milhões, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de R\$ 115,5 milhões (R\$ 17,8 milhões de Lucro no 2T15 e R\$ 10,5 milhões de Prejuízo no 3T14), representando uma variação de -748,6% e 955,5%, respectivamente. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um Lucro de R\$ 4,2 milhões (R\$ 0,4 milhão no 3T14). No acumulado dos 9M15, o Prejuízo Consolidado foi de R\$ 147,7 milhões (R\$ 158,5 milhões nos 9M14).

	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano	9M15	9M14
	3T15	2T15	3T14				
Lucro Líquido/(Prejuízo) Consolidado do Período	(111.257)	20.134	(10.461)	-652,58%	963,54%	(147.770)	(158.456)
Margem Líquida	-18,03%	3,45%	-2,14%	-622,61%	742,52%	-8,26%	-11,62%
Lucro/(Prejuízo) Atribuído aos Controladores	(115.509)	17.809	(10.943)	-748,60%	955,55%	(154.860)	(166.115)
Lucro/(Prejuízo) Por Ação (R\$)	(12,5758)	1,9393	(1,1917)	-748,47%	955,28%	(16,8638)	(16,8978)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 3º Trimestre de 2015

10

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Consolidada apresentou um aumento de R\$ 98,9 milhões, (30,8%) superior em relação a dezembro de 2014. Em comparação com setembro de 2014, o acréscimo foi de 163,8 milhões (63,9%). O aumento está ligado à emissão de debêntures pela controlada CEB Distribuição S.A. no valor de R\$ 130,0 milhões, ocorrida no 3T15. A Dívida Líquida em setembro de 2015, em quantidade de EBITDA, correspondeu a 2,6. Com relação a dezembro e setembro de 2014, os EBITDA anualizados foram negativos no montante de R\$ 30.569 e R\$ 194,2 milhões, respectivamente.

	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014	Δ Trim.	Δ Ano
Empréstimos e Financiamentos / Debêntures					
Curto Prazo	71.880	69.417	54.220	3,55%	32,57%
Longo Prazo	348.161	251.694	201.991	38,33%	72,36%
Dívida Total	420.041	321.111	256.211	30,81%	63,94%
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	59.529	66.006	62.278	(9,81%)	(4,41%)
= Dívida Líquida (R\$ mil)	360.512	255.105	193.933	41,32%	85,90%
Dívida Líquida / EBITDA*	2,6	-	-		

*EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta - Moeda Nacional	2015	2016	2017	2019	2020 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	64.391	15.449	62.914	43.894	51.617	292.130
Debêntures	7.489	8.986	31.824	31.824	15.964	127.911

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS / DEBÊNTURES

R\$ mil	30/09/2015		
	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2014	321.111		321.111
Empréstimos e Financiamentos / Debêntures	20.000	130.000	150.000
Encargos Incorridos no Período	31.927	6.691	38.618
Custo de Transação	(393)	(2.158)	(2.551)
Encargos Financeiros Pagos	(26.126)	(6.622)	(32.748)
Amortizações do Principal	(54.389)	-	(54.389)
Saldo em 30 de Setembro de 2015	292.130	127.911	420.041

ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA

R\$ mil	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Empréstimos e Financiamentos / Debêntures	420.041	321.111	256.211
Caixa e Equivalentes de Caixa	(59.529)	(66.006)	(62.278)
Dívida líquida	360.512	255.105	193.933
Patrimônio Líquido	182.038	123.323	106.689
Total do Capital	542.550	378.428	300.622
Índice de Alavancagem Financeira Líquida - %	66,4%	67,41	64,5%

(Dívida Líquida) / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)

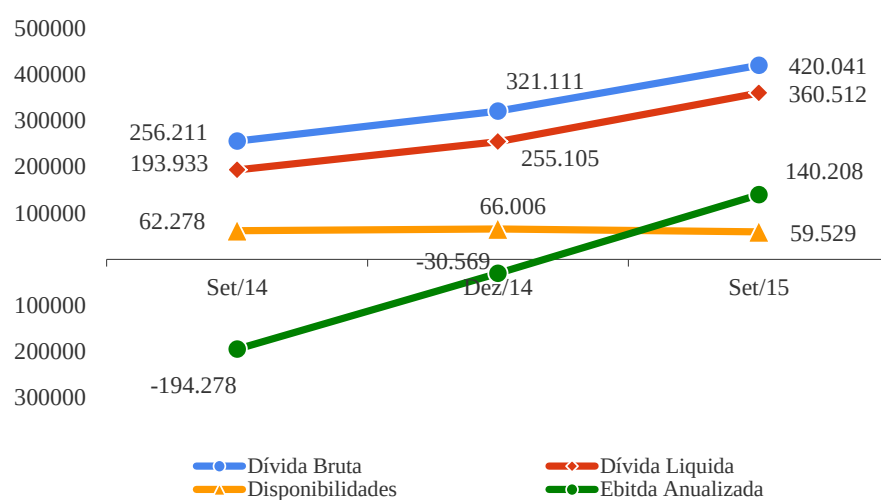
Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
3º Trimestre de 2015

11

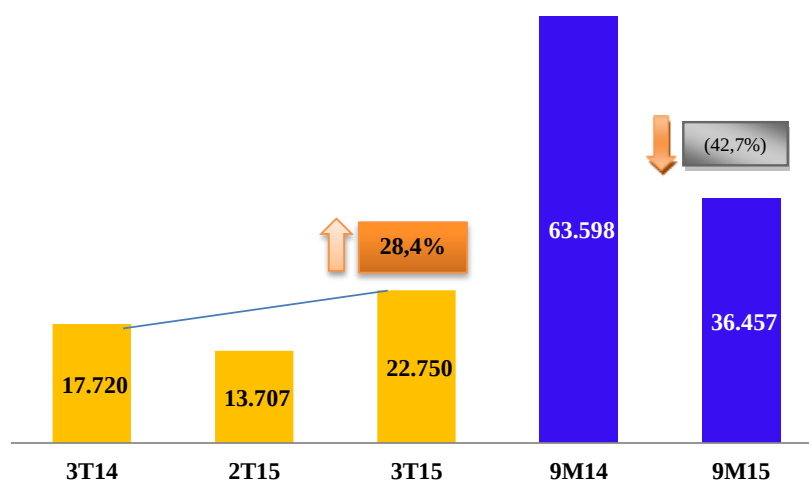
COMPORTAMENTO DA DÍVIDA



CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

R\$ mil	Trimestres						9M15	9M14	Δ Ano
	3T15	2T15	3T14	Δ Trim.	Δ Ano				
CAPEX	22.750	13.707	17.720	65,98%	28,39%		36.457	63.598	(42,68%)

COMPORTAMENTO DO CAPEX – R\$ MIL



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

3º Trimestre de 2015

12

No 3T15, os investimentos totalizaram R\$ 22,8 milhões, apresentando um incremento de R\$ 9,0 milhões (65,7%) em relação ao 2T15 (R\$ 13,7 milhões). Quando comparado com o 3T14, o CAPEX também foi superior no montante de R\$ 5,0 milhões (28,2%0). Nos 9M15, o CAPEX atingiu um total R\$ 36,5 milhões (R\$ 63,6 milhões nos 9M14). Esta redução ocorreu em função do fato de que, naquele período, os investimentos contemplavam gastos relacionados com a Copa 2014.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
3º Trimestre de 2015

13

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R\$ mil	Trimestres				
	3T15	2T15	3T14	9M15	9M14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.088.460	1.030.061	658.377	2.977.815	1.853.235
Fornecimento de Energia Elétrica	812.292	794.880	483.602	2.234.849	1.381.093
Energia de Curto Prazo	94.498	114.420	84.324	321.788	215.329
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	117.869	47.337		221.347	
Receita de Construção	22.202	23.281	28.829	65.692	102.100
Aporte de Recursos CDE	13.494	15.353	9.730	40.727	27.023
Receita de Prestação de Serviços	5.058	9.830	32.986	24.301	67.906
Suprimento de Energia	7.196	7.160	6.948	22.028	24.972
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	7.180	9.236	4.248	21.815	12.200
Receita de Venda de Gás	1.144	1.154	1.162	3.345	3.473
Outras Receitas	7.527	7.410	6.548	21.923	19.139
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(471.526)	(445.765)	(170.597)	(1.189.116)	(489.628)
Tributos Sobre Receita Operacional Bruta	(265.350)	(254.250)	(158.729)	(722.602)	(455.150)
Encargos do Consumidor	(206.176)	(191.515)	(11.867)	(466.509)	(34.477)
Descontos Incondicionais	-	-	(1)	(5)	(1)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	616.934	584.296	487.780	1.788.699	1.363.607
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(618.646)	(521.349)	(476.651)	(1.706.527)	(1.452.210)
Custo da Energia Comprada	(464.754)	(369.002)	(332.000)	(1.265.667)	(957.311)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(309.377)	(286.450)	(265.761)	(897.899)	(743.966)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(189.699)	30.244	(52.637)	(256.528)	(186.701)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	34.322	(112.796)	(27.917)	(111.240)	(67.162)
Ressarcimento de Recursos da CDE			1.763		7.053
Repasse de Recursos da CONTA – ACR			12.552		33.465
Demais Custos/Despesas Operacionais, Líquidas	(153.892)	(152.347)	(144.651)	(440.860)	(494.899)
Pessoal e Administradores	(46.473)	(48.365)	(44.896)	(145.039)	(144.737)
Serviços de Terceiros	(38.116)	(37.681)	(51.885)	(110.544)	(137.429)
Custo de Construção	(22.202)	(23.281)	(28.829)	(65.692)	(102.100)
Provisão Estimada Para Crédito de Liquidação Duvidosa	(25.524)	(16.525)	(4.436)	(54.185)	(17.451)
Arrendamento	(10.463)	(10.462)	(10.033)	(31.388)	(30.098)
Material	(1.396)	(1.361)	(2.614)	(3.801)	(6.969)
Gás Comprado para Revenda	(847)	(1.629)	(842)	(3.233)	(2.514)
Equivalência Patrimonial	4.866	(2.748)	2.173	4.471	(20.881)
Provisão Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	9.575	(2.533)	(1.340)	6.224	(5.069)
Outras Despesas Operacionais	(34.598)	(20.153)	(16.761)	(74.391)	(67.495)
Outras Receitas Operacionais	11.286	12.391	14.812	36.718	39.844
EBITDA	(1.712)	62.947	11.129	82.172	(88.603)
Margem EBITDA	-0,28%	10,77%	2,28%	4,59%	-6,50%
Depreciação e Amortização	(13.015)	(12.917)	(12.751)	(39.093)	(39.895)
EBIT	(14.727)	50.030	(1.622)	43.079	(128.498)
Resultado Financeiro	(42.892)	(7.427)	(8.945)	(91.471)	(22.485)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	(57.619)	42.603	(10.567)	(48.392)	(150.983)
DEDUÇÕES	(53.638)	(22.469)	106	(99.378)	(7.473)
IRPJ/CSLL	(53.638)	(22.469)	106	(99.378)	(7.473)
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO PERÍODO	(111.257)	20.134	(10.461)	(147.770)	(158.456)
Margem Líquida	-18,03%	3,45%	-2,14%	-8,26%	-11,62%
Atribuível aos Acionistas Controladores	(115.509)	17.809	(10.943)	(154.860)	(166.115)
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	4.252	2.325	482	7.090	7.659
Quantidade de Ações em R\$ mil	9.183	9.183	9.183	9.183	9.183
Lucro/(Prejuízo) Atribuído aos Acionistas Controladores por Ação (R\$)	(12,57580)	1,93934	(1,19166)	(16,86380)	(16,89780)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 3º Trimestre de 2015

14

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - R\$ mil	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Reapresentado			
Total Ativo	3.353.016	2.804.094	2.461.639
Circulante	1.395.033	839.386	603.766
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.529	66.006	62.278
Contas a Receber	562.262	441.174	395.289
Aplicações Financeiras			295
Estoques	13.803	19.327	22.046
Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.707	8.028	10.156
Tributos e Contribuições Compensáveis	15.662	12.611	40.286
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	664.796	205.264	
Demais Créditos	75.274	86.976	73.416
Não Circulante	1.957.983	1.964.708	1.857.873
Aplicações Financeiras	6.206		
Contas a Receber	11.001	7.733	49.376
Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.119	5.857	5.856
Tributos e Contribuições Compensáveis	28.391	30.156	17.207
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	120.620	138.738	
Ativo Financeiro Indenizável	818.850	841.273	797.813
Demais Créditos	1.864	1.941	1.766
Investimentos	656.162	658.575	658.457
Imobilizado	104.222	122.714	123.390
Intangível	203.548	157.721	204.008
Total Passivo	3.353.016	2.804.094	2.461.639
Circulante	1.531.112	1.115.653	1.041.609
Fornecedores	304.060	363.258	393.761
Obrigações Tributárias	277.702	175.940	169.061
Contribuição de Iluminação Pública	136.503	83.603	220.491
Encargos Regulatórios	123.928	40.980	40.313
Debêntures	7.489		
Empréstimos e Financiamentos	64.391	69.417	54.220
Obrigações Societárias	27.347	30.322	29.595
Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.121	36.862	37.679
Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	375.204	208.902	
Benefícios Pós Emprego	42.057	60.863	64.310
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios	9.950	5.901	5.250
Demais Obrigações	128.360	39.605	26.929
Não Circulante	1.382.666	1.340.059	1.083.518
Fornecedores	39.668		1.138
Obrigações Tributárias	289.461	195.916	145.753
Contribuição de Iluminação Pública	116.216	129.500	
Debêntures	120.422		
Empréstimos e Financiamentos	227.739	251.694	201.991
Benefícios Pós Emprego	279.219	294.899	308.218
Encargos Regulatórios	172.413	145.955	138.376
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios	68.129	78.464	71.613
Obrigações Vinculadas a Concessão	54.664	27.840	
Demais Obrigações	14.735	215.791	216.429
Patrimônio Líquido	439.238	348.382	336.512
Atribuído aos acionistas controladores	208.579	123.323	106.689
Capital Social	566.025	342.056	342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		11.969	11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	48.284	20.325	12.958
Prejuízos Acumulados	(405.730)	(251.027)	(260.294)
Atribuído aos acionistas não controladores	230.659	225.059	229.823

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
3º Trimestre de 2015

15

ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ mil	3T15	2T15	3T14	9M15	9M14
Atividades:					
Operacionais	(124.362)	39.407	8.322	(74.326)	41.356
Investimento	(12.821)	(3.602)	(8.921)	(20.421)	(30.438)
Financiamento	103.720	(18.373)	(12.874)	88.270	(29.903)
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(33.463)	17.432	(13.473)	(6.477)	(18.985)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	92.992	75.560	91.274	66.006	96.786
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	59.529	92.992	77.801	59.529	77.801
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	(33.463)	17.432	(13.473)	(6.477)	(18.985)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
3º Trimestre de 2015

16

ANEXO IV – RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO – R\$ MIL

Consumidores	9M15	9M14	9M15	9M14	9M15	9M14
	Consumidores		MWh		Valor	
Residencial	879.947	847.919	1.682.293	1.711.275	844.035	550.859
Industrial	1.695	1.689	142.523	176.255	86.197	58.188
Comercial	108.295	106.258	1.518.428	1.515.134	769.042	479.899
Rural	10.201	10.053	109.942	113.451	40.629	23.895
Poder Público	5.901	6.049	453.078	466.599	251.394	162.061
Iluminação Pública	19	19	322.737	311.672	100.528	53.872
Serviço Público	316	314	241.278	265.979	97.490	58.811
(=) Fornecimento faturado	1.006.374	972.301	4.470.279	4.560.365	2.189.315	1.387.585
Consumo Próprio	49	50	1.225	1.401		
Fornecimento Não Faturado Líquido					39.253	(6.491)
Encargo de Capacidade Emergencial					1	2
Efeito Líquido – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					45.534	
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					(11.627)	
Aportes Recursos CDE					40.727	27.023
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.006.423	972.351	4.471.504	4.561.766	2.303.203	1.408.119
Energia Elétrica de Curto Prazo					318.799	211.622
Disponibilização do Sistema de Distribuição					22.444	12.783
Receita de Construção					65.692	102.100
Receita da Prestação de Serviços					585	1.527
Arrendamentos e Aluguéis					19.779	18.114
Outras Receitas e Rendas					2.146	1.028
Total da Receita Operacional					2.732.648	1.755.293
Deduções da Receita					(1.155.648)	(470.205)
Impostos					(439.281)	(280.555)
ICMS					(438.366)	(279.492)
ISS					(915)	(1.063)
Contribuições					(252.801)	(156.405)
PIS / PASEP					(45.072)	(27.899)
COFINS					(207.729)	(128.506)
Encargos do Consumidor					(463.566)	(33.245)
Encargo de Capacidade Emergencial					(1)	(2)
Reserva Global de Reversão – RGR						
Programa de Eficiência Energética – PEE					(7.651)	(5.589)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE					(296.610)	(22.065)
Conta de Consumo de Combustível – CCC						
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D					(7.651)	(5.589)
Outros Encargos					(151.653)	
Receita Operacional Líquida					1.577.000	1.285.088

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sede social na cidade de Brasília, Distrito Federal, endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa).

Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A CEB pode participar de outras sociedades como sócia-quotista ou acionista, assim como da exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização, distribuição de energia elétrica e serviços correlatos.

1.2 Participações Societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme quadro a seguir:

Investidas	Atividade	30/09/2015	31/12/2014
Participações diretas			
Em Controladas			
CEB D	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em Controlada em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

1.2.1 Controladas

a) CEB Distribuição S.A

A CEB Distribuição S.A. (“CEB D”) é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília – CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D

O Contrato de Concessão nº. 066/1999-ANEEL celebrado entre a CEB e a União (representada pela ANEEL) em 26 de agosto de 1999, com vigência até 07 de julho de 2015, terá sua prorrogação formalizada na primeira quinzena de dezembro de 2015, conforme despacho de 09 de novembro de 2015 do Ministro de Estado de Minas e Energia, que deferiu o requerimento de prorrogação e convocou a Concessionária para assinatura do Quarto Termo Aditivo do referido Contrato.

Em 29 de junho de 2012, através da Carta nº 267/2012-DD, a CEB D protocolou na ANEEL o requerimento de prorrogação de Concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, anexando, para tanto, os comprovantes de regularidade e adimplemento, conforme exigência contratual vigente.

Nos termos da MP nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, a CEB D, por meio da Carta nº 367/2012-DD, ratificou na ANEEL o pedido de prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal por um período adicional de 30 (trinta) anos, bem como encaminhou os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e setorial, de qualificação jurídica, econômico-financeira e técnica, conforme definido pelo referido Decreto.

Em 02 de junho de 2015, foi editado o Decreto nº 8.461, que regulamenta a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, e estabelece a possibilidade de prorrogação das concessões por mais 30 anos, considerando o atendimento das seguintes condições:

- eficiência com relação à qualidade do serviço;
- eficiência com relação à gestão econômico-Financeira;
- racionalidade operacional e econômica; e
- modicidade tarifária.

O Tribunal de Contas da União, na Sessão Ordinária realizada em 09 de setembro de 2015, emitiu o Acórdão nº 2253/2015-TCU, em que decidiu determinar à ANEEL e ao MME que mantenham os critérios objetivos previstos no Decreto nº 8.461, com o objetivo de aumentar as garantias de prestação do serviço adequado e de reduzir eventual tempo de exposição do consumidor ao serviço inadequado.

(ii) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D

As ações da Administração dirigidas à CEB D consistem na busca da eficiência operacional e financeira para garantir a renovação da Concessão da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, bem como retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, e à eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: alto índice de endividamento além de custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atualmente, os recursos de terceiros ultrapassaram o total do ativo e a Concessionária, em decorrência, está com seu passivo a descoberto. De fato, do lado dos custos e despesas operacionais, os mesmos estão acima dos recursos que recebe via tarifa para esse fim.

Para combater a grave crise financeira, a Administração, em janeiro de 2015, concebeu um plano de trabalho que envolve três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do “Grupo CEB”.

A primeira fase, os ajustes pontuais, foi executada.

A segunda fase, os ajustes estruturais, também foi implantada com êxito: reduziu-se a estrutura organizacional, com a diminuição do número de diretorias, e atuou-se em duas frentes para reduzir os elevados custos do Plano Assistencial. A dupla atuação ocorreu na esfera judicial, mediante o acompanhamento proativo da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada em 2014 pelo Chefe do Poder Executivo contra as Leis n. 3.010/02 e 3.199/03, e na esfera administrativa, ao conceber um novo plano mais adequado, em termos de mercado e custos para o patrocinador. A decisão judicial aconteceu antes, em setembro de 2015. Com efeito, tão logo a referida ação de inconstitucionalidade seja transitada em julgado, além da redução mensal dessas despesas, a CEB D poderá reduzir seu passivo relativo ao Plano Assistencial em R\$ 279,3 milhões.

A terceira fase, a reorganização societária do “Grupo CEB”, está em seu início, conforme Fato Relevante publicado em 28 de setembro de 2015, resultando na finalização do Plano de Transformação, que consiste na alienação de ativos imóveis, de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, para enfrentar os dois problemas estruturais mencionados no âmbito da CEB Distribuição S.A., de forma definitiva.

Sua implantação injetará recursos em volume suficiente para reduzir o endividamento a níveis compatíveis com as metas fixadas pela ANEEL no novo contrato de concessão, além de estancar a sangria de recursos oriundos do serviço da dívida. Diminuirá também, ao longo do tempo, os custos e despesas operacionais, até que os mesmos fiquem compatíveis com os valores das tarifas concedidas para esse fim.

O objetivo da Administração, portanto, é sanear as finanças da CEB Distribuição S.A., tornando-a uma concessionária de distribuição de energia mais eficiente e eficaz na prestação dos seus serviços.

(iii) Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário anual visa repassar à tarifa os impactos produzidos pelos custos não gerenciáveis da concessão (compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão). Vislumbra também ajustar os custos gerenciáveis da distribuidora (custos operacionais, remuneração pelos investimentos realizados e quota de depreciação) com a incidência parcial da atualização monetária (pela dedução do Fator X, que significa o compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade).

A Nota Técnica nº 211/2015-SGT/ANEEL, de 12 de agosto de 2015, detalha os valores que foram considerados, segundo metodologias definidas nos módulos do PRORET. Destaque-se no referido documento, que apenas parte do diferimento tarifário ocorrido em agosto de 2014, no montante de R\$ 25.462 foi contemplado no reajuste tarifário de agosto de 2015, restando um saldo referente ao mencionado diferimento de R\$ 120.288, que dependerá de avaliação regulatória para ser recebido na revisão tarifária de 2016.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2015 da CEB D. O reajuste médio percebido pelos consumidores a partir de 26 de agosto de 2015 foi de 18,66%.

(iv) Revisão tarifária extraordinária

Em 27 de fevereiro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou um índice médio de revisão tarifária extraordinária (“RTE”) de 24,14% para a CEB D, com vigência a partir de 02 de março de 2015. A RTE está prevista nos contratos de concessão das distribuidoras, sendo permitido que a ANEEL revise suas tarifas quando houver um desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos, resultante de alterações nos custos não gerenciáveis das concessionárias, tais como: custos de compra de energia e encargos. Esse reajuste foi integralmente repassado à gestão setorial, já que teve por finalidade cobrir os custos do setor elétrico decorrentes da aquisição da energia comprada para revenda, da elevação da tarifa de Itaipu Binacional e da revisão das quotas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

(v) Bandeiras tarifárias

Em 2015, as contas de energia passaram a sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica – sistema de bandeiras tarifárias. Pelo sistema, as bandeiras, nas cores verde, amarela e vermelha, indicam as condições de geração de energia no país, sinalizando o custo de geração de energia elétrica para o consumidor, conforme abaixo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,045 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido.

De acordo com a ANEEL, as Bandeiras Tarifárias tem a finalidade de informar ao consumidor, mês a mês, o custo real da geração de energia elétrica no país. Não existe, portanto, um novo custo, mas um sinal de preço que informa ao consumidor o custo real da geração no momento em que ele está consumindo a energia.

O sistema de bandeiras é aplicado por todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

O repasse dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias é realizado pelas distribuidoras à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, administrada pela CCEE, e os recursos disponíveis nessa conta são repassados mensalmente às distribuidoras, considerando os custos realizados da geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo.

(vi) Repasses de recursos da CDE e da CONTA - ACR

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada originalmente pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; e promover a competitividade da energia

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), e da Medida Provisória nº 605, vigente no período de 23 de janeiro a 03 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado, quais sejam: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica (na vigência da MP 605/2013); e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição (na vigência da MP nº 605/2013).

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945, de 07 de março de 2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico; exposição involuntária; ESS por segurança energética; e o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial nº MME/MF nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para revenda (CVA Energia e CVA ESS). Esse repasse teve apuração anual, nos processos de reajuste e revisão tarifária das concessionárias de distribuição realizados no período de março de 2013 a fevereiro de 2014.

(vii) Emissão de debêntures

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anuiu à emissão de debêntures no valor de R\$ 130.000. A CEB D optou por emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e legislação aplicável. As debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados da sua emissão realizada no dia 15 de junho de 2015, vencendo assim em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. As debêntures têm carência de 12 meses contados da data de emissão para início da amortização do principal. O referido instrumento é remunerado a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis por ano. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia, com a emissão das debêntures e disponibilizados a partir de 01 de julho de 2015, foram destinados para (a) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (b) no cumprimento de obrigações setoriais. O pagamento das obrigações contratuais foi garantido pela (a) cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das Debêntures até sua liquidação total e das demais obrigações acessórias e (b) alienação fiduciária de um dos imóveis, atualmente classificado como propriedade para investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das Debêntures. (Nota 21)

b) CEB Geração S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, detentora de 02 (duas) concessões de geração de energia elétrica, senão vejamos:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) UTE Brasília

Outorgada pela Portaria do Ministério de Minas Energia – MME nº 255, e termo final da concessão em 07 de julho 2015. Para essa concessão, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL, no dia 29 de junho de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica, conforme Subcláusula Primeira e Segunda da CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato de Concessão nº 65/1999 ANEEL. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL, no dia 28 de agosto de 2012, negou o pedido de prorrogação, alegando não haver nos termos da legislação vigente, possibilidade de uma segunda prorrogação, solicitando arquivamento do pedido. Para atendimento à Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, o pedido de ratificação da prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em 19 de novembro de 2014, por meio do Despacho nº 4.511, a Diretoria da ANEEL autorizou o início do processo de caducidade da concessão da UTE Brasília de titularidade da CEB Geração S.A, dado que a premissa básica para a condição de operação comercial encontrava-se há tempos comprometida, estando a operação comercial suspensa desde dezembro de 2012.

Em 03 de fevereiro de 2015, a CEB Geração S.A. recebeu o Termo de Intimação – TI nº 1001/2015-SFG/ANEEL, acerca da abertura da penalidade de caducidade da concessão para exploração da UTE Brasília, conforme Deliberação da Diretoria da ANEEL nos termos do Despacho nº 4.511/2014.

Em 27 de fevereiro de 2015, no prazo regulamentar, a CEB Geração S.A. se manifestou sobre o objeto do TI nº 1001/2015 e, pelas motivações apresentadas, solicitou à ANEEL que fosse afastada a intenção de aplicação de penalidade, de modo que a concessão não fosse extinta por caducidade e sim por advento do término contratual.

Por meio do Despacho nº 1.176, de 22 de abril de 2015, a ANEEL decidiu encaminhar os autos do Processo nº 48500.003992/2008-88 ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de declarar a caducidade da concessão da Usina Termelétrica – UTE Brasília outorgada à CEB Geração S.A.

(ii) UHE Paranoá

Outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969 e prorrogada pela Portaria MME nº 255, e termo final da concessão em 29 de outubro de 2019. Para essa concessão, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL, no dia 24 de outubro de 2014, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Hidroelétrica do Paranoá, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e Despacho ANEEL nº 3.065/2012.

Em função da Nota Técnica nº 562/2014 – ANEEL, A CEB Geração S.A. manifestou-se contrária à prorrogação da concessão de geração de energia elétrica da Usina do Paranoá, apesar de requerida em 23 de outubro de 2014, por considerar inviável a condição apresentada pela ANEEL. A Diretoria da Companhia Energética de Brasília – CEB, em 22 de maio de 2015, acatou o encaminhamento da não antecipação da prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Paranoá e o Conselho de Administração referendou essa decisão, que foi encaminhada à apreciação da 88ª Assembleia Geral de Acionistas, que ratificou a decisão daquele colegiado.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.251/15, determinou que a Superintendência de Concessão e Autorização de Geração – SCG tomasse as providências cabíveis junto ao Ministério de Minas e Energia para a inclusão da referida usina no rol das geradoras a serem oportunamente licitadas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) CEB Participações S.A. – CEBPar

Sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG – CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

d) CEB Lajeado S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da INVESTCO S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

e) Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS

Sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000, tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia poderá ainda:

- efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 09 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da CEBGÁS com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações.

1.2.2 Controlada em Conjunto

a) Energética Corumbá III S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

1.2.3 Coligada

a) Corumbá Concessões S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A participação do Grupo no capital social da empresa é de 47,57%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,36% de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng-Civilsan S.A. (“Serveng”) requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos nos contratos de obras gerado por atrasos no recebimento das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentada em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativa à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando, portanto, R\$ 122.601, em 31 de dezembro de 2009.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng, dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que fosse dado andamento ao seu pleito no valor de R\$180.542, naquele momento.

Em 23 de julho de 2014 o Tribunal Arbitral deu conhecimento da sentença às partes, reconhecendo a procedência do pleito formulado pela Serveng, para condenar a Corumbá Concessões S.A. ao pagamento do valor de R\$118.254, atualizado até 30 de junho de 2014, a ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da intimação da sentença, sendo estabelecido ainda que nesse período incidissem juros de 1% a.m. (simples) e correção monetária pelo índice IGP-M.

Por meio da referida sentença arbitral, deu-se liquidez aos valores devidos pela Corumbá Concessões S.A. à Serveng, a título de ressarcimento e de perdas e danos decorrentes dos atrasos nos pagamentos das faturas contratuais, sendo reconhecido integralmente como despesa em 2014.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, o valor do pleito atualizado pelo IGP-M até agosto de 2014 totalizaram R\$ 230.970, por quanto que a sentença arbitral condenou a Corumbá Concessões S.A a pagar a Serveng R\$ 118.253.

Após tomar ciência da manutenção da condenação, foi realizada em 13 de outubro de 2014 a 2ª Reunião do Conselho de Administração – RECA da Corumbá Concessões S.A., na qual os conselheiros, levando em consideração os pareceres do jurídico e da diretoria da Corumbá Concessões S.A, assim como o parecer da Procuradoria do Distrito Federal, deliberaram por unanimidade, acatando a referida decisão arbitral, orientando a Corumbá Concessões S.A a quitar, de forma célere, a referida obrigação, aprovando, ainda, alavancagem financeira para fazer face a essa decisão.

Ao mesmo tempo em que foi reconhecida pelo Conselho de Administração a dívida consolidada na sentença arbitral, foi também solicitado pelos conselheiros representantes das acionistas públicas (CEB, CAESB e TERRACAP) junto à Serveng, um desconto de R\$ 5.000 a ser abatido do valor final da dívida, ao tempo do efetivo pagamento.

(ii) 2ª Emissão de Debêntures

A 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações da Corumbá Concessões S.A., foi dividida em duas séries, uma Primeira Série da espécie quirografária, com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em de espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em de espécie com garantia real, cuja emissão foi aprovada na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2014.

As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”). Como banco liquidante e escriturador/mandatário, o Bradesco S/A.

Características da emissão:

- valor Nominal Unitário: R\$ 500.000 (Quinhentos mil reais);
- quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);
- séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;
- remuneração: equivalente a 128,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);
- valor Total da Oferta Restrita: R\$ 481.500 (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais);
- data de Emissão: 19 de dezembro de 2014;
- data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;
- forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”);
- prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;
- data de Vencimento: 19 de dezembro de 2022;
- banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”);
- agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; e
- código CETIP: Série 1 (“CRUM 12”) e Série 2 (“CRUM 22”).

Destinação dos recursos: Os recursos captados com a 2ª emissão de debêntures foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias contraídas do BNDES/BB e debêntures 1ª emissão, bem como de processos judiciais e reforço do capital de giro.

b) Investco S.A.

Empresa de capital aberto tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A CEB detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco, juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

1.2.4 Outras Participações

a) BSB Energética S.A.

Sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A.

1.3 Concessões das Operações

A CEB, suas controladas e controladas em conjunto, são detentoras das seguintes concessões:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB Distribuição S.A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015(*)
Geração			
CEB Participações S.A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S.A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III S.A	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S.A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasileira de Gás – CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

(*) A CEB Distribuição S.A era detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, em 26 de agosto de 1999, cujo vencimento ocorreu em 07 de julho de 2015. A ANEEL aprovou, em 20 de outubro de 2015, os critérios para a renovação das concessões das distribuidoras de energia elétrica dos contratos com vencimento no período de 2015 a 2017. A medida abrange a renovação não apenas do contrato com a CEB D, mas de outras concessionárias.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, arquivadas em 27 de março de 2015, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 23 de dezembro de 2014 foram emitidas alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 35 – Demonstrações Separadas, em função de alterações feitas na IAS 27 – *Separate Financial Statements* pelo IASB, com a inclusão da possibilidade da adoção do método da equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas e consequentes alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Dessa forma, essas Demonstrações Contábeis individuais passaram a estar em conformidade com os IFRS a partir de 2014, em virtude de já se adotar o método da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos em controladas, em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto.

As políticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Informações Contábeis Intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis, de 31 de dezembro de 2014, com exceção da mudança descrita na nota 2.2.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 09 de novembro de 2015.

2.2 Mudança de Política Contábil

A Companhia e suas controladas até o primeiro semestre de 2015 vinha adotando a política contábil para reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios o regime de caixa. Após estudo realizado pela Companhia, em conjunto com os auditores independentes a Administração entendeu que a forma adequada para apresentação destes Ativos e Passivos é o regime de competência. A Administração entende que esta alteração resulta em uma informação mais confiável e mais relevante para a compreensão dos efeitos destas transações nas demonstrações contábeis.

2.3 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.4 Novas Normas, Alterações e Interpretações

No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.27 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas Demonstrações Contábeis que possam afetar as Informações Contábeis Intermediárias do referido período.

3 REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Em decorrência da mudança de política contábil no reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios e correção de classificação objeto de processamento de valores pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativas ao balanço patrimonial e demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1).

A Companhia também realizou reclassificações nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 e de 30 de setembro de 2014. As reclassificações têm como objetivo uma apresentação mais adequada dos valores divulgados naquelas datas e também para fins de comparabilidade.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Balanço Patrimonial

Controladora					
	Divulgado em 31/12/2014	Ajustes			Reapresentado 31/12/2014
		Reclassificação	Equivalência Patrimonial		
		IRPJ e CSLL Diferidos	CVA - Regime de Caixa para Regime de Competência	Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE	
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.177				7.177
Contas a Receber	56.059				56.059
Estoques	689				689
Tributos e Contribuições Compensáveis	10.082	(8.738)			1.344
Demais Créditos	12.655				12.655
Total do Circulante	86.662	(8.738)			77.924
Não Circulante					
Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.653				4.653
Tributos e Contribuições Compensáveis		8.738			8.738
Demais Créditos	184				184
Realizável a Longo Prazo	4.837	8.738			13.575
Investimentos	415.823		(80.830)	27.069	362.062
Imobilizado	15.948				15.948
Intangível	79				79
Total do Não Circulante	436.687	8.738	(80.830)		391.664
Total do Ativo	523.349		(80.830)		469.588
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	7.857				7.857
Obrigações Tributárias	1.483				1.483
Obrigações Societárias	18.692				18.692
Obrigações Sociais e Trabalhistas	308				308
Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	54				54
Demais Obrigações	333				333
Total do Circulante	28.727				28.727
Não Circulante					
Obrigações Tributárias	97.287				97.287
Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	8.251				8.251
Demais Obrigações	212.000				212.000
Total do Não Circulante	317.538				317.538
Patrimônio Líquido					
Capital Social	342.056				342.056
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	11.969				11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20.325				20.325
Prejuízos Acumulados	(197.266)		(80.830)	27.069	(251.027)
Total do Patrimônio Líquido	177.084		(80.830)	27.069	123.323
Total do Passivo	523.349		(80.830)	27.069	469.588

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado								
	Divulgado em 31/12/2014	Ajustes						Reapresentado 31/12/2014
		Reclassificações					Políticas Contábeis e Reclassificação	
		Ultrapassagem de Demanda	Excedente de Reativos	Depósitos de Cauções CCEE	IRPJ e CSLL Diferidos	Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	CVA - Regime de Caixa para Regime de Competência	
Ativo								-
Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.006							66.006
Contas a Receber	441.174							441.174
Depósitos e Bloqueios Judiciais				8.028				8.028
Estoques	19.327							19.327
Tributos e Contribuições Compensáveis	27.091				(14.480)			12.611
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	138.837					66.427		205.264
Demais Créditos	86.976							86.976
Total do Circulante	779.411			8.028	(14.480)			839.386
Não Circulante								
Contas a Receber	7.733							7.733
Depósitos e Bloqueios Judiciais	13.885			(8.028)				5.857
Tributos e Contribuições Compensáveis	15.676				14.480			30.156
Ativo Financeiro Indenizável	841.273							841.273
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	138.738							138.738
Demais Créditos	1.941							1.941
Realizável a Longo Prazo	1.019.246			(8.028)	14.480			1.025.698
Investimentos	658.575							658.575
Imobilizado	122.714							122.714
Intangível	129.881	8.647	19.193					157.721
Total do Não Circulante	1.930.416	8.647	19.193	(8.028)	14.480			1.964.708
Total do Ativo	2.709.827	8.647	19.193					2.804.094
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	390.327						(27.069)	363.258
Obrigações Tributárias	189.119						(13.179)	175.940
Contribuição de Iluminação Pública	83.603							83.603
Encargos Regulatórios	40.980							40.980
Empréstimos e Financiamentos	69.417							69.417
Obrigações Societárias	30.322							30.322
Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.862							36.862
Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros						66.427	142.475	208.902
Benefícios Pós Emprego	60.863							60.863
Provisões Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	5.901							5.901
Demais Obrigações	39.605							39.605
Total do Circulante	946.999						129.296	(27.069) 1.115.653
Não Circulante								
Obrigações Tributárias	244.382						(48.466)	195.916
Contribuição de Iluminação Pública	129.500							129.500
Empréstimos e Financiamentos	251.694							251.694
Benefícios Pós Emprego	294.899							294.899
Encargos Regulatórios	145.955							145.955
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	78.464							78.464
Obrigações Vinculadas a Concessão		8.647	19.193					27.840
Demais Obrigações	215.791							215.791

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado									
	Divulgado em 31/12/2014	Ajustes							Reapresentado 31/12/2014
		Reclassificações					Políticas Contábeis e Reclassificação		
		Ultrapassagem de Demanda	Excedente de Reativos	Depósitos de Cauções CCEE	IRPJ e CSLL Diferidos	Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	CVA - Regime de Caixa para Regime de Competência	Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE	
Total do Não Circulante	1.360.685	8.647	19.193				(48.466)		1.340.059
Patrimônio Líquido									
Capital Social	342.056								342.056
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	11.969								11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20.325								20.325
Prejuízos Acumulados	(197.266)						(80.830)	27.069	(251.027)
Atribuível as acionista controlador	177.084						(80.830)	27.069	123.323
Atribuível aos acionistas não controladores	225.059								225.059
Total do Patrimônio Líquido	402.143						(80.830)	27.069	348.382
Total do Passivo	2.709.827	8.647	19.193						2.804.094

a) Mudança de Política Contábil e Correção de Reprocessamento

(i) Mudança de Política Contábil

Ativos e Passivos Regulatórios (CVA – Custo Variável da Parcela A): Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, que a Companhia tinha como prática registrá-los pelo regime de caixa.

Com o advento da Orientação Técnica – OCPC08 (“OCPC08”) que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada, a Companhia mudou a política contábil no encerramento do 3º trimestre de 2015. A mudança desta política contábil fez com que o balanço patrimonial e a demonstração das mutações de patrimônio líquido das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 fossem reapresentados. Como o reconhecimento inicial dos ativos e passivos regulatórios, foram realizados somente em 31 de dezembro de 2014, já que tiveram seus efeitos prospectivos, não estamos reapresentando períodos anteriores adicionais aos comparativos mínimos, pois não eram exigidos societariamente.

O efeito desta mudança foi o reconhecimento de um passivo regulatório no valor de R\$ 142.475 que líquido dos tributos gerou um impacto negativo no patrimônio líquido de R\$ 80.830

(ii) Correção de Reprocessamento

Reprocessamento Energia de Curto Prazo – CCEE: A controlada CEB Distribuição constituiu provisão no valor de R\$ 117.386 (R\$ 88.000 em 2013 e R\$ 29.386 em 2014) devido à ausência de leitura dos consumos em linhas de interligação com Furnas e nas conexões de fronteiras. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE comunicou à empresa que estaria reprocessando os valores ausentes de leituras nos próximos documentos de cobrança e a controlada deveria reconhecer a baixa destes valores no passivo. O problema ocorreu nos meses de outubro e novembro quando o reconhecimento destas baixas foi registrado no resultado do exercício gerando uma despesa em duplicidade. Assim, para correção destes valores pela controlada realizou a correção do registro desta transação no patrimônio líquido como ajuste de exercícios anteriores conforme CPC

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1). O valor registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 27.069.

b) Reclassificações

Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos: Com a edição da OCPC 08 – *Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade*, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e regularizado pela CVM, as Concessionárias de energia elétrica passaram a reconhecer os ativos e passivos regulatórios nas demonstrações contábeis societárias. No momento do reconhecimento, os valores de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos foram reconhecidos como retificador do Intangível. Em análise posterior, a Companhia entendeu que a apresentação de tais valores no Intangível não refletia a essência da operação, já que estes, mesmo pertencentes ao grupo de Obrigações Especiais (que são divulgados como retificador do Intangível), não estão vinculados com a infraestrutura de energia, bens estes, passíveis de remuneração.

Tanto a Ultrapassagem de Demanda quanto o Excedente de Reativos são receitas recebidas, sendo que:

- (i) Receita de Ultrapassagem de Demanda é oriunda de Contratos de Fornecimento com grandes consumidores de energia, no qual é definida a demanda a ser utilizada pela unidade consumidora. Caso a demanda realizada exceda a demanda contratada, a diferença é cobrada com base na tarifa de ultrapassagem de demanda que é bem superior às tarifas regulares. As tarifas de ultrapassagem de demanda possuem caráter de penalidade, prevista no art. 93 da Resolução 414/2010, ao consumidor e visam a incentivar o consumidor a não utilizar a rede além do que foi contratado.
- (ii) Excedentes de Reativos, é a receita tem origem na penalidade cobrada do consumidor decorrente da não instalação de equipamentos adequados para controle da energia reativa que podem prejudicar o funcionamento dos sistemas elétricos, gerando custos adicionais à rede distribuidora. O órgão regulador define um limite para essa energia reativa e, violado esse limite, a distribuidora cobra uma tarifa adicional de energia reativa excedente.

Neste sentido, a divulgação destes valores como Obrigação Especial no passivo justifica-se pelo fato que os mesmos serão objeto de revisão tarifária no ciclo seguinte à sua apuração.

Depósitos de Cauções CCEE: Em 2015, a controlada CEB Lajeado S.A realizou uma nova análise sobre a classificação contábil da Caução em Garantia CCEE, registrado em 31 de dezembro de 2014 no Ativo Não Circulante, e concluiu que a melhor classificação, segundo o nível de liquidez, seria no Ativo Circulante. Dessa forma, para manter o critério de comparabilidade das Demonstrações Contábeis, a CEB Lajeado S.A está rerepresentando o ativo do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2014, considerando este saldo como Ativo Circulante. Esta reclassificação está refletida nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CEB.

IRPJ e CSLL Diferidos: Em atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, item 56, na situação em que a entidade apresente separadamente seus ativos e passivos circulantes e não circulantes, os impostos diferidos ativos (passivos) não devem ser classificados como ativos circulantes (passivos circulantes). Desta forma, a Companhia está reclassificando parte dos valores reconhecidos nas controladas e na controladora que não estavam registrados conforme a norma.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valores a Receber/Pagar de Parcela “A” e Outros Itens Financeiros: Devido à mudança de regime de caixa para o regime de competência das operações de Ativos e Passivos Regulatórios (CVA), a Companhia esta reclassificando no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 os valores reconhecidos sobre estas transações naquela data. Desta forma, foi reclassificado o valor de R\$ 66.427 que fazia parte do ativo líquido registrado na rubrica “Valores a Receber de Parcela “A” e Outros Itens Financeiros” no valor de R\$ 138.837 para o passivo na rubrica “Valores a Pagar de Parcela “A” e Outros Itens Financeiros”. O valor apresentado nesta rubrica é composto pelo valor de R\$ 142.475 (Nota 3(a)) e o valor de R\$ 66.427, totalizando R\$ 208.902.

• Patrimônio Líquido

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014 - Divulgado	177.084	402.143
Ajuste de Exercícios Anteriores		
Mudança de Política Contábil - CVA Regime de Caixa para Regime de Competência		(80.830)
Correção de Reclassificação - Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE		27.069
Equivalência Patrimonial sobre:		
Mudança de Política Contábil - CVA Regime de Caixa para Regime de Competência	(80.830)	
Correção de Reclassificação - Reprocessamento Energia de Curto Prazo - CCEE	27.069	
Saldo em 31 de dezembro de 2014 - Reapresentado	123.323	348.382

• Demonstração do Resultado do Exercício

Consolidado			
	Divulgado em 30/09/2014	Ressarcimento de CCEARs	Reapresentado 30/09/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.363.607		1.363.607
Custo com Energia Elétrica	(983.547)	26.236	(957.311)
Custo de Operação	(277.974)		(277.974)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(48.873)		(48.873)
Lucro Bruto	53.213	26.236	79.449
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(181.711)	(26.236)	(207.947)
Despesas com Vendas	(63.070)		(63.070)
Despesas Gerais e Administrativas	(115.812)		(115.812)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(20.881)		(20.881)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	18.052	(26.236)	(8.184)
Outras Receitas Operacionais	66.640	(26.236)	40.404
Outras Despesas Operacionais	(48.588)		(48.588)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(128.498)		(128.498)
Receitas (Despesas) Financeiras	(22.485)		(22.485)
Receitas Financeiras	30.077		30.077
Despesas Financeiras	(52.562)		(52.562)
Prejuízo Operacional antes dos Tributos	(150.983)		(150.983)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.473)		(7.473)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(7.473)		(7.473)
Prejuízo do Período	(158.456)		(158.456)
Atribuído aos Acionistas Controladores	(166.115)		(166.115)
Atribuído aos Acionistas não Controladores	7.659		7.659

Ressarcimento de CCEARs: O Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) é um contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em decorrência dos leilões de energia elétrica provenientes de empreendimentos de geração existentes e de novos empreendimentos.

O ressarcimento de CCEARs ocorre devido a penalidades financeiras aplicadas aos fornecedores por irregularidades ocorridas durante o fornecimento de energia. Estes valores estavam sendo classificados como Outras Receitas Operacionais, mas analisando a essência da operação a Companhia concluiu que a melhor apresentação deste valor seria como retificadora do Custo da Energia Comprada por estar diretamente ligada a esta operação.

• Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia realizou reclassificação de alguns saldos na Demonstração do Valor Adicionado para atender às disposições de alocações de saldos dos itens 14 e 15 do CPC 09. Estas reclassificações envolveram os subgrupos de Insumos Adquiridos de Terceiros, Empregados e Impostos, Taxas e Contribuições. As reclassificações não afetaram os saldos do Valor Adicionado a Distribuir e da Distribuição do Valor Adicionado. A Demonstração do Valor Adicionado da Controladora e do Consolidado, de 30 de setembro de 2014, com as respectivas reclassificações, estão apresentadas a seguir:

	30/09/2014 Divulgado	Controladora			
		Empregados	Reclassificações		30/09/2014 Reapresentado
			INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	
Receitas	65.913				65.913
Venda de Energia e Serviços	65.913				65.913
Outras Receitas					-
Insumos Adquiridos de Terceiros	(45.891)			(4.542)	(50.433)
Serviços de Terceiros	(43.374)			(4.542)	(47.916)
Material	(3.031)				(3.031)
Provisões/Reversões	(17)				(17)
Outros	531				531
Valor Adicionado Bruto	20.022			(4.542)	15.480
Retenções	(101)				(101)
Depreciação e Amortização	(101)				(101)
Valor Adicionado Líquido Produzido	19.921			(4.542)	15.379
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(168.390)				(168.390)
Receitas Financeiras	836				836
Resultado de Equivalência Patrimonial	(169.226)				(169.226)
Valor Adicionado Total a Distribuir	(148.469)			(4.542)	(153.011)
Distribuição do Valor Adicionado	(148.469)			(4.542)	(153.011)
Empregados	8.902		(275)		8.627
Salários e Encargos	8.858	(8.583)	(275)		
Remunerações		8.529			8.529
FGTS		54			54
Benefícios Sociais	44				44
Participação nos Resultados					
Impostos, Taxas e Contribuições	7.937		275	(4.542)	3.670
Federal	6.599		275	(4.542)	2.332

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				
	30/09/2014 Divulgado	Empregados	Reclassificações INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	30/09/2014 Reapresentado
Estadual e Municipal	1.338				1.338
Remuneração de Capitais de Terceiros	807				807
Aluguéis	752				752
Despesas Financeiras	55				55
Remuneração de Capitais Próprios	(166.115)				(166.115)
Prejuízos de Período	(166.115)				(166.115)

	Consolidado				
	30/09/2014 Divulgado	Empregados	Reclassificações INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	30/09/2014 Reapresentado
Receitas	1.851.986				1.851.986
Venda de Energia e Serviços	1.751.135				1.751.135
Receita de Construção de Ativos Próprios	102.100				102.100
(Prov.)/Rev. de Estimativa de Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.451)				(17.451)
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	1.692				1.692
Outras Receitas	14.510				14.510
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.250.827)			(115.005)	(1.365.832)
Custos com Serviço de Energia Elétrica	(983.547)			(107.379)	(1.090.926)
Custos de Construção	(102.100)				(102.100)
Serviços de Terceiros	(136.097)			(4.542)	(140.639)
Material	(6.969)				(6.969)
Provisões/Reversões	14.161				14.161
Outros	(36.275)			(3.084)	(39.359)
Valor Adicionado Bruto	601.159			(115.005)	486.154
Retenções	(39.895)				(39.895)
Depreciação e Amortização	(39.895)				(39.895)
Valor Adicionado Líquido Produzido	561.264			(115.005)	446.259
Valor Adicionado Recebido em Transferência	9.196				9.196
Receitas Financeiras	30.077				30.077
Resultado de Equivalência Patrimonial	(20.881)				(20.881)
Valor Adicionado Total a Distribuir	570.460			(115.005)	455.455
Distribuição do Valor Adicionado	570.460			(115.005)	455.455
Empregados	144.737		(15.035)		129.702
Salários e Encargos	105.907	(90.872)	(15.035)		
Remunerações		84.981			84.981
FGTS		5.891			5.891
Benefícios Sociais	38.830				38.830
Impostos, Taxas e Contribuições	500.923		15.035	(115.005)	400.953
Federal	217.639		15.035	(115.005)	117.669
Estadual e Municipal	283.284				283.284
Remuneração de Capitais de Terceiros	83.256				83.256

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	30/09/2014 Divulgado	Reclassificações			30/09/2014 Reapresentado
		Empregados	INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	
Aluguéis	30.694				30.694
Despesas Financeiras	52.562				52.562
Remuneração de Capitais Próprios	(158.456)				(158.456)
Participação dos Acionistas Não Controladores	7.659				7.659
Prejuízos do Período	(166.115)				(166.115)

As justificativas para as reclassificações são apresentadas a seguir:

Empregados: As reclassificações ocorreram para uma melhor apresentação das informações e para ajustá-las às orientações da norma. Além das alterações nas descrições das rubricas, também foi realizada a reclassificação do valor do INSS Empregador para o grupo de Impostos, Taxas e Contribuições para agregá-lo ao valor dos tributos federais, que é o local devido para sua apresentação;

INSS Empregados: A reclassificação foi realizada para atender as recomendações do item 15 do CPC 09, que diz que o valor deste gasto deve ser alocado ao grupo de Impostos, Taxas e Contribuições na rubrica de Tributos Federais;

PIS/COFINS não cumulativo: A reclassificação faz com que os valores dos Custos com Serviços de Energia Elétrica, Serviços de Terceiros e Outros, que estavam apresentados pelos valores líquidos das contribuições para PIS/COFINS, sejam apresentados pelos valores brutos, diferentes dos valores apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício. A reclassificação dos valores atende às determinações do item 14 do CPC 09. Segundo este item, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

- (i) Quanto à CEB D, as ações da Administração consistem na busca da eficiência operacional e financeira para garantir a renovação da Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, assim como à eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: endividamento fora de controle e custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes.

Para combater a grave crise financeira, a Administração, em janeiro de 2015, concebeu um plano de trabalho que envolve três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do “Grupo CEB”.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A primeira e a segunda fases foram implantadas.

A terceira fase, a reorganização societária do “Grupo CEB”, está em seu início, a partir do Fato Relevante publicado em 28 de setembro de 2015, resultando na elaboração do Plano de Transformação, que consiste, basicamente, nas alienações de ativos imóveis, de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, para enfrentar os dois problemas estruturais mencionados no âmbito da CEB Distribuição S.A., de forma definitiva.

A sua implantação injetará recursos em volume suficiente para reduzir o endividamento para níveis compatíveis com as metas fixadas pela ANEEL no novo contrato de concessão, além de estancar a sangria de recursos oriundos do serviço da dívida. Diminuirão também, ao longo do tempo, os custos e despesas operacionais, até que os mesmos fiquem compatíveis com os valores das tarifas concedidas para esse fim.

O objetivo da Administração, portanto, é sanear as finanças da CEB Distribuição S.A., tornando-a uma concessionária distribuidora de energia mais eficiente e eficaz na prestação dos seus serviços.

- (ii) Com relação aos encargos exigidos das geradoras do “Grupo CEB”, decorrentes da crise hídrica, a Administração tem acompanhado com a devida atenção, adotando as medidas cabíveis, inclusive jurídicas, para proteger seus negócios, particularmente naquelas empresas em que exerce o controle acionário. Nas demais (Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.), onde a CEB é minoritária, o acompanhamento relativo ao tema tem ocorrido por meio da participação de seus representantes nos respectivos conselhos de administração.

Com efeito, no caso das empresas controladas, houve a judicialização em 20 de julho de 2015, que resultou em liminar específica determinando a não aplicação do Ajuste do MRE nos cálculos para Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo – MCP. A referida liminar vem sendo cumprida pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, mas com interpretação parcialmente distinta daquela constante na citada peça jurídica.

Tal divergência se evidencia pelo fato de que, a decisão obtida impede a imputação de quaisquer valores relativos ao Ajuste do MRE e rateios de liminares nas liquidações a partir de julho de 2015, enquanto a CCEE tem cobrado valores relativos a rateios de liminares de períodos anteriores.

A Administração está atenta quanto a eventuais necessidades de novas ações, no intuito de dirimir a questão e obter interpretação adequada nos termos da liminar obtida.

4.1 Fatores de Risco

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de Crédito

A controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária, bem como o Grupo, apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a devedores, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Demais controladas e coligadas e controladas em conjunto – A maioria das empresas possui como principal cliente a CEB D. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos e acompanhamento; e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de Liquidez

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; na capacidade de obter novas linhas de financiamentos; e na renovação da concessão. Assim, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	343.728	299.043	44.685			
Empréstimos e Financiamentos	292.130	37.575	28.938	60.652	132.361	32.604
Debêntures	127.911		8.519	31.824	87.568	
Total	763.769	336.618	82.142	92.476	219.929	32.604

(c) Risco de Taxa de Juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data-base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6, 21 e 22, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2016, as taxas CDI e IGP-M atinjam um patamar de 12,60% e 5,58%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco central do Brasil de 2 de outubro de 2015 (Média Curto Prazo – Top 5). No caso da TJLP atribuímos a taxa de 6,5% a.a., para o terceiro trimestre de 2015, conforme a Resolução nº 4.420 do BACEN, de 25 de junho de 2015. Assim, também, espera-se que a taxa de 4,096% da UMBNDES se mantenha estável para os próximos trimestres de 2015. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Possível	Remoto
CDI	15,75%	18,90%
TJLP	8,13%	9,75%
IGPM	6,98%	8,37%
UMBNDDES	5,12%	6,14%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		12,60%	15,75%	18,90%
Efeito da Variação do CDI	129.714	146.058	150.144	154.230
		(16.344)	(20.430)	(24.516)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		12,52%	15,65%	18,78%
Efeito da Variação do CDI	128.854	144.987	149.020	153.053
		(16.133)	(20.166)	(24.199)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		6,50%	8,13%	9,75%
Efeito da Variação da TJLP	93.047	99.095	100.607	102.119
		(6.048)	(7.560)	(9.072)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,50%	6,88%	8,25%
Efeito da Variação da TJLP	119.629	126.209	127.853	129.498
		(6.580)	(8.224)	(9.869)

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,58%	6,98%	8,37%
Efeito da Variação do IGPM	13.006	13.732	13.913	14.095
		(726)	(907)	(1.089)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,71%	7,14%	8,57%
Efeito da Variação do IGPM	24.659	26.067	26.419	26.771
		(1.408)	(1.760)	(2.112)

Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,10%	5,12%	6,14%
Efeito da Variação do UMBNDES	15.594	16.233	16.392	16.552
		(639)	(798)	(958)
Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,10%	5,12%	6,15%
Efeito da Variação do UMBNDES	14.391	14.981	15.128	15.276
		(590)	(737)	(885)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impactos no Resultado	30/09/2015	31/12/2014
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	(4.086)	(4.033)
TJLP	(1.512)	(1.645)
IGPM	(181)	(352)
UMBNDDES	(160)	(379)
Cenário Remoto – Cenário Provável		
CDI	(8.172)	(8.066)
TJLP	(3.024)	(3.290)
IGPM	(363)	(704)
UMBNDDES	(319)	(527)

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da CEB D, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do órgão regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (*hedge*) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

A Companhia e sua controlada CEB D desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por meio da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, de forma a clarear o cenário cambial.

Em 30 de setembro de 2015, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 30 de setembro de 2016 será de R\$ 4,17 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 30 de setembro de 2016, com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 2 de outubro de 2015 (Média de Curto Prazo – Top 5)). Por se tratar de uma análise de sensibilidade, no impacto no resultado para os próximos 12 meses foi considerado o saldo da dívida em 30 de setembro de 2015. Ressalta-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada a análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 30 de setembro de 2015.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	3,9722	4,1700	5,2125	6,2550
	87.270	91.616	114.520	137.424
Efeito da Variação do Dólar		(4.346)	(27.250)	(50.154)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,6556	2,8700	3,5875	4,3050
	58.448	63.167	78.959	94.750
Efeito da Variação do Dólar		(4.719)	(20.511)	(36.302)
Impactos no Resultado			30/09/2015	31/12/2014
Cenário Possível - Cenário Provável				
Dólar			(49.690)	(15.792)
Cenário Remoto - Cenário Provável				
Dólar			(99.379)	(31.583)

É imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas, não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

(e) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

4.2 Gestão de Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2015	31/12/2014
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas 21 e 22)	420.041	321.111
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	(59.529)	(66.006)
Dívida líquida	360.512	255.105
Total do Patrimônio Líquido	208.579	123.323
Total do Capital	569.091	378.428
Índice de Alavancagem Financeira – %	63,35	67,41

4.3 Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros do Grupo estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos de Crédito a Receber, Contas a Receber, Ativo Financeiro da Concessão, Debêntures, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Societárias, Benefícios Pós-Emprego e Encargos Regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

(i) Classificação

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; ativos financeiros mantidos até o vencimento; e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota 5).

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos mantidos até o vencimento que se encontravam classificados neste grupo até 30 de setembro de 2015 eram compostos de Aplicações Financeiras (Nota 12) e Títulos de Créditos a Receber (Nota 9).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota 5); Contas a receber (Nota 6); Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiro (Nota 8); e Empréstimos e Financiamentos (Nota 12).

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do Patrimônio Líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo classificou o ativo financeiro indenizável da concessão dentro da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 11).

(e) Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Debêntures (Nota 21); Empréstimos e Financiamentos (Nota 22); Fornecedores (Nota 17); Encargos Regulatórios (Nota 20); Obrigações Vinculadas à Concessão (Nota 26); e Obrigações Societárias.

(ii) Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

(i) Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2015 e 31 dezembro 2014.

A seguir, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/09/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	2.001	2.001	41.022	41.022
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	2	2	18.507	18.507
Contas a Receber	Custo Amortizado		30.881	30.881	573.263	573.263
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		21.215	21.215		
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				410.212	410.212
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				6.206	
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.139	1.139
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			818.850	818.850
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.033	2.033	343.728	343.728
Debêntures					127.911	127.911
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				292.130	292.130
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	27.347	27.347
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				296.341	296.341
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				54.664	54.664

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2014 - Reapresentado			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	7.163	7.163	37.474	37.474
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	14	14	28.532	28.532
Contas a Receber	Custo Amortizado		56.059	56.059	448.907	448.907
Valores a Receber Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				344.002	344.002

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2014 - Reapresentado			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Mantidos até o Vencimento						
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.146	1.146
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			841.273	841.273
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		7.857	7.857	363.258	363.258
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				321.111	321.111
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	30.322	30.322
Valores a Pagar Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				208.902	208.902
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				186.935	186.935

5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos conta Movimento	2	14	18.507	28.532
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.001	7.163	41.022	37.474
Total	2.003	7.177	59.529	66.006

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes (remuneração de 97,00% do Certificado de Depósito Bancário – CDI).

6 CONTAS A RECEBER

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			607.602	432.945
Títulos de Créditos a Receber			28.558	29.663
Serviços Prestados a Terceiros	62.151	76.345	69.484	82.531
Total a Receber Bruto	62.151	76.345	705.644	545.139
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(31.270)	(20.286)	(132.381)	(96.232)
Total a Receber Líquido	30.881	56.059	573.263	448.907
Circulante	30.881	56.059	562.262	441.174
Não Circulante			11.001	7.733

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Valores a receber por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/09/2015	Total 31/12/2014
Classes de Consumidor					
Residencial	74.948	55.407	20.167	150.522	88.301
Poder Público	20.795	13.867	65.932	100.594	72.691
Comércio, Serviços e Outros	54.835	27.435	19.763	102.033	69.722
Iluminação Pública	12.368	21.813	24.947	59.128	39.857
Serviço Público	13.986		8.386	22.372	16.463
Industrial	3.228	2.004	1.570	6.802	7.112
Rural	3.807	2.635	1.429	7.871	4.426
Subtotal Consumidores	183.967	123.161	142.194	449.322	298.572
Fornecimento Não Faturado				136.655	91.121
Serviços Prestados a Terceiros Não Faturado (Serviço de IP)	472			472	719
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				43.394	57.535
Serviços Prestados a Terceiros (Serviço de IP)		8.635	53.050	61.685	75.626
Acordo CAESB (Nota 6e)					3.958
Concessionárias e Permissionárias	5.558			5.558	4.578
Parcelamentos a Faturar CP e LP				16.097	15.000
Serviço Taxado	488	336	360	1.184	1.175
Outros	(509)			(510)	1.262
Arrecadação a Classificar				(8.213)	(4.407)
TOTAL	189.976	132.132	195.604	705.644	545.139
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa				(132.381)	(96.232)
Contas a receber líquido	189.976	132.132	195.604	573.263	448.907

(c) Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. A base de constituição da estimativa engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência. Segue um resumo das faixas de atrasos sujeitas à provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Poder Público – Vencidos há mais de 360 dias	31.270	20.286	79.402	49.967
Iluminação Pública – Vencidos há mais de 360 dias			24.280	24.233
Comercial – Vencidos há mais de 180 dias			13.472	11.763
Residencial – Vencidos há mais de 90 dias			14.064	8.324
Industrial – Vencidos há mais de 360 dias			881	835
Rural – Vencidos há mais de 360 dias			264	445
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias			18	581

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Concessionários — Vencidos há mais de 360 dias				84
Total	31.270	20.286	132.381	96.232

Destaque-se que o incremento de R\$ 96.232 para R\$ 132.381, de estimativa consolidada no período de 31 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2015, deve-se, principalmente a débitos vencidos da classe Poder Público,

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434, que em seu art. 3º, autoriza o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas advindas da execução de obras de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reserva os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Esses terrenos serão objeto de avaliação para que a operação seja finalizada. A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento adotará as medidas administrativas necessárias às transferências dos imóveis para a CEB de que trata esta Lei. No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, não houve alteração da situação acima citada.

A movimentação da Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em dezembro de 2013	18.894	44.834
Adições	1.392	71.539
Baixa Para Perda — Lei 9.430/96		(19.219)
Reversões		(922)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20.286	96.232
Adições	12.052	55.214
Baixa Para Perda — Lei 9.430/96		(16.028)
Reversões	(1.068)	(3.037)
Saldo em 30 de setembro de 2015	31.270	132.381

(d) Créditos Com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Em 25 de setembro de 2014, o Grupo de Trabalho – GT foi instituído pelo Decreto nº 35.848, que objetivou a proposição de medidas suplementares necessárias à operacionalização normal da CEB D, dentre elas a liquidação dos débitos do GDF relativos ao consumo de energia elétrica.

Iniciou-se um processo de negociação com o controlador, o Governo do Distrito Federal, com o objetivo de constituir um mecanismo para a liquidação definitiva da dívida de consumo de energia elétrica de órgãos e entidades da administração pública distrital. No entanto, permaneceu a incerteza quanto ao prazo final de conclusão das medidas administrativas a serem implementadas, tendo em vista que o GDF encaminhará projeto de lei requerendo autorização legislativa para proceder-se à transação de encontro de contas entre os passivos, incluindo os débitos com a CEB D.

Em dezembro de 2014, a Administração reconheceu Perdas Estimadas Com Crédito de Liquidação Duvidosa com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, para valores vencidos há mais de 360 dias.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, o valor das Perdas Estimadas Com Crédito de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 89.762, dos quais, R\$ 58.492 no âmbito da CEB D, referentes a consumo de energia, e R\$ 31.270, relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 119.445, em 30 de setembro de 2015 (R\$ 116.002 em 2014), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Saldos Vincendos	472	4.182	34.888	26.143
Vencidos até 90 dias	8.635	23.001	38.043	49.217
Vencidos de 91 a 360 dias	20.506	28.875	45.246	40.641
Vencidos há mais de 360 dias	32.538	20.287	91.030	66.599
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(31.270)	(20.286)	(89.762)	(66.598)
Total	30.881	56.059	119.445	116.002

Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo Realizado Com o Governo do Distrito Federal, não estão incluídos no quadro acima.

(e) Acordo realizado com a Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB

Em agosto de 2011, a CEB D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos créditos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, relativos a encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor dos créditos reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizadas pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, ocorreu quitação do acordo de parcelamento pela Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB.

Valor Original do Débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor Dívida Reconhecida	22.339
Encargos a Transcorrer	5.898
Valor do Parcelamento na Data do Acordo	28.237
Amortização	(28.237)
Valor do Parcelamento em 30 de setembro de 2015	-

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (i)	7.315	8.382	19.016	15.231
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (i)	831	764	8.024	7.681
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	165		545	163
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (ii)			12.247	15.705
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	2	5	97	101
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	277		3.060	2.830
Programa de Integração Social – PIS	387	387	408	409
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira – CPMF	544	544	544	544
Outros	6		112	103
Total	9.527	10.082	44.053	42.767
Circulante	2.121	1.344	15.662	12.611
Não Circulante	7.406	8.738	28.391	30.156

(i) Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período e as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(a) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia e sua Controlada CEB D não registram os efeitos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 30 de setembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Diferenças Temporárias				
Provisão para Riscos Regulatórios			17.196	20.259
Provisão para Riscos Cíveis			2.659	2.383
Provisão para Riscos Trabalhistas		13	3.701	3.017
Provisão para Riscos Tributários	2.781	2.781	2.781	2.781
Provisão de Energia de Curto Prazo			12.713	6.303
Provisão de Superávit de Baixa Renda			37.009	36.985
Provisão de Suprimento de Energia Elétrica			5.209	21.598
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados				1.001
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	10.608	6.873	46.040	33.066
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			15.991	14.330
Outras Provisões			16.762	4.251

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Subtotal	13.389	9.667	160.061	145.974
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	34.718	34.718	97.273	97.273
Total	48.107	44.385	257.334	243.247

8 VALORES A RECEBER DE PARCELA “A” E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Ativos Regulatórios - Parcela A	Consolidado	
	Reapresentado	
	30/09/2015	31/12/2014
Conta de Consumo de Combustível – CCC (a)		317
Transporte de Energia pela rede básica (a)	9.997	8.531
Encargos de Serviços de Sistema – ESS (a)	18.090	
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	205.171	4.289
PROINFA (a)	80	393
Custo de Aquisição de Energia (a)	392.128	181.117
Sobrecontratação (b)		455
Transporte Energia Elétrica Itaipu (a)	1.461	76
Outros Componentes Financeiros (b)	37.869	10.086
Diferimento de Tarifa (b)	120.620	138.738
Subtotal	785.416	344.002
Passivos Regulatórios - Parcela A		
Encargos de Serviços de Sistema (a)	44.692	57.692
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (a)		1.339
Sobrecontratação (b)	168.055	142.475
Transporte de Energia pela rede básica (a)	379	
PROINFA (a)	912	269
Neutralidade (b)		3.296
Outros Componentes Financeiros (b)	161.166	3.831
Subtotal	375.204	208.902
Valores a Receber / Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros, líquido	410.212	135.100

De acordo com o Contrato de Concessão nº 066/1999, o Reajuste Tarifário Anual – RTA ocorreu no dia 26 de agosto de 2015. O mecanismo RTA tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita, obtida por meio das tarifas praticadas pela concessionária.

A receita da concessionária de distribuição é composta por duas parcelas: a “Parcela A”, representada pelos custos não-gerenciáveis da empresa (encargos setoriais, encargos de transmissão e compra de energia para revenda); e a “Parcela B”, que agrega os custos gerenciáveis (despesas com operação e manutenção, despesas de capital). Na RTA, a Parcela A é totalmente recomposta de acordo com os custos vigentes naquele momento, enquanto a Parcela B é simplesmente atualizada pelo IGP-M, descontado do Fator X.

Os componentes tarifários financeiros não fazem parte da base tarifária econômica e se referem a valores a serem pagos ou recebidos pelos consumidores em cada período de 12 meses, subsequentes aos reajustes ou revisões tarifárias, devidamente comprovados pela distribuidora. Dentre eles podemos citar:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) A CVA – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – foi criada por meio da Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002 (PI nº 25), que tem por objetivo registrar as variações observadas entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Seus valores são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Dentre os custos da Parcela A cobertos pela CVA temos:

- CVA Energia – Tem por objetivo registrar as diferenças incorridas entre o custo efetivo da compra de energia para atendimento do mercado da distribuidora e o custo tarifário homologado pela ANEEL no último reajuste tarifário. Em razão da crise energética atual, o custo com aquisição de energia elétrica demonstra-se superior ao previsto pela ANEEL, quando do reajuste tarifário em agosto de 2014.
- CVA Encargos – Nesse grupo encontra-se cobertura para os seguintes encargos: CDE, Proinfa, ESS, Transporte de Itaipu e Rede Básica.

b) Demais itens financeiros:

- Diferimento parcial dos Componentes Financeiros: Em 19 de agosto de 2014, por meio da Carta nº 221/2014-DD, o Governo do Distrito Federal solicitou à concessionária o diferimento parcial de 9% de seus componentes financeiros. O montante diferido foi capturado na proporção de 17,47%, correspondente a R\$ 25.462., no reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2015. O saldo de R\$ 120.288, correspondente a 82,53%, deverá ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários da CEB, atualizado pela variação do IGP-M.
- Despacho nº 4.282/2013 (Corumbá IV): Trata-se de valor a ser pago pela CEB D à Corumbá Concessões S.A., em virtude do Despacho nº 3.168/2013, cujos efeitos da obrigação de pagamento foram, para fins de repasse à tarifa dos consumidores da CEB D, considerados no processo tarifário da distribuidora.
- Diferencial Eletronuclear: Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletronuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH nº 1.406/2012.
- Exposição de Submercados: Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004, as regras de comercialização prevêem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem os CCEARs na modalidade de quantidade de energia.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Serviços em Curso (a)			31.203	30.225
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			13.494	27.820
Desativações em Curso (b)			9.700	8.514
Dividendo/JSCP s a Receber	6.514	12.637	1	7.752
Previdência Privada dos Empregados			8.303	5.417
Despesas Pagas Antecipadamente		15	4.070	3.420
Crédito com Empregados	62	3	4.364	1.511
Títulos de Crédito a Receber (c)			1.139	1.146
Coligadas e Controladas	285	184		
Outros Créditos			4.864	3.112
Total	6.861	12.839	77.138	88.917
Circulante	6.576	12.655	75.274	86.976
Não Circulante	285	184	1.864	1.941

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente registrado em serviço na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.
- c) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferencias cumulativas e resgatáveis das classes “A” e “B”, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.
- d) Refere-se à diferença mensal de receita - DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e à subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da controlada CEB D, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Bloqueios Judiciais	3.870	3.926	6.065	5.334
Cauções	673	727	5.280	9.656
Depósitos Recursais			5.964	5.215
(-) Provisão para Perdas de Depósitos Recursais			(6.483)	(6.320)
Total	4.543	4.653	10.826	13.885
Circulante			3.707	8.028
Não Circulante	4.543	4.653	7.119	5.857

11 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da CEB D e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A concessionária possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em Outros Resultados Abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 30 de setembro de 2015, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 está assim apresentada:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldos em 31 de dezembro de 2013	729.119
Adições	103.799
Baixas	(4.399)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR – Valor Novo de Reposição	12.754
Saldos em 31 de dezembro de 2014	841.273
Adições	29.546
Transferência para realização no Intangível	(51.969)
Saldos em 30 de setembro de 2015	818.850

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das Demonstrações Contábeis.

12 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado
	30/09/2015
Principal	6.000
Rentabilidade	206
Total	6.206

Conforme Contrato de Cessão Fiduciária formalizado entre a CEB Distribuição S.A. e o *Credit Suisse*, ficou estabelecido que fosse constituída reserva para garantir o pagamento da Remuneração de Descontinuidade por meio de certificados de depósito bancário no montante de emissão equivalente a R\$ 6.000. Este valor está mantido em aplicação financeira com renda fixa – CDB, no *Credit Suisse*, cuja rentabilidade está afixada em 100% do CDI.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (PARTES RELACIONADAS)

	30/09/2015
Principal	21.000
Juros Incorridos	215
Total	21.215

Em 28 de julho de 2015, a Companhia firmou contrato de mútuo com a CEB Distribuição S.A. no valor de R\$ 21.000. O contrato prevê vigência de 24 meses contados a partir da assinatura da avença e carência de seis meses para início da amortização do principal. Durante o período de vigência do contrato incidirão encargos financeiros com base em 97 % do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que serão pagos mensalmente. A garantia dada ao empréstimo pela CEB Distribuição S.A. foi a cessão fiduciária de direitos creditórios.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
		Reapresentado		
Avaliados por Equivalência Patrimonial (b)	308.202	357.071	375.056	377.469
Propriedade para Investimento (c)			276.115	276.115
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.759	1.759	1.759	1.759
Total	313.193	362.062	656.162	658.575

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	30/09/2015	31/12/2014
							Reapresentado
CEB Distribuição S.A	580.532	(69.081)	100,00	100,00	350.532.450		49.987
CEB Lajeado S.A	145.656	343.628	59,93	59,93	82.013.911	113.809	106.310
Corumbá Concessões S.A	235.259	181.571	45,20	9,30	256.009.911	82.091	88.161
Energética Corumbá III S.A	119.373	153.286	37,50	25,00	45.594.783	57.483	56.773
CEB Participações S.A	41.271	43.511	100,00	100,00	41.270.415	43.511	43.322
CEB Geração S.A	7.575	11.136	100,00	100,00	7.575.212	11.136	12.282
Companhia Brasiliense de Gás	4.921	1.011	17,00	51,00	30.600	172	236
Total						308.202	357.071

(i) A diferença do investimento registrado na Companhia e o resultado da aplicação do percentual de 59,93% sobre o Patrimônio Líquido da CEB Lajeado S.A., é devido ao registro no Patrimônio Líquido da CEB Lajeado S.A. de Partes Beneficiárias no valor de R\$ 151.225, emitidas a favor da ELETROBRÁS S.A, e que fez parte da negociação de reestruturação societária da Investco. As partes beneficiárias deverão ser convertidas em ações preferenciais ao final do período de concessão. A composição do investimento da Companhia na controlada CEB Lajeado S.A. é apresentada a seguir:

Composição do Patrimônio Líquido da CEB Lajeado S.A	Patrimônio Líquido	Investimento Registrado	Não Controlador
Capital Social	145.656	87.292	58.364
Reservas de Capital (Partes Beneficiárias)	151.225		151.225
Reservas de Lucros	13.953	8.178	5.775
Lucros Acumulados	13.411	7.500	5.911
Dividendos Adicionais Propostos	12.749	7.129	5.619
Reserva Especial Para Dividendo Obrigatório não Distribuído	6.591	3.686	2.905
Ajuste de Avaliação Patrimonial	44	24	20
Total	343.629	113.809	229.819

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) A controlada CEB Distribuição S.A. passou a apresentar patrimônio líquido a descoberto a partir do mês de agosto de 2015. Por consequência, a CEB constituiu no seu passivo uma provisão para perdas com controladas, que representa o valor do investimento detido na CEB Distribuição S.A. avaliado pelo método de equivalência patrimonial. O valor desta provisão em 30 de setembro de 2015 era de R\$ 69.081.

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						30/09/2015	31/12/2014
Corumbá Concessões S.A	218.966	181.571	47,55	9,30	269.294.911	86.351	92.578
Investco S.A	804.459	1.105.636	20,00	20,00	133.563.595	231.222	228.118
Energética Corumbá III S.A	119.373	153.286	37,50	25,00	45.594.783	57.483	56.773
Total						375.056	377.469

• Informações financeiras resumidas

Investidas	30/09/2015			31/12/2014		Receita Líquida 30/09/2014
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
CEB Distribuição S.A	2.736.942	2.806.023	1.751.546	2.111.312	2.061.025	1.285.088
Corumbá Concessões S.A	722.224	540.653	105.812	764.359	569.361	104.103
CEB Lajeado S.A	382.851	39.223	85.213	373.949	43.731	87.715
Energética Corumbá III S.A	228.987	75.701	26.680	234.127	82.734	26.255
CEB Participações S.A	45.662	2.151	10.887	44.276	954	10.111
CEB Geração S.A	13.976	2.841	10.768	14.642	2.361	13.963
Companhia Brasiliense de Gás	1.367	356	2.551	1.662	276	2.735

• Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/09/2015	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2014
CEB Distribuição S.A	(146.995)	(146.995)	(155.384)	(155.384)
CEB Lajeado S.A (i)	13.411	7.500	18.089	10.116
Energética Corumbá III S.A	1.805	677	5.887	2.204
CEB Geração S.A	3.559	3.559	6.629	6.629
Corumbá Concessões S.A	(13.428)	(6.071)	(73.545)	(33.250)
CEB Participações S.A	33	33	523	523
Companhia Brasiliense de Gás	(375)	(64)	(379)	(64)
Total	(141.990)	(141.361)	(198.180)	(169.226)

(i) O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu a ELETROBRÁS S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de Participação Societária 44,077% e 10% de Partes Beneficiárias.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• **Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Investidas	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A	CEB Lajeado S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	CEB Participações S.A	CEB Geração S.A	Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	220.937	127.132	118.619	55.353	50.885	13.943	324	587.193
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		(31.197)	(38)	(461)	(6.905)	(9.679)		(48.280)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(142.624)	10.355	(33.479)	1.782	(659)	8.018	(88)	(156.695)
Efeitos da Lei 12.973/2014 em Coligada			3.021					3.021
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(28.325)	19	39					(28.267)
Ganho na Variação de Percentual				99				99
Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.988	106.309	88.162	56.773	43.321	12.282	236	357.071
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio						(4.705)		(4.705)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(146.995)	7.500	(6.071)	677	33	3.559	(64)	(141.361)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	27.926				157			28.083
Ganho na Variação de Percentual				33				33
Saldo em 30 de Setembro de 2015	(69.081)	113.809	82.091	57.483	43.511	11.136	172	239.121

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	223.243	124.838	55.353	403.434
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(13.667)	(63)	(461)	(14.191)
Resultado de Equivalência Patrimonial	18.507	(35.218)	1.782	(14.929)
Efeitos da Lei 12.973/2014		3.021		3.021
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	35			35
Ganho na Variação de Percentual			99	99
Saldo em 31 de dezembro de 2014	228.118	92.578	56.773	377.469
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(7.076)			(7.076)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.180	(6.384)	677	4.473
Efeitos da Lei 12.973/2014		157		157
Ganho na Variação de Percentual			33	33
Saldo em 30 de setembro de 2015	231.222	86.351	57.483	375.056

(c) **Propriedade para investimento**

Nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, a controlada CEB D transferiu os bens que estavam registrados na rubrica de “Ativos Mantidos para Venda” para a rubrica de “Propriedade para Investimento”. Em 31 de dezembro de 2012, foi transferido o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR I55/1/DF e em 31 de dezembro de 2013 os demais bens. A transferência foi realizada para atender ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8 que, determina que em caso de não realização da venda do ativo no prazo de 1 ano, o ativo deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao ativo pela administração.

Os bens registrados em “Propriedade Para Investimento” são avaliados pelo custo.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos bens foi obtido por meio de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

O terreno localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, avaliado conforme laudo em abril de 2015 no valor de R\$ 350.154, faz parte das garantias dadas na emissão de debêntures, conforme a nota 1.2.1(vii).

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			
			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			30/09/2015	31/12/2014		
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m²	274.400	274.400	350.154	abr/15
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M - Guará	1.200 m²	20	20	2.087	mai/15
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul, Quadra Interna 13, Lote "G" - Lago Sul	1.600 m²	126	126	3.137	mai/15
Prédio	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 - Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m²	673	673	30.627	mai/15
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial - Taguatinga	10.500 m²	896	896		
Total			276.115	276.115	398.765	

(d) Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido da Companhia é de R\$ 230.659, dos quais, R\$ 229.819 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 840 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS.

A seguir estão apresentadas as informações contábeis das controladas:

(i) CEB Lajeado S.A.

Balanco Patrimonial	30/09/2015	31/12/2014
Circulante	47.530	38.071
Caixa e equivalentes de caixa	5.640	3.252
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	26.641	12.027
Juros sobre Capital Próprio a Receber	7.868	7.291
Demais Créditos	7.381	15.501
Não Circulante	335.321	335.878
Títulos a Receber - Investco S.A	1.139	1.146
Demais Créditos	1.270	495
Investimentos	231.222	228.118
Imobilizado	141	155
Intangível	101.549	105.964
Total de Ativo	382.851	373.949
Circulante	39.223	43.731
Contas a Pagar	13.202	12.627
Tributos e Contribuições Sociais	5.653	1.976
Obrigações Societárias	15.169	23.807
Demais Obrigações	5.199	5.321
Patrimônio Líquido	343.628	330.218
Total Passivo	382.851	373.949

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração de Resultado	30/09/2015	30/09/2014
Receita Operacional Líquida	85.213	87.716
Custo com Energia e Operação	(71.629)	(73.786)
Despesas Operacionais	(6.412)	(7.474)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.180	11.892
Receitas Financeiras, Líquidas	2.231	5.161
Imposto de Renda/Contribuição Social	(4.683)	(5.420)
Partes Beneficiárias	(1.490)	
Lucro Líquido do Período	13.410	18.089

(ii) Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS

Balanco Patrimonial	30/09/2015	31/12/2014
Circulante	594	660
Caixa e equivalentes de caixa	277	392
Contas a Receber	185	159
Demais Créditos	132	109
Não Circulante	773	1.002
Demais Créditos		24
Imobilizado	5	8
Intangível	768	970
Total de Ativo	1.367	1.662
Circulante	356	276
Fornecedores	210	211
Tributos e Contribuições Sociais	42	36
Folha de Pagamento	25	22
Demais Obrigações	79	7
Patrimônio Líquido	1.011	1.386
Total Passivo	1.367	1.662

Demonstração de Resultado	30/09/2015	30/09/2014
Receita Operacional Líquida	2.551	2.735
Custo dos Serviços Prestados	(3.223)	(2.514)
Despesas Operacionais	269	(640)
Receitas Financeiras, Líquida	28	40
Prejuízo do Período	(375)	(379)

(e) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	30/09/2015	31/12/2014
Circulante	11.083	11.889
Caixa e equivalentes de caixa	6.890	7.230
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.314	4.347
Demais Créditos	879	312
Não Circulante	217.905	222.238
Fundos Vinculados	3.904	5.284
Demais Créditos	1.724	668
Imobilizado	207.911	211.725
Intangível	4.366	4.561
Total de Ativo	228.988	234.127
Circulante	10.541	21.017
Fornecedores	1.188	1.816
Tributos e Contribuições Sociais	435	483
Empréstimos e Financiamentos	7.283	7.282
Dívidas com pessoas ligadas	807	9.638
Demais Obrigações	828	1.798
Não Circulante	65.161	61.716
Dívidas com pessoas ligadas	9.069	
Empréstimos e Financiamentos	49.763	55.096
Bens de Uso Público	5.936	6.228
Demais Obrigações	393	392
Patrimônio Líquido	153.286	151.394
Total Passivo	228.988	234.127

Demonstração de Resultado	30/09/2015	30/09/2014
Receita Operacional Líquida	26.680	26.255
Custo com Energia	(11.266)	(8.150)
Custos de Operação	(6.687)	(6.523)
Despesas Operacionais	(2.469)	(1.393)
Despesas Financeiras Líquidas	(3.523)	(3.344)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(930)	(968)
Lucro Líquido do Período	1.805	5.877

(f) Operações Controladas em Conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outro acionista no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Balanco Patrimonial	30/09/2015	31/12/2014
Circulante	2.367	1.003
Caixa e equivalentes de caixa	30	447
Demais Créditos	2.337	556
Não Circulante	113.758	116.669
Imobilizado/Intangível	113.758	116.669
Total de Ativo	116.125	117.672
Circulante	2.360	977
Fornecedores	2.095	898
Tributos e Contribuições Sociais	265	64

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balço Patrimonial	30/09/2015	31/12/2014
Demais Obrigações		15
Não Circulante	6.459	6.390
Outras Obrigações	6.459	6.390
Patrimônio Líquido	107.306	110.305
Total Passivo	116.125	117.672

(g) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do Patrimônio Líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do Grupo.

15 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.130	1.098	874	97	148	830	16.177
Adições		1.365	21				1.386
Transferências			(189)		221	(830)	(798)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.130	2.463	706	97	369		16.765
Saldo em 30 de setembro de 2015	13.130	2.463	706	97	369		16.765
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(173)	(315)	(97)	(79)		(664)
Depreciação		(76)	(52)		(25)		(153)
Transferências			118		(118)		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(249)	(249)	(97)	(222)		(817)
Depreciação		(74)	(53)		(27)		(154)
Saldo em 30 de setembro de 2015		(323)	(302)	(97)	(249)		(971)
Imobilizado Líquido – 30/09/2015	13.130	2.140	404		120		15.794
Imobilizado Líquido – 31/12/2014	13.130	2.214	457		147		15.948
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		

Consolidado									
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.097	13.828	16.599	45.557	15.965	8.072	163	77.043	191.324
Adições			3.242	1.139	2.950	1.163	1	61.085	69.580
Transferências			1.365	(189)		221		(81.877)	(80.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	14.097	13.828	21.206	46.507	18.915	9.456	164	56.251	180.424

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado									
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Adições								8.739	8.739
Baixas					(57)				(57)
Transferências				58	1.386		(58)	(24.709)	(23.323)
Saldo em 30 de setembro de 2015	14.097	13.828	21.206	46.565	20.244	9.456	106	40.281	165.783
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(3.504)	(8.720)	(28.130)	(9.259)	(3.074)	(130)		(52.817)
Depreciação		(297)	(562)	(1.854)	(1.651)	(526)	(3)		(4.893)
Transferências				118		(118)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(3.801)	(9.282)	(29.866)	(10.910)	(3.718)	(133)		(57.710)
Depreciação		(223)	(475)	(1.380)	(1.467)	(372)	(3)		(3.920)
Baixas					52				52
Transferências				(23)			40		17
Saldo em 30 de setembro de 2015		(4.024)	(9.757)	(31.269)	(12.325)	(4.090)	(96)		(61.561)
Imobilizado Líquido - 30/09/2015	14.097	9.804	11.449	15.296	7.919	5.366	10	40.281	104.222
Imobilizado Líquido - 31/12/2014	14.097	10.027	11.924	16.641	8.005	5.738	31	56.251	122.714
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das Demonstrações Contábeis.

(i) Valores oferecidos em garantias

A Companhia ofereceu o terreno localizado no Setor Norte, A-E 1N, Lotes “G” e “H” – Brazlândia-DF, em garantia de litígios fiscais junto a Receita Federal de Brasil. O terreno esta avaliado conforme laudo pelo valor de R\$ 1.426. A Companhia não tem permissão para alienar, mas pode oferecê-lo como nova penhora, desde que garantido o crédito da Fazenda Nacional.

16 INTANGÍVEL

Controladora	
	Direito de Uso de Software
Custo do Intangível	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	83
Saldo em 30 de setembro de 2015	83
Amortização Acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4)
Amortizações	(13)
Saldo em 30 de setembro de 2015	(17)
Intangível Líquido - 30/09/2015	66
Intangível Líquido - 31/12/2014	79

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	245.080	95.318	53.352	3.598	158.946	556.294
Adições	5.228	103.798	83	13.842		122.951
Baixas	(30)	(146.831)				(146.861)
Obrigações Especiais	10.750	(46.539)				(35.789)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	261.028	5.746	53.435	17.440	158.946	496.595
Adições	88.753	51.227	107	4.993		145.080
Baixas	(15)	(51.645)		(109)		(51.769)
Transferências			(17)			(17)
Obrigações Especiais	(9.847)	(2.449)				(12.296)
Saldo em 30 de setembro de 2015	339.919	2.879	53.525	22.324	158.946	577.593
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(193.568)		(44.523)		(47.095)	(285.186)
Amortizações	(44.313)		(3.488)		(5.887)	(53.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(237.881)		(48.011)		(52.982)	(338.874)
Amortizações	(29.495)		(1.278)		(4.415)	(35.188)
Transferências			17			17
Saldo em 30 de setembro de 2015	(267.376)		(49.272)		(57.397)	(374.045)
Intangível Líquido - 30/09/2015	72.543	2.879	4.253	22.324	101.549	203.548
Intangível Líquido - 31/12/2014	23.147	5.746	5.424	17.440	105.964	157.721

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das Demonstrações Contábeis.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável (concessão).

(i) Direito de exploração de Concessão de Geração

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. que é detentora do direito de exploração de concessão da Usina Lajeado que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que foi decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco S.A e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado S.A o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe “R”, nominativas, sem valor nominal, de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

emissão da Investco S.A, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452, R\$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946 que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea “b” da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O total do ágio, R\$ 158.946 mil, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R\$ 5.887 mil de amortização ao ano.

Em novembro de 2014, a controlada CEB Lajeado S.A. realizou o teste de perda por redução ao valor recuperável do direito de exploração de concessão. A base para realização do teste de recuperabilidade foi o fluxo de caixa descontado, que resultou em um valor presente de fluxo de caixa descontado de R\$ 530.905. Este valor quando comparado com o valor contábil do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do valor contábil do direito de exploração de concessão, no montante de R\$ 338.259, não apresentou indicação de perda por redução ao valor recuperável. A taxa de desconto usada foi de 7,16%, que representa o WACC real depois dos impostos publicado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, submódulo 12.3 – Custo de Capital da Geração. O período contemplado para elaboração dos fluxos de caixa foi até o fim da concessão, ou seja, o ano de 2032.

17 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
				Reapresentado
Suprimento de Energia Elétrica			284.088	292.312
Materiais e Serviços	2.033	7.857	49.528	59.396
Encargos de Uso de Rede Elétrica			9.914	11.349
Fornecedores de Gás			198	201
Total	2.033	7.857	343.728	363.258
Circulante	2.033	7.857	304.060	363.258
Não Circulante			39.668	

(i) Eventos não recorrentes que impactaram a rubrica de Suprimento de Energia Elétrica:

a) Diferença de tarifa de energia de Angra I e Angra II – ELETRONUCLEAR

Diferença de tarifa proveniente de alteração na regulamentação por parte da ANEEL, estabelecendo nova metodologia para cálculo da tarifa entre Furnas e Eletronuclear. A Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009, definiu que o diferencial entre essas tarifas seria rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. O valor do diferencial a que se refere o artigo 12º da Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009, apresentado por último pela Resolução nº 1.585 de 13 de agosto de 2013 que compete a esta CEB D é de R\$ 11.552. Deste montante, R\$ 4.821 foi pago em 2014 (R\$ 3.572 em 2013) e o saldo restante será pago em 2015. O valor mensal estimado da parcela é de R\$ 402.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Diferença de tarifa de energia adquirida de Corumbá Concessões S.A.

No período da construção da Usina de Corumbá Concessões S.A. ocorreram atrasos na entrada em operação comercial definida originalmente no contrato. Para cumprir o contrato, Corumbá buscou energia no mercado de Curto Prazo. O preço da energia adquirida no curto prazo estava inferior ao preço contratual. Diante disso, à época, a ANEEL foi consultada e manifestou-se que a Resolução Normativa - RN nº 165 de 19 de setembro de 2005 se aplicava ao caso em questão. Referiu-se, inclusive ao Art. 3º, que previa o seguinte: “Qualquer que seja o custo incorrido pelo agente vendedor na celebração dos contratos de compra e venda de energia, só será considerado, para fins de repasse aos contratos de venda originais e, consequentemente, às tarifas dos consumidores finais, o menor valor entre, o valor da energia do contrato de compra; o Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, acrescido de 10% (dez por cento); ou o preço da energia no contrato de venda original”.

Em 17 de setembro de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.168, contrariando o posicionamento constante do Ofício nº 326, resolve declarar que não são aplicáveis os termos da RN 165 ao Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre a Corumbá Concessões S.A. e a CEB Distribuição S.A., e que, portanto, o valor a ser aplicado no custo da compra da energia é o valor original do contrato. Aplicando o preço original e as regras de correção previstas no instrumento contratual, resultou para a CEB Distribuição S.A. uma obrigação no montante de R\$ 42.705.

Ainda de acordo com o instrumento contratual, a dívida com Corumbá Concessões S.A. foi atualizada pelo IGP-M, resultando no montante de R\$ 1.040 de atualização monetária.

Este valor foi integralmente repassado como componente financeiro à tarifa do consumidor final da CEB Distribuição S.A., conforme disposto na Resolução Homologatória n. 1.779, de 19 de agosto de 2014, que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2014 da CEB D e fixa em seu Art. 10 o valor de R\$ 43.745 (quarenta e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil), que começou a ser repassado a Corumbá Concessões S.A. pela CEB Distribuição S.A., em 12 (doze) parcelas mensais iguais, a partir de outubro de 2014. Em setembro de 2015, a obrigação foi liquidada.

c) Passivo decorrente de Energia de Curto Prazo

A CEB D constituiu provisão no montante de R\$ 117.386 devido à ausência de leituras dos consumos em linhas de interligação com Furnas e nas conexões de fronteira. Do total provisionado, R\$ 88.000 refere-se a duas linhas de interligação com Furnas e a ausência de mediação deste consumo ocorreu no período de abril/2013 a outubro/13, o valor foi provisionado em 2013. O montante de R\$ 20.308 foi provisionado no primeiro trimestre de 2014 e é relativo à ausência de leitura de consumo nas conexões de fronteira das Linhas de Samambaia Oeste de Ceilândia Norte. Em abril de 2014, foi contabilizado o montante de R\$ 9.078, referente às Linhas de Samambaia Oeste.

Em maio de 2015, a CCEE finalizou o reprocessamento dos valores objeto das provisões constituídas e o montante total do reprocessamento foi de R\$ 124.347.

d) Parcelamento Itaipu Binacional

Em junho de 2015 a CEB D possuía um passivo de USD 43.267, referente a faturas pendentes de pagamento Energia do Repasse de ITAIPU inadimplidas até a data de 28 de fevereiro de 2015. Após negociação com a Eletrobrás, em 15 de julho de 2015 foi efetuado o pagamento de USD 21.448, o correspondente a R\$ 67.220.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo remanescente de USD 21.819 foi negociado em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento todo o dia 30 de cada mês, devendo o primeiro pagamento ser efetuado a partir da data de eficácia do contrato. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata die*.

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
				Reapresentado
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.269	97.475	294.825	196.355
Outros Tributos (c)	368	1.295	272.338	175.501
Total	97.637	98.770	567.163	371.856
Circulante	368	1.483	277.702	175.940
Não Circulante	97.269	97.287	289.461	195.916

(b) Imposto do Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
				Reapresentado
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	216.619	144.118
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.953	78.206	52.237
Total	97.269	97.475	294.825	196.355
Circulante		206	5.376	468
Não Circulante	97.269	97.269	289.449	195.887

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(155.191)	(165.728)	(155.191)	(165.728)	(48.392)	(150.983)	(48.392)	(150.983)
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(4.471)	20.881	(4.471)	20.881
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(4.683)	(8.440)	(4.683)	(8.440)
Total do Resultado Tributado	(155.191)	(165.728)	(155.191)	(165.728)	(57.546)	(138.542)	(57.546)	(138.542)
Ajuste RTT						163		163
Equivalência Patrimonial	141.361	169.226	141.361	169.226				-
Adições Permanentes, Líquidas	86	(105)	86	(105)	7.091	1.713	7.091	1.713
Adições Permanentes	86	117	86	117	7.139	6.217	7.139	6.217
Perdas - Outras					1.603	647	1.603	647
Encargos/Gratificações/Alimentação de Diretores					559	545	559	545
Contribuições não Compensatórias					7	76	7	76
Subvenção de Energia Elétrica					399	362	399	362
Amortização de Ágio sobre Investimentos					4.415	4.415	4.415	4.415

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Outras Adições	86	117	86	117	156	172	156	172
Exclusões Permanentes		(222)		(222)	(48)	(4.504)	(48)	(4.504)
Dividendos Recebidos		(222)		(222)		(286)		(286)
Depreciação/Amortização Acumulada - Reavaliação BRR 396/2010						(4.161)		(4.161)
Outras Exclusões					(48)	(57)	(48)	(57)
Adições/(Exclusões) Temporárias	11.035	(3.346)	11.035	(3.346)	(442.380)	75.684	(442.380)	75.684
Adições Temporárias	12.300	13.218	12.300	13.218	645.912	563.521	645.912	563.521
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios		35		35	11.583	5.616	11.583	5.616
Provisão de Benefício Pós-Emprego - Assistencial Aposentados					28.586	28.706	28.586	28.706
Provisão de Suprimento/Energia de Curto Prazo					498.961	471.186	498.961	471.186
Provisão para Devedores Duvidosos	12.052		12.052		55.214	17.358	55.214	17.358
Provisão de Encargos de Curto Prazo						8.045		8.045
Atualização Monetária de Passivos Regulatórios					15.917	2.899	15.917	2.899
Atualização Monetária - Superávit de Baixa Renda						7.738		7.738
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					11.627	6.673	11.627	6.673
Superávit de Baixa Renda - Atualização Monetária					10.429		10.429	
COFINS sobre Ativos Regulatórios					10.099		10.099	
PIS sobre Ativos Regulatórios					2.188		2.188	
Provisão MCP - CCEE					417		417	
Provisão de Bloqueio Judicial					162	1.812	162	1.812
Custo da Prestação de Serviço de Iluminação Pública	248	13.183	248	13.183	248	13.183	248	13.183
Provisão Recebimento de Faturas de Energia Elétrica					481		481	
Outras Adições						305		305
Exclusões Temporárias	(1.265)	(16.564)	(1.265)	(16.564)	(1.088.292)	(487.837)	(1.088.292)	(487.837)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios		(18)		(18)	(17.799)	(559)	(17.799)	(559)
Reversão de Benefício Pós- Emprego Assistencial Aposentados					(23.699)	(23.019)	(23.699)	(23.019)
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos	(1.068)		(1.068)		(17.057)	(14.911)	(17.057)	(14.911)
Reversão de Provisão para Contratos de Arrecadação								
Reversão de Provisão de Suprimentos/Energia de Curto Prazo					(529.238)	(409.627)	(529.238)	(409.627)
Reversão de Provisão de Recebimento de Faturas de Energia Elétrica					(167)	(11.353)	(167)	(11.353)
Adoção Inicial Lei 12.973/2014					(205.319)		(205.319)	
Reversão de Provisão para Perdas Pessoal Cedido					(772)		(772)	
Reversão de Participação nos Lucros					(3.016)	(1.904)	(3.016)	(1.904)
Constituição e Realização de Ativos e Passivos Regulatórios					(232.975)	(8.226)	(232.975)	(8.226)
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios					(58.053)	(1.692)	(58.053)	(1.692)
Receita não Faturada de IP	(197)	(16.546)	(197)	(16.546)	(197)	(16.546)	(197)	(16.546)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(2.709)	47	(2.709)	47	(492.835)	(60.982)	(492.835)	(60.982)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal		(14)		(14)				
Base de Cálculo	(2.709)	33	(2.709)	33	(492.835)	(60.982)	(492.835)	(60.982)
Alíquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:								
IRPJ/CSLL sobre Lucro Fiscal Tributável da Controladora e Controladas		5		3	3.542	3.985	1.282	1.442
IRPJ/CSLL - Lucro Presumido de Controladas					1.009	1.149	456	518
Ajustes IRPJ/CSLL - Exercício - 2014 e 2013	244	272	87	107	(244)	272	(87)	107
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	244	277	87	110	4.307	5.406	1.651	2.067
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos					68.698		24.722	
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	244	277	87	110	73.005	5.406	26.373	2.067

(*) Alíquota de 15% e 10% de Adicional para o IRPJ.

(i) Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 14). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como propriedade para investimento. Outros eventos que geraram o reconhecimento de passivos fiscais diferidos foram: o ganho sobre o reconhecimento do VNR (Valor Novo de Reposição) do Ativo

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Financeiro Indenizável e sobre os Ativos e Passivos Regulatórios reconhecidos de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pela realização do Ativo Financeiro Indenizável e pela realização dos Ativos e Passivos Regulatórios.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
				Reapresentado
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	212.809	179.650
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.953	76.640	64.703
Total	97.269	97.475	289.449	244.353
Não Circulante	97.269	97.475	289.449	244.353

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
				Reapresentado
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (i)			215.384	148.637
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	66	479	42.584	16.065
Programa de Integração Social – PIS	14	104	9.235	3.483
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	185	351	2.628	2.541
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	21	182	1.267	1.648
Outros	82	179	1.240	3.127
Total	368	1.295	272.338	175.501
Circulante	368	1.277	272.326	175.472
Não Circulante		18	12	29

(i) Em 25 de novembro de 2010, atendendo demanda da CEB Distribuição S.A., foi baixado o Decreto nº 32.514, que autorizou o adiamento em três meses do pagamento do ICMS de cada mês, a partir dos fatos geradores praticados em outubro daquele ano, estabelecendo o dia 20 como vencimento. Os valores postergados deveriam sofrer apenas atualização monetária Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, portanto, sem a incidência de juros e multa decorrentes da postergação.

Em 20 de dezembro de 2013, foi publicado o Decreto nº 4.990, que autorizou a mudança do vencimento do dia 20 para o penúltimo dia útil, mantendo o adiamento de três meses e a cobrança apenas da correção monetária.

Em 27 de agosto de 2014, o GDF, no âmbito do Grupo de Trabalho responsável por indicar medidas de compensação das eventuais perdas financeiras pela não aplicação total do reajuste tarifário de 2014, editou o Decreto nº 35.762 que tratou, entre outros assuntos, do débito da CEB Distribuição S.A. com o GDF relativo ao pagamento de ICMS sobre o fornecimento de energia. Neste decreto foi reconhecido o valor de R\$ 119.633 que corresponde ao valor histórico deste débito acrescido de correção monetária pelo INPC, não sofrendo assim, a incidência de multas e juros. Adicionalmente, no âmbito do mesmo decreto foi autorizado o parcelamento deste montante em 10 vezes corrigido pelo INPC. Em julho de 2015, a CEB Distribuição S.A realizou a quitação do parcelamento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF), sendo o saldo não repassado atualizado pelo INPC.

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei n. 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à renovação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 161.875 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês. Até o trimestre findo em 30 de setembro de 2015, foram amortizadas oito parcelas no montante de R\$ 22.487.

Em 30 de setembro de 2015 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 252.719 e apresentava a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	213.103
Faturamento Arrecadado	123.910
Faturamento não Arrecadado	18.583
Atualização Monetária	15.043
Repasse ao Governo do Distrito Federal	(117.920)
Saldo em 30 de setembro de 2015	252.719
Circulante	136.503
Não Circulante	116.216

20 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Superávit de Baixa Renda (a)	119.278	108.849
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	89.674	75.351
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	87.389	2.735
Total	296.341	186.935
Circulante	123.928	40.980
Não Circulante	172.413	145.955

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Superávit de Baixa Renda

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

O assunto está em discussão entre a Distribuidora e o órgão regulador. A ANEEL entende que o valor ainda é exigível, e solicitou instrução de processo específico para apurar a conduta da CEB Distribuição S.A e submeter a deliberação pela Diretoria da ANEEL. Os efeitos dessa deliberação deve se materializar no processo tarifário de 2016. A Administração da Companhia tem posição contrária, por considerá-lo decadente.

(b) Obrigações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008 e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 01 de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Programa de Eficiência Energética - PEE	64.206	52.328
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	24.345	21.910
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	749	741
Ministério de Minas e Energia – MME	374	372
Total	89.674	75.351

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Encargos do Consumidor a Recolher

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição à Eletrobrás, em 2015, no montante de R\$ 391.473. No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, os valores devidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 87.350. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A..

21 DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	Balanço Patrimonial			Resultado do Exercício		
						Circulante	Não circulante	Total	Encargos Incorridos	Encargos Pagos	Total
1ª Emissão - Série Única	1300	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2016.	Recebíveis + Alienação de imóvel	7.959	122.041	130.000			
Encargos									6.622	(6.622)	
Custos da Emissão						(470)	(1.619)	(2.089)	108		
						7.489	120.422	127.911	6.730	(6.622)	

O saldo de Debêntures registrado no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2017	31.842
2018	31.842
2019	31.842
2020	26.515
Total	122.041

Condições restritivas:

Qualquer operação de FIDC a ser realizada pela CEB Distribuição S.A., restringe-se ao Banco *Credit Suisse*.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	30/09/2015	31/12/2014	
ELETRORÁS	13.006	24.659	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)	4.266	5.000	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	59.320	69.173	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil	5.847	17.727	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A (i)	92.326	91.956	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal S.A/BNDES	41.910	34.498	6% a.a
Caixa Econômica Federal S.A/BNDES	15.594	14.391	5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal S.A/BNDES	29.461	45.456	5% a.a + TJLP
Banco Daycoval	14.159	19.171	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCB	17.382		6,5% a.a + CDI CETIP
Custo de Transação	(1.141)	(920)	
Total	292.130	321.111	
Circulante	64.391	69.417	
Não Circulante	227.739	251.694	

A CEB D firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal (CAIXA), por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetivando investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição da Controlada, em vistas de projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014. A liberação dos recursos ocorreu no mês de setembro de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Companhia, com o Distrito Federal como Interviente/Garantidor e o Banco de Brasília S/A (BRB), como Interviente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425.

O financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

(a) Garantias dos Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A..

(b) Covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D, com exceção do financiamento da ELETRORÁS, possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiros de vencimento antecipado. Em 30 de setembro de 2015, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes foram cumpridas pela Companhia.

Em junho de 2015, foi autorizada a alteração do Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES para que sejam prorrogados os prazos de comprovação da renovação do Contrato de Concessão,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

celebrado entre a CEB D e a ANEEL, de 07 de julho de 2015, para até 15 de janeiro de 2016, no caso de não prorrogação do Contrato de Concessão, bem como a faculdade de declaração de vencimento antecipado, caso não tenha havido a renovação do Contrato de Concessão até 07 de julho de 2016 e não tenha ocorrido a liquidação da dívida até 15 de janeiro de 2016.

No âmbito do Contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, foi negociada a prorrogação do prazo de renovação da Concessão até 7 de janeiro de 2016, anteriormente previsto para 7 de julho de 2015.

Os montantes das dívidas classificadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2015 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2016	15.449
2017	62.914
2018	53.865
2019	43.894
2020 em diante	51.617
Total	227.739

(b) Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Empréstimo e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	322.031	(920)	321.111
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.000		20.000
Encargos Incorridos no Período	31.755	172	31.927
Custo de Transação		(393)	(393)
Encargos Financeiros Pagos	(26.126)		(26.126)
Amortizações de principal	(54.389)		(54.389)
Saldo em 30 de setembro de 2015	293.271	(1.141)	292.130

23 OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As Obrigações Societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados em exercícios anteriores. No caso de partes beneficiárias, do valor provisionado, R\$ 1.490 refere-se ao exercício de 2015.

	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Governo do Distrito Federal	18.623	18.623	18.623	18.623
Eletrobrás			5.108	9.573
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			3.547	2.057
Outros Acionistas	69	69	69	69
Total	18.692	18.692	27.347	30.322
Circulante	18.692	18.692	27.347	30.322

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Provisão de Férias	36	151	11.596	14.312
Provisão de 13º Salários	49		5.838	
Encargos sobre Provisões	97	157	10.895	10.369
Abono Assiduidade			5.655	6.618
Abono Indenizatório				2.345
Participação nos Lucros				3.016
Outros			137	202
Total	182	308	34.121	36.862
Circulante	182	308	34.121	36.862

25 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Planos de benefícios

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB D e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB D
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB D tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB – Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quanto aos planos previdenciários, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, estando divididas em função de cada plano previdencial e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia e suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdencial e plano de saúde, de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e um meses, informações contábeis posicionadas em 31 de agosto de 2015 e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Plano de Previdência	41.074	50.765
Plano de Assistência	279.947	302.987
Programa de Demissão Voluntária	255	2.010
Total	321.276	355.762
Circulante	42.057	60.863
Não Circulante	279.219	294.899

Os montantes no resultado relativos aos Planos de Previdência e Assistência são os seguintes:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/03/2014
Previdência	2.518	1.948
Assistência	25.196	8.041
Total	27.714	9.989

b) Planos Previdenciário e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.137.535)	(985.140)	(305.787)	(271.999)
Custo do serviço corrente	(7.899)	(11.012)	(1.729)	(2.463)
Custo de juros	(100.188)	(116.247)	(26.826)	(37.862)
Ganhos/(Perda) atuariais	100.481	(91.994)	26.941	(26.819)
Benefícios Pagos pelo plano	56.579	66.858	28.090	33.356
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(1.088.562)	(1.137.535)	(279.311)	(305.787)

Análise da obrigação atuarial do plano:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Valor presente da obrigação atuarial	1.088.562	1.137.535	279.311	305.787
Valor justo dos ativos do plano	(1.093.772)	(1.108.746)		
Valor presente da obrigação coberta	1.093.772	1.108.746		
Valor presente da obrigação sem cobertura	(5.210)	28.789	279.311	305.787
Status do Plano	Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.108.746	962.786		
Rendimento esperado dos ativos do plano	97.576	113.609		
Contribuições recebidas pelo fundo - Patrocinador	20.681	39.117	28.090	33.357
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	8.119	10.766		
Benefícios Pagos pelo fundo	(56.579)	(66.858)	(28.090)	(33.357)
Ganhos/(Perda) atuariais	(84.771)	49.326		
Valor justo dos ativos do plano no final do período	1.093.772	1.108.746		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	30/09/2015	31/12/2014
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente da obrigação atuarial	(5.210)	28.789
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período (Saldo da dívida com a FACEB)	40.991	52.276
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço		
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	28.789	22.354
Contribuições aportadas no plano	(20.681)	(39.117)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(15.709)	42.668
Despesas do exercício	2.391	2.884
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	(5.210)	28.789

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Assistencial	
	30/09/2015	31/12/2014
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	279.311	305.787
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período	319.575	305.787
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço		
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	305.787	271.999
Contribuições aportadas no plano	(28.090)	(33.357)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(26.941)	26.819
Despesas do exercício	28.555	40.326
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	279.311	305.787

(i) Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.088.562, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.093.772 resultou em um superávit de R\$ 5.210 constituindo-se, portanto, em um ativo atuarial, o qual em função das determinações do CPC-33 (R1) foi ajustado pelo teto de ativo (*asset ceiling*), uma vez que não existe expectativa de que a CEB possa utilizar benefício financeiro decorrente do superávit do plano de benefícios, tendo em vista que não foi constituída reserva especial para revisão de plano, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, atual CNPC, nº 26, de 29 de setembro de 2008. Atualmente, a CEB tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 40.991, relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de agosto de 2015. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.111.947) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 2.852), exigível contingencial (R\$ 4.967) e fundos (R\$ 10.357), resultando no valor justo de R\$ 1.093.772, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura integral do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de agosto de 2015, um superávit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de agosto de 2015 se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo:

	30/09/2015	30/06/2015	31/03/2015	31/12/2014
Valor presente da Obrigação atuarial	1.088.562	1.197.440	1.155.881	1.137.535
Valor justo dos ativos do plano	(1.093.772)	(1.170.366)	(1.120.744)	(1.108.746)
Resultado	(5.210)	27.074	35.137	28.789

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2015, calculada com base nos custos normais, no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial, nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015
Custo do serviço corrente	9.284
Custo dos juros	151.236
Rendimento esperado dos ativos do plano	(147.409)
Contribuições dos participantes	(10.027)
Total da Despesa Estimada	3.084

(ii) Plano CEBPREV

O Plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A.

Conforme o balancete desse plano posicionado em 31 de agosto de 2015, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 18.630 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 18.630, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data desta reavaliação e além do patrimônio de cobertura do plano existem fundos previdenciais no montante de R\$ 417 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

(iii) Plano CEB-SAÚDE

O Plano CEB-SAÚDE não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais Associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

(iv) Plano Assistencial

Em setembro de 2015, a Corte Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal julgou a inconstitucionalidade formal e material das leis que concediam o plano de saúde para os aposentados e que estabeleciam que, enquanto o Governo do Distrito Federal não definisse a fonte para suprir os custos do referido plano, a CEB Distribuição S.A. deveria suportá-los. Houve a publicação do Acórdão e aguarda-se o prazo requerido para o trânsito em julgado para as providências cabíveis.

A avaliação atuarial do Plano CEB-ASSISTENCIAL, posicionada em 31 de agosto 2015, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 279.3121. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 31 de agosto de 2015 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 9.278; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 43.023; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 18.663 e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 208.348.

O passivo líquido, em 31 maio de 2015, era de R\$ 317.399 e, computadas as variações ocorridas em 2015, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atuarialmente em 31 de agosto de 2015 de R\$ 279.311, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o Plano CEB-ASSISTENCIAL.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A variação na obrigação atuarial decorreu da modificação na taxa de juros, que passou de 6,36% para 7,46%, bem como a uma redução no número total de beneficiários, que na reavaliação anterior era de 4.249 e passou para 3.953. Observou-se, ainda, uma redução de 24,80% no grupo dos ativos e um aumento de 11,78% no grupo de assistidos (aposentados e pensionistas), o que provocou alterações mais expressivas nas obrigações relativas ao grupo dos ativos.

Despesa estimada para o exercício:

	2015
Custo do serviço corrente	1.784
Custo dos juros	40.655
Total da despesa estimada	42.439

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo:

	30/09/2015	30/06/2015	30/03/2015	31/12/2014
Valor presente da Obrigação atuarial	279.310	317.399	311.551	305.787
Valor justo dos ativos do plano				
Resultado	279.310	317.399	311.551	305.787

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
Valores reconhecidos na DRE	30/09/2015	30/09/2014	30/06/2015	30/09/2014
Custo do serviço corrente	7.899	7.577	1.729	2.031
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	(8.120)	(7.154)		
Custo de juros	100.188	77.618	26.830	24.874
Rendimento esperado dos ativos do plano	(97.576)	(75.539)		
Total da (despesas)/receita reconhecida no período	2.391	2.502	28.559	26.905

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa:

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
Composição dos ativos	30/09/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Disponível	0,01%	0,24%	N/A	N/A
Renda Fixa	89,06%	86,34%	N/A	N/A
Renda Variável	1,46%	1,44%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	5,16%	7,65%	N/A	N/A
Investimentos Imobiliários	1,68%	1,67%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	2,69%	2,66%	N/A	N/A
Outras Exigibilidades e depósitos Judiciais	-0,06%	0,00%	N/A	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Premissas Atuariais

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
Premissas atuariais adotadas	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Financeira				
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	7,46%	6,20%	7,46%	6,20%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	11,97%	11,97%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,43%	5,43%	5,43%	5,43%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,43%	5,43%	5,43%	5,43%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,43%	5,43%	5,43%	5,43%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Demográficas				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição familiar para cálculo de pensão e reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem			
Assistidos	Família informada no cadastro			

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,97%	11,97%	N/A	N/A

c) Contrato de Dívida Atuarial (*)

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília – CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB D assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos.

(i) Contrato de Parcelamento do Saldo Devedor

Em abril de 2015, as CEB Distribuição e a FACEB celebraram acordo através de Contrato de Parcelamento de Contribuição Suplementar correspondente ao saldo devedor remanescente em 01 de abril de 2015, no valor de R\$ 28.897 do contrato de dívida atuarial assinado em 27 de dezembro de 2001. Neste Contrato de Parcelamento não foi contemplado o valor da variação monetária no valor de R\$ 12.722, ou seja, na celebração do contrato o valor que deveria ser parcelado seria de R\$ 41.619. A CEB Distribuição já está realizando tratativas no sentido de alteração do contrato para que o valor da diferença seja considerada no acordo.

No contrato celebrado no valor de R\$ 28.897 ficou pactuado que o saldo remanescente terá um período de carência de 15 meses e que neste período incidirão juros equivalentes a 6% ao ano capitalizado mensalmente, bem como correção monetária calculada de acordo com a variação do INPC/IBGE ou índice que vier a substituí-lo. Ao fim do período de carência o saldo devedor apurado em 01 de abril de 2015, devidamente atualizado e acrescido dos encargos previstos será pago em 13 (treze) parcelas mensais e sucessivas vencendo a primeira em 31 de dezembro de 2016. Devido a este acordo, o saldo que estava registrado no passivo circulante foi transferido para o não circulante.

Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de setembro de 2015:

As movimentações da dívida atuarial ocorreram conforme quadro a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	32.145	40.350	72.495
Amortização	(31.130)		(31.130)
Atualização	3.779	4.093	7.872
Transferências para o circulante	26.574	(26.574)	
Saldo em 31 de dezembro 2014	31.368	17.869	49.237
Amortização no Período	(14.379)		(14.379)
Atualização no exercício	4.963	603	5.566
Transferências para o circulante	(9.377)	9.377	
Passivo em 30 de setembro de 2015	12.575	27.849	40.424

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo é a seguinte:

	30/09/2015	31/12/2014
Contribuições para o Plano	645	1.525
Contrato de Dívida	40.424	49.237
Total	41.069	50.762
Circulante	13.220	32.893
Não Circulante	27.849	17.869

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra b. (ii). a) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

d) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Circulante	Não Circulante	Total
Passivo em 31 de dezembro de 2014	2.010		2.010
Amortização no Período	(1.744)		(1.744)
Atualização no Período		19	19
Transferências para o Circulante	(12)	(19)	(31)
Passivo em 30 de setembro de 2015	254		254

26 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios provisionados

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Regulatórias			50.577	59.655
Trabalhistas		54	11.096	8.959
Fiscais	8.251	8.251	8.251	8.251
Cíveis			8.155	7.500
Total	8.251	8.305	78.079	84.365
Circulante		54	9.950	5.901
Não Circulante	8.251	8.251	68.129	78.464

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	94	8.223	8.317
Constituições de Provisão	7		7
Pagamentos	(34)		(34)
Atualização Monetária	5	28	33
Reversão de Provisão	(18)		(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	54	8.251	8.305
Constituições de Provisão	8		8
Pagamentos	(62)		(62)
Saldo em 30 de setembro de 2015		8.251	8.251

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.869	6.674	8.223	50.066	71.832
Constituições de Provisão	1.816	399		6.363	8.578
Pagamentos	(34)	(9)			(43)
Reversão de Provisão	(493)	(30)		(1.791)	(2.314)
Atualização Monetária	801	466	28	5.017	6.312
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.959	7.500	8.251	59.655	84.365
Constituições de Provisão	3.195	2.261			5.456
Reversão de Provisão	(1.675)	(1.941)		(14.197)	(17.813)
Atualização Monetária	679	335		5.119	6.133
Pagamento	(62)				(62)
Saldo em 30 de setembro de 2015	11.096	8.155	8.251	50.577	78.079

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas Regulatórias

A CEB D está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP e CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, a qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(b) Passivo Contingente – Risco possível

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de setembro de 2015 é apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Fiscais	21.529	21.529	25.149	25.149
Cíveis	245	245	966	1.973
Trabalhistas	150	150	1.388	790
Total	21.924	21.924	27.503	27.912

(i) Demandas Fiscais

Representam valores referentes às Contribuições Sociais de PIS e COFINS, que foram objeto de compensação com créditos existentes na Receita Federal por recolhimentos realizados a maior, e que, quando da solicitação da compensação através de PER/DCOMP estes não foram homologados pela Receita Federal. Os consultores legais da Companhia vêm buscando reverter a decisão da Receita Federal com a comprovação de que tais cobranças não procedem.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Recursos Para Futuro Aumento de Capital (i)		212.000		212.000
Consumidores	3	1	18.257	12.477
Consignações a Favor de Terceiros	25	73	17.501	13.230
Repasses de Bandeiras Tarifárias (ii)			78.944	
Parcelamento de Multa ANEEL			18.632	6.415
Arrendamento			3.843	3.685
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			631	1.184
Adiantamento de Clientes				1.702
Cauções e Garantia			772	705
Retenção de Quotas RGR			724	724
Obrigações com Empresas Ligadas	167	167		
Outras Obrigações	27	92	3.791	3.274
Total	222	212.333	143.095	255.396
Circulante	222	333	128.360	39.605
Não Circulante		212.000	14.735	215.791

(i) Em setembro de 2015, a Companhia efetivou o aumento de capital com recursos do Governo do Distrito Federal para este fim no montante de R\$ 212.000. O aumento de capital totalizou R\$ 223.969 e em consequência ocorreu à emissão de 5.232.925 ações, sendo 2.607.746 ações ordinárias e 2.625.179 ações preferenciais classe B.

(ii) O valor de Bandeiras Tarifárias refere-se ao montante faturado da competência dos meses de julho, agosto e setembro de 2015, para o qual a CEB D ainda aguarda a divulgação, por meio de nota técnica da ANEEL, dos valores a serem repassados. Para maiores detalhes sobre as bandeiras tarifárias, vide nota explicativa nº 31(a).

28 OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Ultrapassagem de Demanda	13.743	8.648
Excedente de Reativos	25.724	19.192
Participação Financeira do Consumidor	15.197	
Total	54.664	27.840
Não Circulante	54.664	27.840

(i) Obrigações Especiais – Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos

A receita de ultrapassagem de demanda é oriunda de Contratos de Fornecimento com grandes consumidores de energia, no qual é definida a demanda a ser utilizada pela unidade consumidora. Caso a demanda realizada exceda a demanda contratada, a diferença é cobrada com base na tarifa de ultrapassagem de demanda que é bem superior as tarifas regulares. As tarifas de ultrapassagem de demanda possuem caráter de penalidade ao consumidor e visam a incentivar o consumidor a não utilizar a rede além do que foi contratado, funciona como uma penalidade e está prevista no art. 93 da Resolução 414/2010.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita de excedente de reativos é uma penalidade ao consumidor decorrente da não instalação de equipamentos adequados para controle da energia reativa que podem prejudicar o funcionamento dos sistemas elétricos, gerando custos adicionais a rede distribuidora. O órgão regulador define um limite para essa energia reativa e, violado esse limite, a distribuidora cobra uma tarifa adicional de energia reativa excedente.

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET 2.7”), aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463 de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deverão ser contabilizadas como obrigações especiais e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Em conformidade com o Despacho nº 4.991 da ANEEL, de 29 de dezembro de 2011, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das Demonstrações Contábeis, a CEB Distribuição S.A. efetuou o ajuste de receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, reduzindo as contas de receitas de “Fornecimento de Energia Elétrica” em contrapartida à conta de Obrigações Especiais.

A determinação pela ANEEL dessas receitas para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, foi objeto de questionamento judicial pela ABRADÉE, o que ainda está em discussão.

A CEB Distribuição S.A. está aguardando o julgamento da ação e tais valores estão provisionados em Obrigações Especiais e apresentados como Obrigações Vinculadas à Concessão.

29 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025 (R\$ 342.056 em 31/12/2014). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

Em setembro de 2015, a Companhia efetivou o aumento de capital no valor de R\$ 223.696 com a emissão de 5.232.925 ações, sendo 2.607.746 ações ordinárias e 2.625.179 ações preferenciais classe B.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/09/2015	31/12/2014
Ações Ordinárias	7.184.187	4.576.432
Ações Preferenciais	7.232.196	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	3.294.024
Total	14.416.383	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	208.579	177.084
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		(11.969)
Total	208.579	165.115
Quantidade de Ações	14.416.383	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	14,47	17,98

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2014, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817
Saldo em 30 de setembro de 2015, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

(ii) Ganhos/Perdas na variação de percentual em Participações Societárias

Em dezembro de 2011, foi contabilizado uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. No Exercício de 2013, ocorreram os seguintes eventos: Em abril de 2013, houve novo aporte de capital pelos acionistas, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista, este fato gerou uma perda de R\$ 31. O outro evento foi a declaração dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o Capital Social da Controlada gerou um ganho de R\$ 47. Em abril de 2014, os acionistas Energ Power S.A e Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A realizaram aporte de capital no montante de R\$ 221. Esta operação gerou um ganho de capital a favor da CEB no valor de R\$ 83. Ainda em 2014, houve ganho de R\$ 10 devido a diluição de percentual em virtude de declaração de dividendos pela coligada Energética Corumbá III S.A.

Em abril de 2015, os acionistas Energ Power S.A. e Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A. realizaram novo aporte de capital no montante de R\$ 87. Devido a esta operação a CEB registrou um ganho de capital no valor de R\$ 33.

A perda acumula registrada com a Controlada Energética Corumbá III S.A. na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial até 30 de setembro de 2015 é de R\$ 733.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram a opção de compra da totalidade das ações preferencia nominativas classe “B” de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada. Desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

na variação de percentual de R\$ 18.623. Em 2014, ocorreu o registro R\$ 39 gerado por ganho por diluição de percentual devido a dividendos pagos do exercício de 2013.

(iii) Perdas Atuariais – Plano Assistencial e Previdenciário

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuariais referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da controlada CEB D no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrado no Patrimônio Líquido da Companhia de acordo com a regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 30 de setembro de 2015, o montante da perda atuarial é de R\$ 158.515 (R\$ 186.441 em 2014).

Em 30 de setembro de 2015, a composição do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” é a seguinte:

	30/09/2015	31/12/2014
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (ii)	18.662	18.662
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A	(733)	(766)
Perdas Atuarial - Plano Assistencial (iii)	(158.515)	(186.441)
Outras Movimentações - Coligadas	53	53
Total	48.284	20.325

(c) Resultado do Período

No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia apurou um Prejuízo de R\$ 154.860 (R\$ 166.115 em 30 de setembro de 2014).

(d) Reserva de Lucros

Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

- I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.
- II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Conforme consta no

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estatuto Art. 38 parágrafo 1º “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe B, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias”.

30 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB D;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília - CEB – que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS, que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, a Receita Operacional Bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços com o Governo do Distrito Federal (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Estado de Governo e demais órgãos) totalizou R\$ 314.406, representando 11,3% da Receita Operacional Bruta Consolidada (R\$ 280.099 – 15,1% da Receita Operacional Bruta Consolidada, em 30 de setembro de 2014).

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de setembro de 2015, de 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2014 estão incluídas no quadro seguinte:

a) Balanço Patrimonial por Segmento de Negócio

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativo	Reapresentado											Reapresentado
Circulante	946.335	726.260	9.287	9.702	53.357	49.074	42.769	87.322	(31.919)	(32.972)	1.019.829	839.386
Ativo Realizável a Longo Prazo	974.525	1.004.930			17.988	9.973	33.450	4.861	(31.912)	5.934	994.051	1.025.698
Investimentos	276.114	276.114			235.483	232.537	313.194	415.823	(168.629)	(265.899)	656.162	658.575
Imobilizado	65.091	82.652	4.688	4.923	18.644	19.183	15.799	15.956	-	-	104.222	122.714
Intangível	99.672	49.196		17	103.041	107.458	834	1.049	1	1	203.548	157.721
Total do Ativo	2.361.737	2.139.152	13.975	14.642	428.513	418.225	406.046	525.011	(232.459)	(292.936)	2.977.812	2.804.094
Passivo												
Passivo Circulante	1.122.763	1.067.025	2.840	2.361	41.283	44.596	21.853	29.003	(32.831)	(27.332)	1.155.908	1.115.653
Passivo não Circulante	1.308.055	1.022.139			90	90	174.601	317.538	(100.080)	292	1.382.666	1.340.059
Patrimônio Líquido	(69.081)	49.988	11.135	12.281	387.140	373.539	209.592	178.470	(330.207)	(490.955)	208.579	123.323
Acionistas não Controladores									230.659	225.059	230.659	225.059
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.361.737	2.139.152	13.975	14.642	428.513	418.225	406.046	525.011	(232.459)	(292.936)	2.977.812	2.804.094

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio

	Período de três meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	607.704	455.072	3.534	3.301	29.397	33.249	4.967	29.548	(28.668)	(33.390)	616.934	487.780
Energia Elétrica comprada para Revenda	(442.253)	(316.955)	(673)	(270)	(5.865)	(20.053)			28.447	33.193	(420.344)	(304.084)
Encargos de uso da rede elétrica	(41.637)	(25.057)	(221)	(196)	(2.773)	(2.859)			221	196	(44.410)	(27.916)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(483.890)	(342.012)	(894)	(466)	(8.638)	(22.912)			28.668	33.389	(464.754)	(332.000)
Pessoal	(42.410)	(40.448)	(695)	(683)	(733)	(642)	(2.634)	(3.124)			(46.472)	(44.897)
Material	(1.249)	(1.545)	(3)	(3)			(145)	(1.065)			(1.397)	(2.613)
Serviço de Terceiros	(31.682)	(27.711)	(521)	(1.230)	(1.391)	(1.434)	(4.675)	(21.511)			(38.269)	(51.886)
Depreciação e Amortização	(11.162)	(10.921)	(80)	(89)	(1.650)	(1.651)	(124)	(90)			(13.016)	(12.751)
Provisões	7.778	(722)	37	(19)			(29)	(16)			7.786	(757)
Custo de Construção	(22.202)	(28.829)									(22.202)	(28.829)
(Provisão Estimada)/Reversão de PCLD	(19.221)	(4.436)									(25.524)	(4.436)
Arrendamento					(10.463)	(10.033)					(10.463)	(10.033)
Outras	(20.222)	598	(135)	(201)	(985)	(2.845)	(874)	(924)			(22.216)	(3.373)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(140.370)	(114.014)	(1.397)	(2.225)	(15.222)	(16.605)	(8.481)	(26.730)			(171.773)	(159.575)
Equivalência Patrimonial					4.868	4.292	(133.636)	(13.805)	133.634	11.686	4.866	2.173
RESULTADO BRUTO	(16.556)	(954)	1.243	610	10.405	(1.976)	(137.150)	(10.987)	133.634	11.685	(14.727)	(1.622)
Receita Financeira	53.006	6.662	217	366	1.762	3.075	1.094	247	(733)		55.346	10.350
Despesa Financeira	(98.734)	(19.002)	(17)	(11)	(189)	(265)	(31)	(17)	733		(98.238)	(19.295)
RESULTADO FINANCEIRO	(45.728)	(12.340)	200	355	1.573	2.810	1.063	230			(42.892)	(8.945)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(62.284)	(13.294)	1.443	965	11.978	834	(136.087)	(10.757)	133.634	11.685	(57.619)	(10.567)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente			(183)	(225)	(1.847)	617		(286)			(2.030)	106
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(50.398)										(51.608)	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(112.682)	(13.294)	1.260	740	10.131	1.451	(136.087)	(11.043)	133.634	11.685	(111.257)	(10.461)
Atribuível ao Acionista Controlador											(115.509)	(10.943)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											4.252	482

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	607.704	455.072	3.534	3.301	29.397	33.249	4.967	29.548			645.602	521.170
Receita entre Segmentos	(220)	(197)			(28.448)	(33.193)					(28.668)	(33.390)
Receitas com Clientes Externos	607.484	454.875	3.534	3.301	949	56	4.967	29.548			616.934	487.780

	Período de nove meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.751.544	1.285.088	10.768	13.963	96.101	97.826	23.077	61.232	(92.791)	(94.502)	1.788.699	1.363.607
Energia Elétrica comprada para Revenda	(1.210.546)	(952.358)	(1.478)	(270)	(34.565)	(31.437)			92.162	93.915	(1.154.427)	(890.150)
Encargos de uso da rede elétrica	(102.715)	(58.519)	(629)	(583)	(8.525)	(8.642)			629	583	(111.240)	(67.161)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(1.313.261)	(1.010.877)	(2.107)	(853)	(43.090)	(40.079)			92.791	94.498	(1.265.667)	(957.311)
Pessoal	(132.883)	(131.703)	(1.993)	(2.120)	(1.929)	(1.833)	(8.234)	(9.082)			(145.039)	(144.738)
Material	(3.513)	(3.883)	(13)	(46)	(3)	(7)	(273)	(3.032)			(3.802)	(6.968)
Serviço de Terceiros	(88.005)	(86.256)	(2.262)	(3.222)	(3.446)	(4.341)	(16.831)	(43.611)			(110.544)	(137.430)
Depreciação e Amortização	(33.519)	(34.372)	(251)	(269)	(4.951)	(4.949)	(372)	(305)			(39.093)	(39.895)
Provisões	1.615	(11.992)	(1)	(33)	(90)	(86)	(37)	(17)			1.487	(12.128)
Custo de Construção	(65.692)	(102.100)									(65.692)	(102.100)
(Provisão Estimada)/Reversão de PCLD	(43.201)	(17.451)					(10.984)				(54.185)	(17.451)
Arrendamento					(31.388)	(30.098)					(31.388)	(30.098)
Outras	(28.675)	(10.787)	(662)	(947)	(4.295)	(8.488)	(2.536)	(2.887)		4	(36.168)	(23.105)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(393.873)	(398.544)	(5.182)	(6.637)	(46.102)	(49.802)	(39.267)	(58.934)		4	(484.424)	(513.913)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de nove meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Equivalência Patrimonial					9.865	10.166	(141.361)	(169.226)	135.967	138.179	4.471	(20.881)
RESULTADO BRUTO	44.410	(124.333)	3.479	6.473	16.774	18.111	(157.551)	(166.928)	135.967	138.179	43.079	(128.498)
Receita Financeira	83.392	20.707	698	941	4.735	7.552	2.047	877	(1.034)		89.838	30.077
Despesa Financeira	(181.234)	(51.758)	(48)	(30)	(998)	(719)	(63)	(55)	1.034		(181.309)	(52.562)
RESULTADO FINANCEIRO	(97.842)	(31.051)	650	911	3.737	6.833	1.984	822			(91.471)	(22.485)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(53.432)	(155.384)	4.129	7.384	20.511	24.944	(155.567)	(166.106)	135.967	138.179	(48.392)	(150.983)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente			(570)	(755)	(5.719)	(6.331)	331	(387)			(5.958)	(7.473)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(93.562)				142						(93.420)	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(146.994)	(155.384)	3.559	6.629	14.934	18.613	(155.236)	(166.493)	135.967	138.179	(147.770)	(158.456)
Atribuível ao Acionista Controlador											(154.860)	(166.115)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											7.090	7.659
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receita Operacional Líquida	1.751.544	1.285.088	10.768	13.963	96.101	97.826	23.077	61.232			1.881.490	1.458.109
Receita entre Segmentos	(629)	(587)			(92.162)	(93.915)					(92.791)	(94.502)
Receitas com Clientes Externos	1.750.915	1.284.501	10.768	13.963	3.939	3.911	23.077	61.232			1.788.699	1.363.607

c) Fluxo de Caixa por Segmento de Negócio

Atividades:	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Operacionais	(98.109)	27.990	4.367	7.691	14.266	16.180	15.712	(3.559)	(10.562)	(30.373)	(74.326)	17.929
Investimento	(20.419)	(33.738)		(62)	(9.877)	(215)	(21.002)	(38)	30.878	1	(20.421)	(34.052)
Financiamento	124.021	(7.862)	(4.706)	(4.737)	(10.729)	(36.158)			(20.316)	30.372	88.270	(18.385)
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	5.493	(13.610)	(339)	2.892	(6.340)	(20.193)	(5.290)	(3.597)			(6.477)	(34.508)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	30.846	22.066	7.170	9.440	20.420	55.688	7.569	9.592			66.006	96.786
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	36.339	8.456	6.831	12.332	14.080	35.495	2.279	5.995			59.529	62.278
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.493	(13.610)	(339)	2.892	(6.340)	(20.193)	(5.290)	(3.597)			(6.477)	(34.508)

31 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			812.292	483.602
Energia de Curto Prazo			94.498	84.324
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			117.869	
Receita de Construção			22.202	28.829
Aporte de Recursos da CDE (i)			13.494	9.730
Receita de Prestação de Serviços	4.609	32.263	5.058	32.986
Suprimento de Energia			7.196	6.948
Arrendamento e Aluguéis			6.347	6.082

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			7.180	4.248
Receita de Venda de Gás			1.144	1.162
Outras Receitas			1.180	466
Receita Operacional Bruta	4.609	32.263	1.088.460	658.377
Impostos	(89)	(645)	(161.165)	(96.411)
Contribuições	(452)	(2.985)	(104.185)	(62.318)
Encargos do Consumidor (ii)			(206.176)	(11.867)
Descontos Incondicionais				(1)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(541)	(3.630)	(471.526)	(170.597)
Receita Operacional Líquida	4.068	28.633	616.934	487.780

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			2.234.849	1.381.093
Energia de Curto Prazo			321.788	215.329
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			221.347	
Receita de Construção			65.692	102.100
Aporte de Recursos da CDE (i)			40.727	27.023
Receita de Prestação de Serviços	23.233	65.913	24.301	67.906
Suprimento de Energia			22.028	24.972
Arrendamento e Aluguéis			19.779	18.111
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			21.815	12.200
Receita de Venda de Gás			3.345	3.473
Outras Receitas			2.144	1.028
Receita Operacional Bruta	23.233	65.913	2.977.815	1.853.235
Impostos	(465)	(1.319)	(440.171)	(282.314)
Contribuições	(2.242)	(6.097)	(282.431)	(172.836)
Encargos do Consumidor (ii)			(466.509)	(34.477)
Descontos Incondicionais			(5)	(1)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.707)	(7.416)	(1.189.116)	(489.628)
Receita Operacional Líquida	20.526	58.497	1.788.699	1.363.607

(*) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 30 de setembro de 2015, o valor corresponde a R\$ 66.245 (R\$ 59.836 em 30/09/2014).

(i) A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. No primeiro semestre de 2015, os aportes de CDE totalizaram R\$ 40.727 (R\$ 27.023 em 30 de setembro de 2014), sendo R\$ 14.909 (R\$ 14.821, em 30 de setembro de 2014) referente à subvenção de baixa renda e R\$ 25.818 (R\$ 11.727 em 30 de setembro de 2014) referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto 7.945/2013 (Nota 9).

(ii) Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S.A.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, os valores reconhecidos pela CEB Distribuição S/A à Eletrobrás totalizaram R\$ 296.610, correspondente a R\$ 30.066 de quotas da CDE-ENERGIA, R\$ 241.931 CDE-USO e R\$ 24.613 CDE-ACR. Os valores de CDE USO E ENERGIA foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A. Os valores da conta CDE-ACR foram homologados por meio da Resolução Homologatória nº 1.863/2015.

(iii) Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarelas e vermelhas foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente. A partir de 2 de março de 2015, os valores adicionados passaram a ser de R\$ 25,00/MWh e de R\$ 55,00/MWh, respectivamente.

Em 28 de agosto de 2015, a bandeira tarifária vermelha foi reduzida de R\$ 5,50 para R\$ 4,50, a cada 100 kWh consumidos. Dessa forma, a controlada CEB D registrou os seguintes montantes:

Competência	Receita Faturada	Repasse à CCRTB	Valor de cobertura de custos da Companhia
janeiro/15	5.800	4.474	1.326
fevereiro/15	12.984	11.432	1.552
março/15	19.224	14.927	4.297
abril/15	27.589	13.401	14.188
maio/15	27.323	17.648	9.674
junho/15	27.037	10.826	16.211
julho/15	26.386	26.386	
agosto/15	26.787	26.787	
setembro/15	25.771		
Total	198.901	125.881	47.248

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Energia elétrica comprada para revenda	(309.377)	(265.762)	(897.899)	(743.966)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(110.966)	(52.637)	(256.528)	(186.701)
Encargos de uso da rede elétrica	(44.411)	(27.917)	(111.240)	(67.162)
Repasse da Conta - ACR Custo de Energia (i)		12.552		33.465
Aporte de Recursos da CDE (ii)		1.763		7.053
Total	(464.754)	(332.001)	(1.265.667)	(957.311)

(i) Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014

O Governo Federal fundamentado na Lei nº 12.783/2013 publicou, em 02 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo e custos do despacho termoeletrico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da CONTA - ACR.

(ii) Aporte CDE – Decretos nºs 7891/2013 e 7.945/2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado, principalmente, com os baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu em 23 de janeiro 2013, o Decreto 7.891, alterado pelo Decreto 7.945, de 7 de março de 2013, com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes; e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição, dos custos relacionados abaixo:

i. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);

ii. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii. cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).

(c) Custos e Despesas Operacionais Por Natureza

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal e Administradores	(2.603)	(3.077)	(46.473)	(44.896)
Serviço de Terceiros	(4.606)	(21.453)	(37.953)	(51.704)
Custo de Construção – concessão (a)			(22.202)	(28.829)
Depreciação e Amortização	(56)	(22)	(13.015)	(12.751)
(Provisão) Estimada / Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.303)		(25.524)	(4.436)
Arrendamento			(10.463)	(10.033)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(945)	(1.054)
Material	(143)	(1.066)	(1.396)	(2.614)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(770)	(629)
Propaganda e Publicidade			(163)	(181)
Outras Despesas	(26)	(69)	(5.068)	(6.680)
Total	(13.737)	(25.687)	(163.972)	(163.807)
Classificados como:				
Custo da Operação			(79.062)	(85.124)
Custo dos Serviços Prestados	(5.090)	(23.218)	(4.217)	(23.166)
Despesas com Vendas	(6.303)		(43.783)	(20.242)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.344)	(2.469)	(36.910)	(35.275)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Pessoal e Administradores	(8.111)	(8.902)	(145.039)	(144.737)
Serviço de Terceiros	(16.585)	(43.374)	(109.918)	(136.763)
Custo de Construção – concessão (a)			(65.692)	(102.100)
Depreciação e Amortização	(167)	(101)	(39.093)	(39.895)
(Provisão) Estimada / Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.984)		(54.185)	(17.451)
Arrendamento			(31.388)	(30.098)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(4.188)	(4.701)
Material	(269)	(3.031)	(3.801)	(6.969)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(2.371)	(1.892)
Propaganda e Publicidade			(626)	(666)
Outras Despesas	(210)	(355)	(16.972)	(20.457)
Total	(36.326)	(55.763)	(473.273)	(505.729)
Classificados como:				
Custo da Operação			(237.167)	(277.974)
Custo dos Serviços Prestados	(18.013)	(48.873)	(15.108)	(48.873)
Despesas com Vendas	(10.984)		(107.268)	(63.070)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.329)	(6.890)	(113.730)	(115.812)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			8.183	8.092
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			3.271	4.969
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			14.787	542
Ganho na Baixa de Bens			(189)	1.712
Outras Receitas			21	39
Subtotal			26.073	15.354
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(9.859)	(8.546)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios		(16)	(5.212)	(1.882)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(1.010)	(1.495)
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			(112)	1.049
Multas ANEEL			(17.682)	(233)
Outras Despesas	(28)		1	(14)
Subtotal	(28)	(16)	(33.874)	(11.121)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(28)	(16)	(7.801)	4.233

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			23.699	23.019
Dividendos Prescritos				4.372
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			11.095	10.138
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			461	570
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios		18	17.816	560
Ganho na Baixa de Bens			(288)	1.692
Outras Receitas	50		1.751	53

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Subtotal	50	18	54.534	40.404
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(28.586)	(28.706)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(8)	(35)	(11.592)	(5.629)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(7.034)	(11.566)
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			(162)	(1.813)
Multas ANEEL			(18.162)	(745)
Outras Despesas	(28)		(149)	(129)
Subtotal	(36)	(35)	(65.685)	(48.588)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	14	(17)	(11.151)	(8.184)

(e) Resultado Financeiro

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	282		5.143	5.758
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			42.348	
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			2.708	2.225
Rendimentos de Aplicações Financeiras	332	187	4.170	1.630
Multas e Penalidades Aplicadas			155	68
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				(1.418)
Receita de Dividendos				64
Outas Receitas Financeiras	472	47	822	2.023
Subtotal	1.086	234	55.346	10.350
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos (i)	(11)	(16)	(23.854)	(7.090)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica (ii)			(36.113)	(2.059)
Encargos de Dívidas			(18.141)	(8.383)
Atualização de Benefício pós-emprego				(878)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(9.447)	
Outras Despesas Financeiras	(20)		(10.683)	(885)
Subtotal	(31)	(16)	(98.238)	(19.295)
Resultado Financeiro	1.055	218	(42.892)	(8.945)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	796	1	14.097	11.707
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			58.054	
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			8.492	7.279
Rendimentos de Aplicações Financeiras	749	522	6.800	5.728
Multas e Penalidades Aplicadas			408	1.458
Receita de Dividendos		222		286
Outas Receitas Financeiras	474	91	1.987	3.619
Subtotal	2.019	836	89.838	30.077
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos (i)	(32)	(26)	(66.647)	(26.191)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica (ii)			(53.516)	(2.059)
Encargos de Dívidas			(37.518)	(19.089)
Atualização de Benefício pós-emprego			(1.118)	(2.899)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(10.176)	
Outras Despesas Financeiras	(31)	(29)	(12.334)	(2.324)
Subtotal	(63)	(55)	(181.309)	(52.562)
Resultado Financeiro	1.956	781	(91.471)	(22.485)

(i) Juros / Variações Monetárias sobre Passivos: O aumento nos nove meses de 2015 na comparação com o mesmo período de 2014 é justificado pelas atualizações monetárias do Parcelamento da CIP (R\$ 15.043), do Contrato de Dívida com a FACEB (R\$ 3.515) e da Energia de Curto Prazo (R\$ 9.000), devido à variação dos indexadores no período.

(ii) Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica: A variação ocorreu pela variação do Dólar, que é o indexador das faturas de compra de energia elétrica de ITAIPU e ainda pela política de pagamento da CEB Distribuição S.A. para a geradora. Em setembro de 2015, a CEB D possuía um passivo de R\$ 87.270 referente a faturas pendentes de pagamento de compra de energia de Itaipu Binacional.

32 LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(115.509)	(10.943)	(154.860)	(166.115)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(57.559)	(5.453)	(77.169)	(82.777)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(57.950)	(5.490)	(77.691)	(83.338)
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	4.576	4.576	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas e diluídas	4.607	4.607	4.607	4.607
Prejuízo por ação – R\$:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(12,5785)	(1,1917)	(16,8638)	(18,0894)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(12,5785)	(1,1917)	(16,8638)	(18,0894)

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação não foi impactado pela emissão de novas ações, em função do aumento de capital realizado pela Companhia no mês de setembro de 2015.

33 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Remuneração	204	161	832	831
Demais Benefícios de Curto Prazo	71	40	186	168
Total	275	201	1.018	999

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Remuneração	684	526	2.755	2.508
Demais Benefícios de Curto Prazo	202	144	557	536
Total	886	670	3.312	3.044

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

(i) Operações da Controladora com suas Controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/09/2015	31/12/2014
Ativo		59.180	68.902
Contas a Receber, líquido da EPCLD		30.881	56.059
Governo do Distrito Federal	a	30.881	56.059
Demais Ativos		28.013	12.843
Dividendos/JSCP	b	6.514	12.659
CEB Lajeado S.A		6.514	12.177
Energética Corumbá III S.A			482
Empréstimos (Mútuo)		21.215	
CEB Distribuição S.A	c	21.215	
Outras Operações		285	184
CEB Distribuição S.A	d	285	184
Passivo		19.634	21.583
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	e	18.623	18.623
Demais Obrigações		1.011	2.960
CEB Distribuição S.A	f	844	2.793
CEB Distribuição S.A	g	167	167

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
		30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas		5.117	32.263	24.042	65.913
Receita de Prestação de Serviços		4.609	32.263	23.233	65.913
Governo do Distrito Federal	h	4.609	32.263	23.233	65.913
Varição Monetária de Dividendos		36		337	
CEB Lajeado S/A	i	36		337	
Encargos de Mútuo		472		472	

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
		30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
CEB Distribuição S.A	j	472		472	
Despesas		6.303		10.984	4
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		6.303		10.984	
Governo do Distrito Federal	k	6.303		10.984	
Outras Despesas					4
Despesa de Locação de Imóvel					4
CEB Distribuição S.A	l				4

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF.

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros Sobre o Capital Próprio decorrentes dos resultados das controladas.

c) Trata-se de contrato de mútuo com a CEB Distribuição S.A. no valor de R\$ 21.000. O contrato prevê uma vigência de 24 meses contados a partir da assinatura da avença e uma carência de seis meses para início da amortização do principal. Durante o período de vigência do contrato incidirão encargos financeiros com base em 97 % do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e serão pagos mensalmente. A garantia dada ao empréstimo pela CEB Distribuição S.A. foi à cessão fiduciária de direitos creditórios.

d) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D e que serão repassados por meio de encontro de contas à CEB.

e) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

f) A CEB D possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

g) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB D.

h) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF no trimestre findo em 30 de setembro de 2015, o valor faturado destes serviços foi de R\$ 23.233 (R\$ 65.613 em 30 de setembro de 2014). No final do exercício de 2014 e a margem líquida média dos contratos de manutenção e obras é de 7,74%.

i) Trata-se de atualização monetária dos dividendos a receber da controlada CEB Lajeado S.A. pela variação do INPC.

J) Representa os encargos do empréstimo (Mútuo) com a controlada CEB Distribuição S.A., cuja remuneração tem por base 97 % do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) conforme condições descritas na no item “c”.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

k) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de IP por serviços prestados pela CEB.

l) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M com vencimento em 17 de fevereiro de 2014. O contrato foi rescindido em janeiro de 2014 e teve sua última parcela paga em fevereiro de 2014 referente à competência de janeiro.

(ii) Operações do Grupo e seus Acionistas Controladores e Coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014
Ativo		120.660	124.611
Contas a Receber, Liquida da PCLD		119.833	116.255
Corumbá Concessões S/A	a	242	200
Energética Corumbá III S/A	a	146	53
Governo do Distrito Federal	b	119.445	116.002
Demais Ativos		827	8.356
Dividendos/JSCP	c	1	7.773
Corumbá Concessões S/A		1	
Energética Corumbá III S/A			482
Investco S/A			7.291
Outras Operações		826	583
Governo do Distrito Federal	d	826	583
Passivo		286.671	478.177
Fornecedores		15.329	53.074
Corumbá Concessões S/A	e	12.015	48.727
Energética Corumbá III S/A	e	3.314	4.347
Contribuição de Iluminação Pública		252.719	213.103
Governo do Distrito Federal	f	252.719	213.103
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	g	18.623	18.623
Outras Obrigações			212.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	h		212.000

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
		30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas		114.337	117.709	317.665	282.556
Receita de Comercialização de Energia	i	1.178	740	3.259	2.171
Corumbá Concessões S/A		915	586	2.587	1.732
Energética Corumbá III S/A		263	154	672	439
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		113.159	116.905	314.406	280.099
Governo do Distrito Federal	j	113.159	116.905	314.406	280.099

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
		30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita de Dividendos			64		286
BSB Energética S.A	k				222
Investco S.A	k		64		64
Despesas		63.595	45.329	159.381	130.949
Energia Comprada para Revenda		46.515	45.329	136.217	130.949
Corumbá Concessões S/A	l	36.848	35.982	108.252	103.891
Energética Corumbá III S/A	l	9.667	9.347	27.965	27.058
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		17.080		23.164	
Governo do Distrito Federal	m	17.080		23.164	

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestado ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público e pelos serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Em 2011, a CEB D firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 28.237 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC, até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública, os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2015 e prorrogável conforme renovação da Concessão. Os valores das tarifas praticadas em 30 de setembro de 2015 para estes contratos são R\$ 212,85 MWh e R\$ 219,58 MWh, respectivamente, e são atualizados pelo IGP-M.

f) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF). Em 30 de setembro de 2015, o montante a repassar ao GDF era de R\$ 252.719, atualizado pelo INPC.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador com data de pagamento para 30 de abril de 2016, conforme Ofício Nº 889/2013-GAB/SEF.

h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizado do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB.

i) A empresa Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

j) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresentou um montante de R\$ 291.173 (R\$ 214.186, em 30 de setembro de 2014) que é cobrado de acordo com a tarifa homologada pelo órgão regulador – ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública, os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizaram o montante de R\$ 23.233 (R\$ 33.650 em 30 de setembro de 2014). No final do exercício de 2014, a margem líquida média dos contratos de manutenção e obras é de 7,74%.

k) Representa a receita de dividendos recebidos pela CEB e pela controlada CEB Lajeado S.A. pelos investimento em participação societária na empresa BSB Energética S.A. e Investco S.A, respectivamente.

l) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2015 e prorrogável conforme renovação da Concessão. Os valores das tarifas praticadas em 30 de setembro de 2015 para estes contratos são R\$ 212,85 MWh e R\$ 219,58 MWh, respectivamente, e são atualizados pelo IGP-M.

m) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D no montante de R\$ 12.180, e serviços de manutenção e obras de IP por serviços prestados pela CEB no valor de R\$ 10.984.

(iii) Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB. Vide detalhes das transações na Nota 25.

(d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal – GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

34 SEGUROS

Em 30 de setembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 30 de dezembro de 2015, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.001 e a importância segurada de R\$ 426.197.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

35 EVENTOS SUBSEQUENTES

Prorrogação da Concessão - CEB Distribuição S.A

Em 27 de outubro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a retificação do Despacho nº 3540 do Diretor-Geral da ANEEL, de 20 de outubro de 2015, cujas decisões principais foram: (a) aprovar a minuta de termo aditivo ou de contrato de concessão das distribuidoras de energia elétrica listadas no anexo (onde consta a CEB D), com vistas a prorrogar as concessões nos termos do Decreto nº 8.461; (b) encaminhar os processos listados no anexo, contemplando as minutas de termo aditivo ou contrato de concessão, ao Ministério de Minas e Energia – MME, recomendando a prorrogação das outorgas nos termos do Decreto nº 8.461.

Em 9 de novembro de 2015, o Ministro de Estado de Minas e Energia, por despacho, deferiu, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, o requerimento para prorrogação do Prazo de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, objeto do Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, celebrado entre a União e a CEB Distribuição S.A., bem como convocou a Concessionária, nos termos do art. 7º, parágrafo 2º, do Decreto nº 8461, de 2 de janeiro de 2015, para assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, no prazo máximo de trinta dias a partir da publicação do despacho.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36 CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Resultado antes do Impostos de Renda e da Contribuição Social	(155.191)	(165.728)	(48.392)	(150.983)
Ajustes ao Prejuízo do Período				
Depreciação e Amortização	167	101	39.093	39.895
Resultado de Equivalência Patrimonial	141.361	169.226	(4.471)	20.881
Receita de Construção			(65.692)	(102.100)
Custo de Construção - Concessão			65.692	102.100
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível			288	(1.692)
Encargos da Dívida			38.377	19.704
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais				1.813
Perda com Pessoal Cedido			50	
Ajuste a Valor Presente			7	11
Atualização Monetária - Aplicações Financeiras			(206)	
Atualização Monetária - Dividendos	(318)		286	
Atualização Monetária - Mútuo	(472)			
Dividendos Prescritos				(4.372)
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública			15.043	5.192
Custo de Transação com Empréstimos			280	
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	8	22	(6.224)	5.074
Dividendos Recebidos - Custo		(222)		(286)
	140.746	169.127	82.523	86.220
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	25.178	(46.713)	(124.356)	(81.728)
Estoques	95	1.978	5.524	12.569
Depósitos e Bloqueios Judiciais	110	(177)	3.009	(5.197)
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			(132.637)	
Tributos e Contribuições Compensáveis	555	73	2.021	(1.598)
Demais Créditos	(145)	4.554	4.019	(30.754)
	25.793	(40.285)	(242.420)	(106.708)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(5.824)	1.454	(49.404)	55.616
Obrigações Tributárias	(802)	170	96.828	44.803
Contribuição de Iluminação Pública			24.573	94.155
Encargos Regulatórios			109.406	20.588
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(126)	184	(2.741)	135
Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			(142.475)	
Benefícios Pós Emprego			(6.560)	(15.840)
Obrigações Vinculadas a Concessão			26.826	
Demais Obrigações	(110)	6	99.699	(1.196)
	(6.862)	1.814	156.152	198.261
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	11.147	31.791	14.827	13.925
Juros Recebidos - Mútuo	257			
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(4.206)	(5.764)
Pagamento de Encargos da Dívida			(32.748)	(16.979)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(62)	(34)	(62)	(43)
	11.342	31.757	(22.189)	(8.861)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	15.828	(3.315)	(74.326)	17.929

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 09 de novembro de 2015.

ARI JOAQUIM DA SILVA

Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico

HAMILTON CARLOS NAVES

**Diretor de Regulação e Planejamento
Estratégico**

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

**Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores**

THIAGO CAVALCANTE SANTOS

Contador

CRC – DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Informações Trimestrais – ITR
Em 30 de setembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Brasília S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de negativa rentabilidade, além de apresentação de passivo a descoberto. Em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2.1(ii). Adicionalmente, até a data de aprovação destas informações contábeis intermediárias, não houve a assinatura do contrato de concessão, cujo vencimento ocorreu em 07 de julho de 2015. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descritos nas citadas Notas Explicativas, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar

dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.. As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº20 a), a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$119.278 mil, referente aos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. No exercício de 2014, a Administração da Companhia desenvolveu estudo jurídico interno que concluiu sobre a prescrição de tais valores, no entanto, o parecer jurídico orientou consulta prévia ao órgão regulador (ANEEL) antes que fosse procedida a baixa contábil. A Administração formalizou a consulta prévia ao órgão regulador e em 02 de Fevereiro de 2015, a ANEEL informou em resposta a esta consulta que a Concessionária deveria manter nos seus registros contábeis o referido passivo, para posterior consideração pela Agência Reguladora na modicidade tarifária, fato este que não ocorreu no referido reajuste. Adicionalmente, a ANEEL emitiu documento em 25 de agosto de 2015, instruindo processo específico para este assunto cujo resultado deve ser considerado no processo tarifário de 2016. Nossa revisão não possui modificação relacionada a este assunto.

A controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.a, entrou em operação no dia 8 de novembro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores no Brasil. Para que essa operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso dessa controlada não conseguir tornar suas atividades similares a de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de Setembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Brasília, 09 de Novembro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF

Alfredo Ferreira Marques Filho Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – DF Contador CRC 1 GO 014553/O-0 – S - DF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

RESOLUÇÃO: A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao terceiro trimestre de 2015.

ARI JOAQUIM DA SILVA
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Administrativo-Financeiro e
de Relações com Investidores

HAMILTON CARLOS NAVES
Diretor de Regulação e
Planejamento Estratégico

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico